



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MONÍCIA PAULA LEMOS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E UNIVERSITÁRIOS:
UMA ANÁLISE COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA
PERMANÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO**

Itajubá – MG

2021

MONÍCIA PAULA LEMOS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E UNIVERSITÁRIOS:
UMA ANÁLISE COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA
PERMANÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional em Administração), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Medeiros

Coorientador: Prof. Dr. Edson de Oliveira Pamplona

Itajubá – MG

2021

MONÍCIA PAULA LEMOS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E UNIVERSITÁRIOS:
UMA ANÁLISE COM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA
PERMANÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional em Administração), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Medeiros

Coorientador: Prof. Dr. Edson de Oliveira Pamplona

Banca examinadora

André Luiz Medeiros
Orientador

Edson de Oliveira Pamplona
coorientador

Examinador Externo

Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus e a Santa Rita de Cássia por terem me mantido na trilha certa durante todo esse percurso com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grata aos meus filhos pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida e em especial nesta caminhada.

Deixo um agradecimento especial ao meu orientador Dr. André Medeiros pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto.

Agradeço também a meus colegas de trabalho e de mestrado que muito me ajudaram a chegar até o fim sem desistir.

Também quero agradecer à Universidade Federal de Itajubá e a todos os professores do curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

Em especial, agradeço a Direção Geral e Gestão de Pessoas do IFMG – Campus Bambuí pela oportunidade que nos foi dada de realizar esse sonho: o de ser mestre.

*“A história da sociedade até os nossos
dias atuais é a história da luta de
classes.”
Karl Marx*

RESUMO

A educação financeira pode ser considerada uma habilidade essencial para os sujeitos na contemporaneidade e em um contexto de crise econômica ela se faz mais necessária ainda. Entretanto, estudos apontam para a complexidade da educação financeira, principalmente perpassando por diversas variáveis socioeconômicas e demográficas. Assim, o presente estudo justifica-se pela necessidade contribuir com a discussão do tema no Brasil trazendo à tona uma pesquisa que tem como público-alvo os estudantes universitários matriculados nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí que são beneficiários da Bolsa Permanência. Para tal, realizou-se uma pesquisa *survey* com 123 estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência, este benefício é um dos instrumentos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, vigente em todas as universidades e institutos federais de educação no Brasil. Objetivou-se mensurar e correlacionar o Índice de Conhecimento Financeiro (ICF) a variáveis socioeconômicas e demográficas através de testes estatísticos. Foi mensurado o nível de conhecimento financeiro dos estudantes universitários bolsistas, tendo como resultado a mediana mais baixa para os estudantes que possuem renda familiar mais baixa e mediana mais elevada para aqueles que possuem renda familiar entre dois e quatro salários-mínimos. Lembrando que os bolsistas do Programa Bolsa Permanência em geral são oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Educação Financeira. Assistência Estudantil. Universitário.

ABSTRACT

Financial education can be considered an essential skill for subjects today and in a context of economic crisis it is even more necessary. However, studies point to the complexity of financial education, mainly through several socioeconomic and demographic variables. Thus, the present study is justified by the need to contribute to the discussion of the subject in Brazil, bringing to light a research that has as its target audience university students enrolled in undergraduate courses at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Minas Gerais - Bambuí Campus that are beneficiaries of the Permanence Grant. To this end, a survey was carried out with 123 students benefiting from the Permanence Scholarship Program, this benefit is one of the instruments of the National Student Assistance Program, in force in all universities and federal education institutes in Brazil. The objective was to measure and correlate the Financial Knowledge Index (ICF) to socioeconomic and demographic variables through statistical tests. The level of financial knowledge of university students on scholarships was measured, resulting in a lower median for students with a lower family income and a higher median for those with a family income between two and four minimum wages. Remembering that the scholarship holders of the Permanence Scholarship Program in general come from families in a situation of social vulnerability.

Key words: Financial Education. Scholarship. University students.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formas de classificações de pesquisas científicas.	37
Figura 2 - Processo de execução de uma pesquisa <i>survey</i>	40
Figura 3 - Quantidade de respondentes matriculados por curso.....	47
Figura 4 - Quantidade de respondentes matriculados por período.	48
Figura 5 - Famílias beneficiárias de Programas Governamentais, de acordo com os respondentes (P13).	52
Figura 6 - Distribuição frequência do número de respondentes por ICF.	60
Figura 7 - Estatísticas descritivas do ICF (Índice de Conhecimento Financeiro) dos respondentes.	61
Figura 8 - Nível de Educação Financeira dos respondentes.....	62
Figura 9 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme a idade (anos) dos respondentes.	63
Figura 10 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme cor/raça/etnia dos respondentes.	64
Figura 11 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme gênero dos respondentes.....	65
Figura 12 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme a escolaridade dos pais dos respondentes.	67
Figura 13 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme as dívidas em atraso dos respondentes.	68
Figura 14 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme o curso de graduação do respondente.....	69
Figura 15 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme a renda familiar dos respondentes.	70
Figura 16 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme benefício do Governo Federal recebido pela família do respondente.	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A influência das variáveis sobre a educação financeira	30
Quadro 2 - Dimensões x questões respondidas pelos discentes	43
Quadro 3 - Técnicas estatísticas x objetivos da pesquisa	45
Quadro 4 - Questões do questionário original, utilizadas nesta pesquisa.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos respondentes.	49
Tabela 2 - Perfil escolar dos respondentes.	50
Tabela 3 - Escolaridade dos pais dos respondentes.	50
Tabela 4 - Renda mensal da família dos respondentes.	51
Tabela 5 - Renda média mensal dos respondentes.	51
Tabela 6 - Concordância dos respondentes em relação ao assunto dinheiro ao longo da formação.	52
Tabela 7 - Gasto do dinheiro por parte dos respondentes.	54
Tabela 8 - Comportamento financeiro: perguntas com respostas escalares.	54
Tabela 9 - Comportamento financeiro: comprometimento do orçamento para pagar compras a prazo.	56
Tabela 10 - Comportamento financeiro: forma de pagamento das compras a prazo.	56
Tabela 11 - Comportamento financeiro: inadimplência declarada pelos respondentes.	57
Tabela 12 - Comportamento financeiro: contribuição para plano de previdência.	57
Tabela 13 - Comportamento financeiro: quantidade de respondentes que acertaram e erraram as questões.	58
Tabela 14 - Número de respondentes por ICF.	60
Tabela 15 - Distribuição do ICF conforme a idade (anos) dos respondentes.	62
Tabela 16 - Distribuição do ICF conforme cor/raça/etnia dos respondentes.	64
Tabela 17 - Distribuição do ICF conforme gênero dos respondentes.	65
Tabela 18 - Distribuição do ICF conforme a escolaridade dos pais dos respondentes.	67
Tabela 19 - Distribuição do ICF conforme as dívidas em atraso dos respondentes.	68
Tabela 20 - Distribuição do ICF conforme o curso de graduação do respondente.	69
Tabela 21 - Distribuição do ICF conforme a renda familiar dos respondentes.	70
Tabela 22 - Distribuição do ICF conforme benefício do Governo Federal recebido pela família do respondente.	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
COVID	Doença do Corona vírus
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DENARIUS	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICF	Índice de Conhecimento Financeiro
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFMG	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEI	Microempreendedor Individual
NASIFMG	Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SERASA	Serviço de Centralização de Serviços de Bancos
SM	Salário-Mínimo
SSAE	Sistema de Seleção da Assistência Estudantil

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	Educação Financeira.....	18
2.2	Educação financeira e universitários: sua relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas.....	25
2.3	Vulnerabilidade social e assistência estudantil	30
3	METODOLOGIA	37
3.1	Classificação da pesquisa	37
3.2	O processo de coleta de dados em uma <i>survey</i>	38
3.3	Processo de execução de uma pesquisa <i>survey</i>	40
3.3.1	Levantamento teórico	40
3.3.2	Desenho da pesquisa.....	41
3.3.3	Teste-piloto	44
3.3.4	Coleta de dados.....	44
3.3.5	Procedimentos de análise de dados.....	44
4	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	47
4.1	Perfil socioeconômico e demográfico	49
4.2	Comportamento financeiro	53
4.3	Mensuração da Educação Financeira	58
4.3.1	Conhecimento financeiro.....	58
4.3.2	Nível de educação financeira.....	59
4.4	Associação entre o perfil socioeconômico e demográfico e o nível de educação financeira	62
4.4.1	Idade x Nível de Educação Financeira	62
4.4.2	Etnia x Nível de Educação Financeira.....	63
4.4.3	Gênero x Nível de Educação Financeira	65
4.4.4	Escolaridade dos pais x Nível de Educação Financeira	66

4.3.5 Dívidas em atraso x Nível de Educação Financeira	67
4.3.6 Curso de graduação x Nível de Educação Financeira	69
4.3.6 Renda familiar x Nível de Educação Financeira	70
4.3.8 Benefício do Governo Federal x Nível de Educação Financeira	71
4.5 Produto técnico resultado da pesquisa desenvolvida.....	73
5 CONCLUSÕES.....	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICES	87
ANEXOS	99

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, a educação financeira se fundamenta na junção de diversos fatores, como consciência, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos, elementos fundamentais para a tomada consciente de decisões sobre questões financeiras (OCDE, 2011).

O endividamento, por exemplo, pode ter como origem a falta de alguns dos fatores anteriormente enumerados, sendo potencializado pela oferta abundante e facilidade de acesso ao crédito. Por isso, o consumismo pautado no acúmulo de dívidas pode ter como origem a falta de educação financeira. Assim, disseminar conceitos relacionados à educação financeira mostra-se como uma das possíveis saídas na tentativa de minimizar esse problema (GRUSSNER, 2007; GATHERGOOD, 2012; FERNANDES, LYNCH JR, e NETEMEYER, 2014).

Estar preparado para lidar com as questões financeiras do dia a dia não é um privilégio das pessoas que tiveram acesso a elevados níveis de ensino formal. Muitos universitários, por exemplo, estão enfrentando sérios problemas por estarem endividados, o que, neste caso, pode ter como origem fatores sociais, psicológicos e demográficos (OLIVEIRA, 2016).

Portanto, é preponderante levar o tema educação financeira para o ensino superior, pois, para se tornarem adultos com estabilidade financeira, os universitários precisam ter acesso aos conceitos de educação financeira. Caso contrário, a falta de domínio de conceitos básicos, como taxa de juros, inflação e valor do dinheiro no tempo, pode gerar comportamento inadequado no gerenciamento da vida financeira, comprometendo o bem-estar financeiro futuro (JORGENSEN, 2007; PARABONI, POTRICH e VIEIRA, 2013).

As recentes crises financeiras, as mudanças demográficas, econômicas e políticas, além da importância inerente ao tema, deram início a um movimento que fomentou a criação de estratégias de educação financeira em diversos países, as quais, em geral, passaram a fomentar a inserção do conteúdo financeiro nas bases educacionais (FAULKNER, 2015).

Apesar de tardio, no Brasil, não foi diferente. Em 2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto Federal 7.397/2010, que foi reeditado pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020 (BRASIL, 2020). As diversas ações realizadas pela ENEF culminaram na inclusão da educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que representa um grande avanço no processo de formação e disseminação dos conceitos de educação financeira à população. Entretanto, a BNCC está restrita a propostas pedagógicas da educação infantil, ensino fundamental e ensino

médio. Com isso, os jovens que já passaram pelas etapas do ensino fundamental e médio ainda não tiveram a oportunidade de abordar, formalmente, o tema em seu processo de formação.

Portanto, levar o tema às salas de aula do ensino superior é de fundamental importância, pois os conhecimentos inerentes à educação financeira, agregados durante a formação na graduação, são levados à rotina profissional, possibilitando, assim, melhorar a qualidade de vida. Ou seja, torna-se “elo entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas e formem na epistemologia do aluno conceitos capazes de instrumentalizá-los para a construção de sua autonomia” (STEPHANI, 2005, p.12).

Iniciar, o quanto antes, essa discussão no ensino superior é fundamental. Isso porque, mesmo antes de se formarem, muitos alunos são beneficiários de: programas de bolsas (iniciação científica, extensão, monitoria, entre outras), estágios remunerados e programas de assistência estudantil. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um dos principais exemplos de transferência de recursos a universitários.

Implantado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o PNAES tem como finalidade ampliar as condições, na educação superior pública federal, de discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, o programa tem como objetivos: i) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; ii) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; iii) reduzir as taxas de retenção e evasão; e iv) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

As ações de assistência estudantil são executadas pelas instituições federais de ensino superior (incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), que devem considerar as especificidades, as áreas estratégicas (ensino, pesquisa e extensão) e as necessidades do corpo docente. Para tanto, o PNAES contempla o desenvolvimento das ações de assistência estudantil em dez áreas distintas (BRASIL, 2010): i) moradia estudantil; ii) alimentação; iii) transporte; iv) atenção à saúde; v) inclusão digital; vi) cultura; vii) esporte; viii) creche; ix) apoio pedagógico; e x) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Como mencionado, cada instituição federal de ensino superior (IFES) deve conduzir suas ações vinculadas ao PNAES. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), o Programa de Assistência Estudantil é regido pela Resolução N° 9, de 3 de julho de 2020, e conta com as seguintes categorias (BRASIL, 2020): auxílio moradia; auxílio alimentação, bolsa permanência e assistência à saúde. Todas as categorias são pautadas

na prestação de serviços aos estudantes, exceto no caso da bolsa permanência; nesta, os estudantes recebem auxílio socioeconômico em dinheiro.

O objetivo da Bolsa Permanência é oferecer condições que contribuam para a permanência de estudantes na instituição. Por esse motivo, os estudantes selecionados no processo de avaliação socioeconômica percebem, ao longo do ano letivo, 10 parcelas em dinheiro com valores entre R\$150,00 e R\$400,00. O dinheiro recebido pelos universitários deve ser usado para suprir os seus mínimos sociais, como alimentação, moradia e transporte, entre outros, integrando, portanto, parte do seu orçamento financeiro. Entretanto, para que façam bom uso do dinheiro recebido, é preciso que possuam bases sólidas de educação financeira, que se refere à capacidade de uma pessoa entender os principais conceitos financeiros e administrar seu dinheiro com confiança (REMUND, 2010).

Diante do apresentado, depara-se com a seguinte questão de pesquisa: os estudantes beneficiários de programas de assistência estudantil (principalmente o bolsa permanência) podem ser considerados educados financeiramente?

Considerando o problema apresentado, este trabalho tem o objetivo geral de mensurar o conhecimento de universitários beneficiários do Programa Bolsa Permanência de cursos superiores de um Instituto Federal de ensino em relação aos conceitos de educação financeira. Especificamente, pretende-se:

- descrever o perfil socioeconômico e demográfico dos alunos pesquisados;
- mensurar o nível de educação financeira dos alunos pesquisados;
- propor um material, adequado ao perfil dos discentes, para que eles possam otimizar o uso do dinheiro e melhorar o seu bem-estar financeiro.

Este trabalho se justifica sob uma perspectiva teórica e prática. Teoricamente, ele ampliará o debate sobre o nível de educação financeira dos universitários, bem como acerca da sua relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas e o comportamento financeiro, trazendo um tema pouco pesquisado até o presente momento tendo como público alvo os discente beneficiários dos programas de assistência estudantil. Em relação à prática, desde a implantação do programa de assistência estudantil no IFMG, não foi desenvolvido nenhum trabalho para aferir se os beneficiários do programa fazem o uso adequado e consciente do dinheiro oriundo da Bolsa Permanência. Além disso, no processo de seleção, o tema educação financeira não é contemplado, e o instituto também não possui uma política para acompanhar a aplicação do dinheiro recebido pelos bolsistas.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado em mais quatro capítulos, além deste introdutório. No Capítulo 2, apresenta-se a revisão de literatura, que está dividida em quatro seções. O Capítulo 3 aborda os aspectos da metodologia, apresentando o tipo de pesquisa que será realizada, a população pesquisada e a amostra, bem como descreve os procedimentos para coleta e análise de dados. O 4º Capítulo é dedicado a uma análise detalhada dos dados coletados na aplicação do *survey* e à discussão acerca destes. No quinto Capítulo, são apresentadas as conclusões, limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras. E, no sexto e último Capítulo, expõe-se uma proposta de seminário para capacitação em educação financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi organizado com três objetivos fundamentais. O primeiro refere-se a uma discussão sobre os conceitos de educação financeira mais difundidos e implementados por agendas governamentais e instituições em geral. Já o segundo diz respeito a um levantamento de estudos acerca do nível de educação financeira nas esferas internacional e nacional, bem como sobre os universitários, em especial os que se encontram em vulnerabilidade social. Por fim, é inserida uma apresentação dos aspectos importantes da Política de Assistência Estudantil e do programa do Governo Federal denominado Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua operacionalização, assim como elementos relacionados à vulnerabilidade social, mínimos sociais e Bolsa Permanência.

2.1 Educação Financeira

A educação financeira é colocada por Mandell (2008) como a capacidade do sujeito de avaliar, analisar e julgar os instrumentos financeiros, fazendo o uso mais adequado de cada um deles. De maneira complementar, Matta (2007) afirma que a educação financeira é um instrumento que auxilia no combate à falta de habilidades para a gestão das finanças, fazendo com que ocorra a melhora das possibilidades econômicas dos indivíduos. Já Huston (2010) refere-se ao tema como o quanto uma pessoa conhece e usa este conhecimento acerca da vida financeira pessoal. Para Beverly e Burkhalter (2005) e Ceretta e Potrich, Vieira (2013), educação financeira significa ter conhecimento e domínio sobre questões relacionadas ao uso do dinheiro.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional composta por 34 países e que tem o objetivo de fomentar ações em relação a temas como comércio, indicadores econômicos e saúde, entre outros, é considerada referência em questões inerentes à educação financeira (SANTIAGO, 2015). Segundo Forte (2021), o Brasil não faz parte da OCDE, porém o país pode ser considerado um grande parceiro desde o início dos anos 1990.

De acordo com a OCDE, a educação financeira é uma junção de consciência, conhecimentos, habilidades, atitudes e diversos comportamentos fundamentais para que sejam adotadas medidas cautelares em relação às questões financeiras (OCDE, 2011). O conceito de educação financeira estabelecido pela OCDE é o mais difundido em todo o mundo. Nesse

sentido, adaptando o conceito estabelecido pela OCDE, harmonizando à realidade do Brasileira, a Estratégia Nacional de Educação (ENEF) define educação financeira como:

“o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” [BRASIL, 2010, p. 3].

Já para Melo (2016, p. 38), “educação financeira nada mais é do que ensinar as pessoas a fazerem escolhas conscientes e a utilizarem os produtos financeiros para melhorar sua vida”; e, para Costa e Miranda (2013), ela deve ser vista como uma junção de hábitos financeiros, saudáveis e simples que ajudam a melhorar a situação.

Laureano, Mendes e Mattos (2019) mencionam que a educação financeira tem como maior premissa apontar diretrizes para o uso consciente do dinheiro ganho, evitando, assim, possíveis problemas, como endividamento ou falta de preparo para imprevistos que venham a surgir.

No que diz respeito ao contexto de educação financeira, de acordo com Savóia, Saito e Santana (2007) e Bruhn *et al.* (2013), desde os anos 1990, diversas mudanças de cunho social, político, demográfico e econômico alteraram de maneira incisiva o modo como as pessoas precisam lidar com sua vida financeira. Para Roquete, Laureano e Botelho (2014), a preocupação do mundo com o tema educação financeira acentuou-se, especialmente depois da crise financeira global, que teve início em 2007/2008. Em função disso, a educação financeira tem sido tema de estudos cada vez mais constantes na contemporaneidade.

Em 2003, segundo Greenspan (2005), a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um documento com diversas orientações para que os países e os governos difundissem o conhecimento acerca da educação financeira em todo o mundo. O autor ainda postula a importância da educação financeira pessoal, tendo como objetivo vencer as inabilidades de gestão das finanças, visando ao aumento exponencial das oportunidades econômicas - o que é reforçado por Araújo e Calife (2014), que defendem que as agendas governamentais devem fomentar a educação financeira e difundir tal conhecimento, propiciando aos consumidores o acesso a informações adequadas, podendo, assim, consumirem de maneira cautelosa.

Autores como Donadio (2014) destacam que, há muito, alguns países europeus possuem o tema educação financeira como conteúdo obrigatório nas matrizes curriculares, havendo um trabalho de promoção e fomento do tema por parte de bancos centrais. Como exemplo, destaque-se o Bundesbank, na Alemanha, que possui programas de cunho educacional direcionados à

população, objetivando a estabilidade financeira e a transparência no sistema econômico. De acordo com Savóia, Saito e Santana (2007), na Inglaterra, a educação financeira não é disciplina obrigatória; porém, seu conteúdo está espargido em diversas outras disciplinas, como matemática e educação cívica, entre outras.

Nos Estados Unidos, Matta (2007) menciona a relevância das ações de educação financeira do Federal Reserve dos Estados Unidos (FED) junto aos cidadãos, especialmente nas escolas, tendo como principal público-alvo os jovens, além do investimento em diversas campanhas publicitárias de cunho educativo. O autor ainda destaca, em seu estudo, que o número de países que investem recursos humanos e financeiros em políticas públicas de educação financeira tem aumentado consideravelmente nos últimos anos (MATTA, 2007). Nos Estados Unidos, o Departamento do Tesouro possui um escritório de educação financeira que atua somente na promoção de ações e instrumentalização inerentes à educação financeira dos cidadãos. Já no Canadá, o governo criou o Escritório de Assuntos do Consumidor para atuar como fonte de informação financeira para a população canadense, e, em Portugal, existe o Instituto do Consumidor, para promover ações de educação correlatas às finanças pessoais.

Roquete, Laureano e Botelho (2014) destacam que entidades como a Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor (DECO) criaram programas que almejavam a difusão de ações de educação financeira, visando à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, da economia do país. A DECO, além de publicações em revistas financeiras, redigidas com linguagem acessível a toda a população, criou em 2010 a campanha “Gerir e Poupar - Faça contas à vida”, com vistas à divulgação de informações sobre educação financeira. Em 2010, segundo os autores, o Banco de Portugal elaborou um questionário sobre educação financeira e aplicou à população portuguesa acima de 16 anos de idade. O resultado dessa pesquisa foi o impulsor para a criação do Plano Nacional de Formação Financeira, que segmentou a população e sinalizou quais seriam as linhas de atuação mais eficazes para a propagação da educação financeira entre os segmentos.

A importância da difusão da educação financeira se faz relevante também no âmbito familiar. Kim, Yang e Lee (2015) destacaram, em suas pesquisas, que os pais que tiveram atuação mais incessante na educação dos filhos, no que se refere à administração do dinheiro, conseguiram que eles apresentassem comportamentos mais moderados em relação às finanças, o que evidencia a importância da educação financeira na infância e juventude.

No que tange à educação financeira ofertada por instituições privadas, Hira e Loibl (2005) pontuam que empresas ofertam programas educativos de gestão de finanças a seus funcionários, fomentam positivamente o comportamento destes em relação ao uso do dinheiro

e propiciam até mesmo a melhora de convívio no espaço laboral. Dolvin e Templeton (2006) declaram que, nos últimos anos, houve um aumento constante de atividades voltadas para a educação financeira, direcionadas a funcionários de empresas.

A educação financeira, para Araújo e Calife (2014) e Forte (2021), também possui relevância no Brasil, e sua discussão tem se expandido cada dia mais, principalmente após a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Porém, em relação aos países da Europa e aos Estados Unidos, o Brasil ainda está em fase de desenvolvimento de discussões, pesquisas e campanhas inerentes ao tema.

Conforme o já supracitado, a partir dos anos 1990, alterações expansivas ocorreram no mercado financeiro nacional, levando a população a ter um significativo aumento em seu acesso a serviços financeiros, como investimentos, obtenção e concessão de crédito (Banco Central, 2018). A partir de então, foi necessário trazer à tona o debate sobre o tema “educação financeira”.

Assim sendo, Lopes e Andrade (2020) colocam que, na contemporaneidade, a extensa quantidade de produtos, serviços e sistemas financeiros que a sociedade tem à sua disposição provoca a necessidade de uma capacitação mais adequada do consumidor para tomadas de decisões referentes às finanças pessoais, atendendo à maximização de seus recursos e ao bom emprego de oportunidades, analisando os riscos e incertezas e a satisfação das demandas individuais e familiares.

Em função disso, Forte (2020) afirma que os governos e a sociedade organizada têm procurado expandir de forma mais ativa as ações de educação financeira, a fim de combater as implicações negativas a longo prazo devido aos baixos níveis de educação financeira da população. De modo especial, aquelas recomendadas pela OCDE, ONU, bancos centrais, criando e implantando ações e campanhas com o tema, como o Programa de Educação Financeira do Banco Central, que realiza ações que visam propiciar orientações sobre assuntos financeiros à sociedade, ou o Serviço de Centralização de Serviços de Bancos - SERASA - que também cria e divulga campanhas e guias orientando sobre o uso consciente do dinheiro.

Diante disso, o governo federal, com o apoio de diversos organismos, criou em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF - com o objetivo de difundir a cultura da educação financeira para toda a população, e passou, a partir de então, a elaborar ações públicas neste sentido, visando “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). Uma dessas ações pode ser caracterizada por meio da indicação de a educação financeira passar a ser disciplina apontada para

composição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o conjunto essencial de aprendizagens que devem ser apanhadas na Educação Básica (BRASIL, 2018).

A importância da educação financeira no currículo escolar fica evidenciada, segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), através do aumento da abordagem desse tema no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, a partir do ano de 2008, vem dando muita relevância aos conteúdos de educação financeira.

Forte (2020) coloca que as ações implementadas pela ENEF foram expressivas; dentre estas, podem-se destacar o Programa Educação Financeira nas Escolas, o Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade, o Selo ENEF e a realização da Semana ENEF. Tannous (2017) afirma que as ferramentas tecnológicas disponibilizadas no site da ENEF são importantes aliadas no processo de transformar a educação financeira em algo presente na vida da maioria dos estudantes, por meio da disponibilização de material com linguagem acessível para download e de diversos links para acesso a plataformas que ofertam cursos gratuitos com o tema.

Donadio (2014) e Pessoa e Vieira (2020) afirmam que a ENEF tem como finalidade levar programas de educação financeira a estudantes do ensino fundamental e médio e a adultos, principalmente mulheres assistidas pelo Programa Bolsa Família e idosos com renda de até dois salários-mínimos. No entanto, para as autoras, a instituição deixa fora de suas ações dois importantes segmentos: os universitários e os jovens adultos oriundos de diversas classes sociais, sendo estas pessoas economicamente ativas e com participação acentuada na economia do País.

Assim, Donadio (2014), Bruhn *et al.* (2013) e Pessoa e Vieira (2020) apontam que a ENEF tem se mostrado como um avanço na promoção e no fortalecimento das discussões e ações sobre educação financeira no Brasil, principalmente no âmbito escolar; porém, o País ainda precisa avançar muito em ações relacionadas ao tema.

Nesse sentido, a pauta educação financeira vem sendo tema para diversas pesquisas realizadas por todo o mundo nos últimos anos, as quais visam aferir o nível de educação financeira da população e que, muitas vezes, deixam evidente a falta de conhecimento sobre o tema. Nos Estados Unidos, Lusardi e Mitchell (2006) efetuaram uma pesquisa com tal objetivo e alcançaram, como resultado, a comprovação de que as pessoas com mais idade e menor escolaridade possuem pouco conhecimento em relação às finanças, o que gera um impacto direto em sua aposentadoria. Em pesquisa realizada por Clark, Lusardi e Mitchell (2017), também ficou evidenciado que pessoas com maior conhecimento financeiro conseguem se aposentar de maneira confortável financeiramente. Em outro estudo com americanos sobre

dívidas pessoais, Lusardi e Tufano (2009) concluíram que uma grande amostra dos sujeitos da pesquisa estava mal-informada acerca de produtos e práticas financeiras.

Já em estudos realizados em Portugal por Carneiro, Fonseca e Henriques (2010), concluiu-se que a idade tem uma influência significativa no que tange ao conhecimento financeiro. Os pesquisados que tinham idade entre 25 e 34 anos responderam corretamente um número maior de questões que os demais, e uma possível explicação para isso seria que eles tendem a possuir maior escolaridade e mais vivência com produtos financeiros.

No esboço desenvolvido por Lusardi e Mitchell (2011), em diversos países, chegou-se à conclusão de que, nos Estados Unidos, as pessoas brancas ou asiáticas possuem mais conhecimentos referentes a questões financeiras em detrimento de pessoas negras ou de origem hispânica. Já na Itália, os moradores da região norte do país demonstraram possuir mais conhecimento financeiro que os que da região sul. Na Rússia, pessoas residentes nas zonas urbanas mostraram estar mais preparadas financeiramente que as moradoras na zona rural.

Ainda, em pesquisas realizadas na Rússia, Klapper, Lusardi e Panos (2012) concluíram que pessoas do sexo masculino, casadas, residentes em zonas urbanas e que possuem ensino superior tendem a ter mais educação financeira. Já na França, Arrondel, Debbich e Savignic (2013) realizaram um estudo e concluíram que, quanto mais alto o nível de escolaridade, maior o nível de educação financeira.

Já no que tange a pesquisas realizadas no Brasil sobre educação financeira, Potrich, Vieira e Kirch (2015) efetuaram um estudo no sul do país a fim de verificar os níveis de educação financeira dos sujeitos. Os resultados obtidos apontaram que homens tendem a possuir mais educação financeira que as mulheres e que estas possuem maior dificuldade em realizar cálculos financeiros; além disso, quanto maior a renda individual ou familiar, melhores são os níveis de educação financeira.

Em outra pesquisa realizada por Kunkel, Vieira e Potrich (2015) com usuários de cartão de crédito nos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Maranhão, as autoras apontaram que indivíduos do gênero masculino com menor nível de renda e desconhecimento do valor da taxa de juros são mais propensos a adquirir dívidas no cartão de crédito, em detrimento de pessoas do gênero feminino.

Silva, Neto e Araújo (2017) efetuaram um estudo com o objetivo de aferir os níveis de educação financeira dos servidores da Justiça Federal da Paraíba e constataram que 41% dos arguidos possuem baixos níveis de educação financeira; além do mais, quanto maior a idade, piores são os resultados no que diz respeito a assuntos inerentes a finanças, e que pessoas do gênero feminino possuem maior controle financeiro.

Ferreira (2017) realizou uma pesquisa com pessoas de 19 a 54 anos e constatou que 33,9% dos entrevistados já precisaram pagar, em algum momento, apenas o valor mínimo da fatura do cartão de crédito e que apenas 16,9% tinham o hábito de anotar o que gastam mensalmente. Assim, concluiu que há uma relação entre as práticas de educação financeira e a qualidade de vida.

Diante disso, Bataglia, Sereia e Vieira (2011) e Donadio (2014) ressaltam que os brasileiros se encontram em um contexto complexo no que se refere à gestão das suas finanças pessoais, pois a população possui baixo nível de conhecimento sobre educação financeira e tem que lidar com as diversas mudanças da realidade econômica do País, além da complexidade dos serviços financeiros ofertados.

Silva, Ribeiro e Moreira (2018) realizaram uma pesquisa com empresários do polo comercial de Parnaíba – PI – a fim de investigar o envolvimento da educação financeira para o sucesso empresarial. Concluíram que existe um pensamento limitado por parte dos gestores sobre a importância da educação financeira e que, para eles, o assunto tem seu valor, mas não acreditam ser determinante para o sucesso de um empreendimento.

Em um estudo de caso efetuado em uma empresa do interior de São Paulo, Lima e Tomé (2018) visavam evidenciar a importância da educação financeira na gestão de empresas, constatando que a ausência de planejamento financeiro adequado das ações levava a empresa a ter perdas financeiras consideráveis.

A ausência de habilidades para a gestão financeira dos brasileiros agrava-se cada vez mais com a crise econômica e política enfrentada pelo País desde 2015. Segundo Bridi (2020), o Brasil vivenciou um *boom* no mercado de trabalho dos anos 2000 até 2014 decorrentes das políticas de Estado, ocasionando, assim, a menor taxa de desemprego da história do Brasil. Bridi (2020) coloca que, em 2014, esse ciclo foi quebrado devido à crise econômica e política, dando início a números recordes de desemprego e, conseqüentemente, à perda de qualidade de vida de considerável parcela da população brasileira.

Neste contexto de mudanças econômicas enfrentadas pelos brasileiros nos últimos anos e de falta de planejamento financeiro, no ano de 2020, inicia-se a crise sanitária e econômica ocasionada em decorrência da Pandemia da Covid-19. Conforme Maciel e Sanglard (2020), os primeiros casos do novo coronavírus surgiram em dezembro de 2019 na cidade de Whuan, na China, e em pouco tempo o vírus já se espalhou por todo o mundo, sendo que a Organização Mundial da Saúde - OMS - no dia 11 de março de 2020 declarou, segundo Moreira *et al.* (2020), que a proliferação do novo coronavírus tratava-se de uma pandemia.

Mauriel (2020) coloca que a pandemia ocasionou uma violenta queda nas bolsas de

valores, e as medidas de distanciamento social levaram à interrupção de processos de produção e circulação de produtos por todo o mundo, tendo como consequência uma grave crise econômica mundial. Devido a isso, acentuou-se a pobreza daqueles segmentos que já estavam em condições precarizadas, em especial os trabalhadores informais, autônomos e terceirizados. Diante disso, possuir conhecimento acerca de questões inerentes à gestão do dinheiro passou a ser requisito à sobrevivência para todos, em especial para os brasileiros.

2.2 Educação financeira e universitários: sua relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas

Entender como os universitários lidam com o dinheiro tem sido tema de várias pesquisas em todo o mundo. Portanto, o objetivo desta seção é apresentar uma síntese de trabalhos nacionais e internacionais que trataram sobre o tema, identificando elementos que possam ser usados como referência a este trabalho.

Um dos primeiros trabalhos internacionais encontrados foi o de Danes e Hira (1987). Os autores realizaram uma pesquisa com o objetivo de descrever o conhecimento financeiro de estudantes universitários da Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, usando diversas variáveis, como: sociodemográficas, conhecimento inerente ao crédito, registros financeiros, empréstimos pessoais e conhecimento financeiro geral. Os resultados obtidos pelos autores demonstraram que, considerando as variáveis usadas, os universitários demonstraram pouco conhecimento financeiro. Além disso, as variáveis demográficas impactavam a educação financeira, sendo que o destaque foi o fato de pessoas casadas demonstrarem mais conhecimento na gestão do dinheiro.

Aprofundando um pouco mais em relação às variáveis sociodemográficas, tem-se o trabalho de Grable e Joo (2006), que constataram que os universitários americanos que se autodeclararam brancos demonstraram possuir mais conhecimento acerca de questões financeiras do que os que se autodeclararam negros. Isso implica, portanto, que a variável raça/etnia pode influenciar a forma com que os jovens lidam com as questões financeiras.

Robb (2007) realizou uma pesquisa com universitários da Universidade de Missouri para averiguar o conhecimento financeiro deles em relação ao uso do cartão de crédito. O autor empregou também diversas variáveis, e a principal conclusão foi que a falta de conhecimento financeiro dos universitários possui relação direta com o endividamento, principalmente via cartão de crédito. De acordo com os resultados apresentados por Robb (2007), os universitários

são um grupo economicamente vulnerável devido a: renda limitada, altas despesas para se manterem na universidade e grande oferta de crédito; além disso, muitos possuem dívidas a longo prazo relacionadas ao financiamento estudantil.

Mandell (2008) também desenvolveu uma pesquisa com estudantes nos Estados Unidos. E, reforçando os achados de Grable e Joo (2006), constatou que existia uma diferença expressiva em questões de educação financeira entre os americanos brancos, negros, latinos e asiáticos, sendo que os brancos demonstravam estar mais preparados para lidar com finanças pessoais.

Ainda evidenciando pesquisas correlatas à educação financeira e aos estudantes universitários, Mckenzie (2009) realizou um estudo com discentes de diversas universidades particulares dos Estados Unidos. O objetivo do trabalho era verificar se a educação superior influenciava no nível de educação financeira. Os resultados obtidos demonstraram que estudantes das áreas de administração de negócios e estudantes que tiveram contato com disciplinas das áreas financeiras possuíam um nível maior de conhecimento sobre finanças, em relação aos demais sujeitos pesquisados.

Para Shim *et al.* (2009), enquanto alguns universitários procuram aprender a administrar de maneira otimizada suas finanças, outros tomam diversas atitudes consideradas de risco, suplantando o valor de seu orçamento, endividando-se no cartão de crédito, não pagando suas obrigações financeiras dentro da data-limite estabelecida. Ressalta-se que uma possível explicação para essas disparidades comportamentais entre os estudantes pode ser o perfil socioeconômico, tendo em vista que a educação financeira também perpassa por questões de cunho social e econômico.

Lusardi, Mitchell e Curto (2010) pesquisaram jovens americanos com o objetivo de verificar o quanto eles estão preparados para tomar decisões relacionadas às finanças, quais eram os fatores determinantes para a educação financeira e como as informações coletadas poderiam auxiliar o governo a criar políticas voltadas a jovens consumidores. No trabalho, os autores avaliaram as seguintes variáveis: sociodemográficas, familiares, nível de escolaridade, poupança dos pais para aposentadoria, entre outras. Os autores concluíram que o nível de educação financeira dos pesquisados era baixo, pois um terço dos respondentes não possuía conhecimentos elementares sobre assuntos como inflação e taxa de juros. Além disso, inferiram que essa ausência de educação financeira estaria ligada às questões sociodemográficas e socioeconômicas familiares.

Gilligan (2012) executou uma pesquisa, considerando-se fatores sociológicos e psicológicos, com uma amostra de 834 universitários americanos, estudantes nas universidades:

California Community College e California State University. De acordo com o autor, a educação financeira dos estudantes é influenciada pela raça, idade, renda e educação recebida pelos pais. Em geral, os estudantes com baixo nível de educação financeira apresentaram características como: pouca experiência de gestão de finanças; arcavam com os altos custos de manutenção no ensino superior, mesmo quando estudam em instituições públicas de ensino; baixa renda familiar; e vislumbravam poucas perspectivas no mercado de trabalho.

Em um estudo efetuado com universitários em Portugal, Roquete, Laureano e Botelho (2014) concluíram que eles não têm um nível de educação financeira satisfatório; porém, acreditam que possuem muito conhecimento referente a finanças.

Gavurova *et al.* (2017) realizaram uma pesquisa com estudantes eslovacos e concluíram que as mulheres apresentavam resultados mais positivos em relação à educação financeira que os homens; que os estudantes mais velhos não possuem mais conhecimento sobre o tema, em detrimento dos mais jovens; e que os estudantes não demonstram ter muitas preocupações em relação à aposentadoria e tampouco sabem o quanto precisam economizar para se aposentar.

Kubak *et al.* (2018) também efetivaram uma pesquisa com estudantes universitários da Eslováquia e constataram que aqueles que estavam mais próximos de concluir seus cursos apresentaram melhores resultados inerentes à educação financeira em comparação aos estudantes no início do curso.

A Romênia, segundo Horobet *et al.* (2020), é um dos países da União Europeia que apresenta o pior resultado quando o assunto é educação financeira, em relação aos demais países componentes do bloco. Com base nisso, os autores supracitados realizaram uma pesquisa com estudantes universitários romenos das áreas de economia e negócios e concluíram que eles apresentaram bons resultados em relação à educação financeira e que os estudantes mais velhos demonstraram mais experiência em realizar transações financeiras.

Estudos realizados na Rússia por Stepnova e Starchikova (2021) revelaram que mais da metade dos estudantes participantes da pesquisa não tinham conhecimento dos possíveis riscos acerca de transações financeiras que envolvem compra de imóveis, realização de empréstimos e taxas de juros, entre outros. Porém, 97% dos pesquisados faziam uso de serviços financeiros em formato digital, como compra via cartão de crédito e pagamento de boletos.

Mudzingiri, Mwamba e Keyser (2018) executaram uma pesquisa com universitários na África do Sul com o objetivo de aferir os níveis de educação financeira destes. Os resultados apontaram que as mulheres não apresentam menores índices de educação financeira em detrimento dos homens, ou seja, o gênero não influencia na tomada de decisões relativas ao uso do dinheiro. Já os autores Durak, Oncu e Kartal (2020) aplicaram um questionário a estudantes

dos cursos de teologia, finanças e engenharias da Universidade de Duzce, na Turquia, e concluíram que os níveis de educação financeira dos estudantes eram considerados baixos e que questões como gênero e renda influenciam nos níveis de conhecimento financeiro, sendo mulheres com uma menor renda um público com piores resultados.

Pangestu e Karnadi (2020) obtiveram como resultado em seus estudos realizados com universitários da Indonésia que a idade influencia na educação financeira, sendo que, quanto maior a idade, melhores serão os resultados. Também identificaram que mulheres possuem um menor conhecimento de questões relacionadas a finanças e que os estudantes das áreas de administração possuem mais conhecimento relacionado ao uso do dinheiro; além disso, essa pesquisa evidencia que as questões sociodemográficas interferem na educação financeira.

Já Avedano, Rueda e Velasco (2021) efetivaram um estudo com discentes de uma universidade pública na Colômbia, revelando que grande parte dos sujeitos possui uma boa percepção e atitudes favoráveis em relação a questões financeiras; porém, existem fragilidades no que diz respeito ao uso das habilidades financeiras.

No que tange às pesquisas que tratam de educação financeira e universitários no Brasil, Lucci *et al.* (2006) realizaram um estudo com alunos de cursos superiores de Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade Independente Butantã, em São Paulo. O resultado obtido foi de que o contato com disciplinas de finanças na graduação influenciava positivamente a tomada de decisões acerca das finanças pessoais dos universitários.

O trabalho de Matta e Amaral (2008) tinha o objetivo de aferir os conhecimentos sobre educação financeira com estudantes universitários de Brasília - DF. Os autores obtiveram os seguintes resultados: a maioria absoluta (95,4%) dos universitários qualificou o tema finanças pessoais como importante ou muito importante; no entanto, apenas 13,3% dos respondentes possuíam alguma forma de instrução formal acerca de finanças pessoais.

Amadeu (2009) realizou uma pesquisa com estudantes da Universidade Estadual do Paraná, analisando o comportamento, as atitudes e o nível de conhecimento de estudantes calouros e veteranos relacionados a questões de finanças pessoais. O autor concluiu que os veteranos possuíam maior índice de conhecimento sobre as questões financeiras, ou seja, no decorrer da graduação, a proximidade com disciplinas de teor financeiro estimulava de maneira positiva as atitudes de finanças pessoais.

Nesse sentido, Paraboni, Potrich e Vieira (2013) também efetivaram um estudo com universitários na Região Sul do Brasil e chegaram à conclusão de que eles não possuem índices adequados de educação financeira. A pesquisa apontou que os universitários sujeitos da

pesquisa possuíam um comportamento mediano no que tange à gestão financeira de determinados aspectos, como poupança e endividamento, dentre outros.

Em estudo realizado com universitários no Sul do Brasil, as autoras Medeiros e Lopes (2014) constataram que pessoas do gênero masculino possuem maior cuidado com as questões relacionadas ao uso do dinheiro e que poupam mais em relação às pessoas do gênero feminino. Além disso, identificaram que a idade dos pesquisados não interfere no planejamento de seus gastos, sendo o resultado neste último quesito considerado bom, ou seja, os estudantes realizavam o planejamento dos gastos com uma boa frequência.

A pesquisa com universitários brasileiros, realizada por Vieira *et al.* (2016), revelou que os pesquisados que possuíam uma renda mais elevada preocupavam-se mais com a utilização moderada do cartão de crédito e verificavam constantemente os gastos, visando evitar compras por impulso e desnecessárias. Ainda foi evidenciado que os discentes com renda mensal mais alta tendem a poupar mais, devido à maior disponibilidade financeira para esse fim. Já aqueles com menor renda, que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em geral, usavam todos os seus rendimentos para pagar as despesas rotineiras, não sobrando nada para poupar.

Em pesquisa efetuada com estudantes universitários do estado do Ceará, Laureano, Mendes e Mattos (2019) concluíram que uma parte considerável dos discentes respondentes, apesar de serem formados por jovens solteiros, faz o planejamento de seus gastos; entretanto, são as mulheres as que mais fazem planejamento dos seus gastos e são as que mais têm o costume de sempre poupar.

Já Marciano (2019) realizou uma pesquisa com estudantes de uma universidade pública em Minas Gerais e constatou que os homens demonstraram possuir mais conhecimento em assuntos inerentes a finanças que as mulheres e que pessoas que possuem maior faixa etária apresentaram melhores resultados relativos a conhecimento financeiro.

Na pesquisa executada por Leal, Santos e Costa (2020) com estudantes universitários de todo o estado de Minas Gerais, inferiu-se que os estudantes de áreas que atuam com conhecimentos exatos podem ser munidos com mais subsídios para que desenvolvam habilidades em finanças pessoais, e isso pode estar ligado à maior quantidade de disciplinas da área de exatas quando comparado a cursos com abordagens.

Em resumo, é possível observar algumas relações entre a educação financeira e as variáveis de perfil socioeconômico e demográfico, as quais são comparadas com o resultado deste estudo, como demonstrado no Quadro 1.

No próximo item, será apresentada uma visão geral sobre vulnerabilidade social e a importância da assistência estudantil aos universitários.

Quadro 1 - A influência das variáveis sobre a educação financeira

Variáveis sociodemográficas e econômicas	A influência das variáveis sobre a educação financeira	Autores
Gênero	Mulheres apresentam menor nível de educação financeira.	Klapper, Lusardi e Panos (2012), Donadio (2014), Medeiros e Lopes (2014), Klapper, Lusardi e Van Oudheusden (2015); Potrich; Vieira e Kirch (2015), Laureano, Mendes e Mattos (2019), Marciano (2019), Durak, Oncu e Kartal (2020), Pangestu e Karnadi (2020).
Idade	Quanto maior a idade, melhores são os resultados de educação financeira.	Lusardi e Mitchell (2006), Carneiro, Fonseca e Henriques (2010), Gavurova (2017), Horobet <i>et al</i> (2020), Pangestu e Karnadi (2020).
Etnia	Pessoas brancas possuem maior nível de educação financeira.	Grable e Joo (2006), Mandell (2008), Lusardi, Mitchel e Curto (2010), Gilligan (2012), Lusardi e Mitchell (2011).
Escolaridade dos pais	Quanto maior a escolaridade dos pais, maior é o nível de educação financeira.	Lusardi, Mitchel e Curto (2010), Potrich; Vieira e Kirch (2015)
Renda	Quanto maior a renda, maior o nível de educação financeira.	Robb (2007), Shim (2009), Lusardi, Mitchell e Curto (2010), Gilligan (2013), Potrich; Vieira e Kirch (2015), Kunkel, Vieira e Potrich (2015), Vieira <i>et al</i> (2016), Durak, Oncu e Kartal (2020).
Curso	Discentes que têm em seus cursos disciplinas inerentes a finanças possuem maior nível de educação financeira.	Lucci (2006), Amadeu (2009), Mckenzie (2009), Leal, Santos e Costa (2020), Horobert (2020), Pangestu e Karnadi (2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

2.3 Vulnerabilidade social e assistência estudantil

Conforme pode ser observado nos itens anteriores, as questões que perpassam o perfil e variáveis socioeconômicas influenciam diretamente no conhecimento sobre questões de educação financeira. Essa situação pode contribuir para um acirramento das desigualdades sociais e um aumento exponencial da vulnerabilidade social, uma vez que, grupos historicamente excluídos como mulheres, negros e pessoas pobres, apresentam nas pesquisas citadas, menores índices de educação financeira. Em função disso e levando em consideração

o público-alvo deste estudo, neste item, serão abordados conceitos básicos sobre vulnerabilidade socioeconômica, mínimos sociais e políticas de assistência estudantil.

Em relação ao conceito de vulnerabilidade socioeconômica, ou vulnerabilidade social, ressalta-se que os estudos sobre o tema ganharam, no início do século XXI, uma “importância enquanto instrumento de investigação da realidade atual do mundo do trabalho nos países desenvolvidos e em desenvolvimento” (BRASIL, 2007, p. 14). Como conceito de vulnerabilidade social, ou socioeconômica, neste estudo, foi adotado o de Barbosa; Gonçalves e Santana (2019, p. 50):

A noção de vulnerabilidade social, ao considerar a insegurança e a exposição a riscos e perturbações provocadas por eventos ou mudanças econômicas, fornece uma visão mais ampla sobre as condições de vida dos grupos sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, considera a disponibilidade de recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentarem os impactos que as afetam (BARBOSA; GONÇALVES e SANTANA, 2019, p.50).

Neste sentido e trazendo à tona a discussão sobre a relação entre educação financeira e vulnerabilidade socioeconômica ou social, Atkinson e Messy (2012) encontraram em seus estudos uma relação entre educação financeira e renda familiar, ficando evidenciado que as pessoas que possuem maior vulnerabilidade socioeconômica podem ser associadas aos menores níveis de educação financeira. Isso porque elas podem possuir dificuldades mais acentuadas no que diz respeito ao acesso à educação formal.

Em estudo realizado por Research (2003), concluiu-se que os trabalhadores com baixo nível de escolaridade ou desempregados apresentam um desempenho inferior quando o tema é afinidade com questões financeiras. Isso reforça os resultados dos estudos de Atkinson e Messy (2012) e Agarwalla *et al.* (2012), que afirmaram que pessoas com maiores níveis de renda e educação formal possuem melhores comportamentos financeiros. Lusardi e Mitchel (2006) apontam, em suas publicações, que pessoas com escolaridade mais baixa tendem a ter mais dificuldade em responder de maneira correta perguntas referentes a questões financeiras mais simples, como taxas de juros e investimentos.

Em função disso, Dolvin e Templeton (2006) defendem que programas de educação financeira que fomentem o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades sobre temas inerentes às finanças devem ser difundidos em toda a sociedade, principalmente dentre as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, proteger e garantir que a população mais vulnerável termine o seu processo de formação é fundamental. Isso posto, a assistência estudantil brasileira, para Palavezzini e Nogueira (2014), nos últimos anos, vem acompanhando a trajetória histórica e

sociopolítica do Brasil, sendo que os primeiros passos para sua concretização, de fato, se deram somente na primeira década do século XXI, evidenciando as características peculiares do contexto social, econômico e político neste determinado momento do País.

A concretização da assistência estudantil como uma política pública que almeja o combate à evasão escolar veio posteriormente à efetivação de diversas legislações, dentre as quais deve-se destacar a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo Cury (2014), a Constituição de 1988 impôs novos contornos organizacionais, visando a uma educação democrática própria da cidadania.

Em decorrência da Constituição Federal de 1988, diversas legislações inerentes aos direitos sociais dos cidadãos foram criadas, entre as quais pode-se destacar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que prevê, em seu artigo 1º, que é direito de todo cidadão brasileiro ter acesso aos chamados mínimos sociais e que a assistência social se dá de forma integrada com outras políticas setoriais, inclusive com a educação. Objetiva, assim, a universalização dos direitos sociais, pois “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais” (BRASIL, 1993, sem página).

O conceito de mínimos sociais tem origem na ideologia neoliberal, para suprimir as carências mínimas, pontuais e temporárias da população em situação de vulnerabilidade social. Já o conceito de vulnerabilidade social é abrangente, sendo muito discutido por diversos autores nos últimos anos. Veio para substituir o termo “pobreza”, tendo em vista que qualidade de vida e bem-estar possuem outros fatores determinantes para além da questão da renda monetária.

Neste sentido, Moser (1998) realizou uma pesquisa e concluiu que a vulnerabilidade social de indivíduos, famílias ou comunidades deriva de diversos fatores ‘ativos’ combinados, tais como: moradia, emprego, capitais humanos, sociais, dentre outros. Já Roy (2008) trata a vulnerabilidade a partir de uma perspectiva da fragilização do social, entendendo que ela se arquitetou de maneira ativa, através da inter-relação de dois termos: pobreza e exclusão social.

A vulnerabilidade social, portanto, está relacionada à pobreza, baixa renda, crises econômicas e nível de escolaridade, sendo consequência da desigualdade social existente no Brasil. Segundo a pesquisa denominada Síntese de Indicadores Sociais, realizada no ano de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), na Região Sudeste do País, as famílias tinham renda per capita mensal de aproximadamente R\$459,00, sendo que a renda total das famílias brasileiras era, em média, de R\$2.347,00. A pesquisa ainda evidenciou números que comprovaram que, quanto menor o nível de escolaridade da pessoa, menor a renda per capita, levando a uma maior vulnerabilidade social de todo o grupo familiar.

Como definição de renda para pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, neste estudo, será utilizado o parâmetro estabelecido pelo Decreto N° 6.135, de 23 de junho de 2007, que cria o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também conhecido como CadÚnico, que registra informações sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social, identificando seus membros e suas condições econômicas e sociais. O CadÚnico considera como família de baixa renda "aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo" (BRASIL, 2007, sem página) ou "que possua renda familiar mensal de até três salários-mínimos" (BRASIL, 2007, sem página).

Cabe aqui notar que Mota (1995) preconizou que os mínimos sociais estavam estruturados em uma renda mínima. Corroborando tal afirmação, Fontenele (2007) declarou que as diversas políticas de intervenção no combate à pobreza se dão sob a ótica da transferência de renda, ou seja, o repasse em moeda para o beneficiário.

Para Silva, Yazbek e Giovanni (2004), no Brasil, as propostas de renda mínima sofreram influências de correntes de direita e de esquerda simultaneamente. Porém, Fontenele (2007) alerta que visões liberais também influenciam fortemente a questão do enfrentamento à pobreza, marcando, assim, os programas de transferência de renda, fazendo com que fiquem permeados da perspectiva de mínimos.

Como acepção de mínimos sociais, Sposati (1997) salientou que a definição destes está relacionada ao estabelecimento de um padrão básico de inclusão social que seja composto por conceitos de dignidade e cidadania. Neste conceito de mínimo, está alocado o acesso, com dignidade, à alimentação, moradia, transporte e educação, sendo que o acesso da população vulnerável a esses mínimos sociais se efetiva, por diversas vezes, através das políticas públicas.

Neste contexto de avanços em políticas públicas, Silva (2001) coloca que toda política pública é uma maneira de regulação ou intervenção na sociedade. Já Secchi (2013) define que política pública é uma diretriz elaborada para se combater um determinado problema público. Assim sendo, o atual conceito-referência utilizado em relação à política pública de assistência estudantil, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, foi elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis - FONAPRACE. Dessa forma, o FONAPRACE declara que assistência estudantil:

É um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p.63).

A assistência estudantil nas IFES brasileiras deve ser abrangida como uma política fundamental no contexto da inseparabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, pois o panorama de inclusão social permite aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica a possibilidade de participar das atividades acadêmicas em condições equivalentes às dos demais. Isso porque as necessidades básicas, ou mínimos sociais, como alimentação, moradia e transporte, foram supridas pelo programa de assistência estudantil que a instituição de ensino oferece, viabilizando, assim, o direito social de acesso à educação pública.

O FONAPRACE (2012) também destaca que a Política de Assistência Estudantil não deve englobar apenas os aspectos básicos relativos à alimentação, moradia e transporte. A concepção de educação pública e de qualidade deve ser mais abrangente, auxiliando na construção de uma educação ampliada, levando também ao desenvolvimento de ações nas esferas de saúde, acesso à cultura, esporte e lazer, entre outras, sempre almejando a diminuição dos índices de evasão escolar.

Com o objetivo de conhecer de maneira mais aprofundada a realidade socioeconômica dos universitários brasileiros, o FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) realizaram pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação no Brasil.

“A primeira pesquisa ocorreu no ano de 1996, a segunda em 2003, e a terceira, em 2010. A classificação econômica utilizada nestas pesquisas fundamentou-se nos critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), com ênfase na estimativa do poder de compra das pessoas e famílias urbanas, em detrimento de sua classificação em termos de “classes sociais”¹. Os resultados divulgados nessas pesquisas demonstraram que uma parcela significativa de estudantes das IFES era oriunda de famílias das classes C, D e E. Na pesquisa de 1996, os estudantes pertencentes a estas três classes atingiam 44,3% do total da amostra, em 2003, eram 42,8% do total e, em 2010 eram 43,7% do total” (FONAPRACE/ANDIFES, 2018, p. 6).

Segundo o FONAPRACE/ANDIFES (2016), aproximadamente dois de cada três estudantes ativos em cursos de graduação presenciais das IFES (66,19%) pertenciam a famílias com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Tais dados evidenciaram que grande parte dos estudantes se encontrava em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As condições socioeconômicas dos estudantes, para Vargas (2008), interferem no trajeto acadêmico dos alunos vulneráveis, seja pela falta de acesso a questões de bens e práticas culturais, seja pela dificuldade de harmonizar estudo e trabalho, haja vista que uma boa porcentagem destes estudantes precisa trabalhar para se manter estudando. Daí, advém a importância da concepção de política de assistência estudantil, compreendida como “conjunto

de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior” (BARBOSA, 2009, p. 39). Para Araújo (2003), a assistência estudantil possui grande importância no contexto brasileiro devido às suas altas taxas de desigualdade social, que se evidencia na permanência dos estudantes nos cursos de graduação.

Ao contrário dos aspectos positivos oriundos das políticas de fomento à permanência dos estudantes em cursos superiores em instituições públicas, Correio (2018) menciona que, durante os anos 1990, as universidades públicas passaram por um processo de sucateamento intenso, que foi combatido por movimentos grevistas, com a mídia dando ênfase negativa ao movimento e evidenciando o setor público como oneroso e pouco eficiente, e o setor privado, como local de eficiência e qualidade, colocando em prática as ideologias neoliberais.

Já a partir dos anos 2000, segundo Veloso (2015), foram implementadas mudanças na educação superior, de cunho universalizado, como: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), com destaque para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), alterações no Programa Universidade para Todos (PROUNI) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), entre outras ações.

Na contemporaneidade, a política nacional de assistência estudantil encontra-se em desenvolvimento, tanto no que se refere à existência de contornos normativos quanto a mecanismos de efetivação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Na atual fase, a política possui uma nova abordagem que é marcada pela existência do PNAES, que foi instituído pela Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e regulamentado em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7.234.

São objetivos do PNAES, segundo o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010:

Art. 2º: São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, sem página).

Vasconcelos (2010) salienta que o PNAES é oriundo de esforços coletivos de dirigentes das instituições de ensino, docentes e discentes e representa a materialização de um embate histórico no rol da garantia da assistência estudantil, visando à igualdade de oportunidades a todos os estudantes do ensino público superior. Borsato (2015) complementa, mencionando que

o PNAES foi um instrumento de regulação da assistência estudantil no Brasil, principalmente no que diz respeito ao uso dos recursos financeiros de maneira específica para as ações que contemplam a assistência estudantil. A partir dele, um novo modelo de política de assistência estudantil foi traçado no âmbito nacional.

Já Imperator (2017) mensura que, apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada IFES tem autonomia de gestão e pode usar os recursos que foram disponibilizados pelo governo federal conforme suas necessidades, possibilitando uma maior eficiência do programa. Vale lembrar que as IFES devem também acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa mencionado. Ressalta-se que, até o ano de 2016, os investimentos de recursos no programa sempre foram crescentes. Porém, nos últimos cinco anos, os investimentos na política de assistência estudantil no Brasil têm sido cada vez mais reduzidos, o que dificulta a sua operacionalização.

A seleção dos beneficiários é feita mediante critérios socioeconômicos, geralmente estabelecidos previamente em edital, sendo o público-alvo composto por pessoas que possuem renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio. Em geral, a operacionalização dos programas de assistência estudantil é efetuada pelo profissional assistente social, que realiza a seleção, solicita o pagamento da bolsa ou similar e acompanha rotineiramente o estudante beneficiário. Vale salientar que, em geral, a equipe da assistência estudantil das IFES é composta por diversos profissionais que atuam de forma multiprofissional, visando à melhoria na qualidade de vida dos alunos.

Neste contexto, Menezes (2012) declara que as ações de assistência estudantil, aí incluída a Bolsa Permanência, podem ser consideradas um instrumento fundamental para a efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Já Oliveira (2012) postula que a educação é um direito social essencial para que se tenha acesso à liberdade e à autonomia, necessárias para o pleno exercício da cidadania, gerando, assim, um bem comum a toda a sociedade.

Finalizado o processo de revisão da literatura, na sequência, apresenta-se o Capítulo 3, que trata dos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

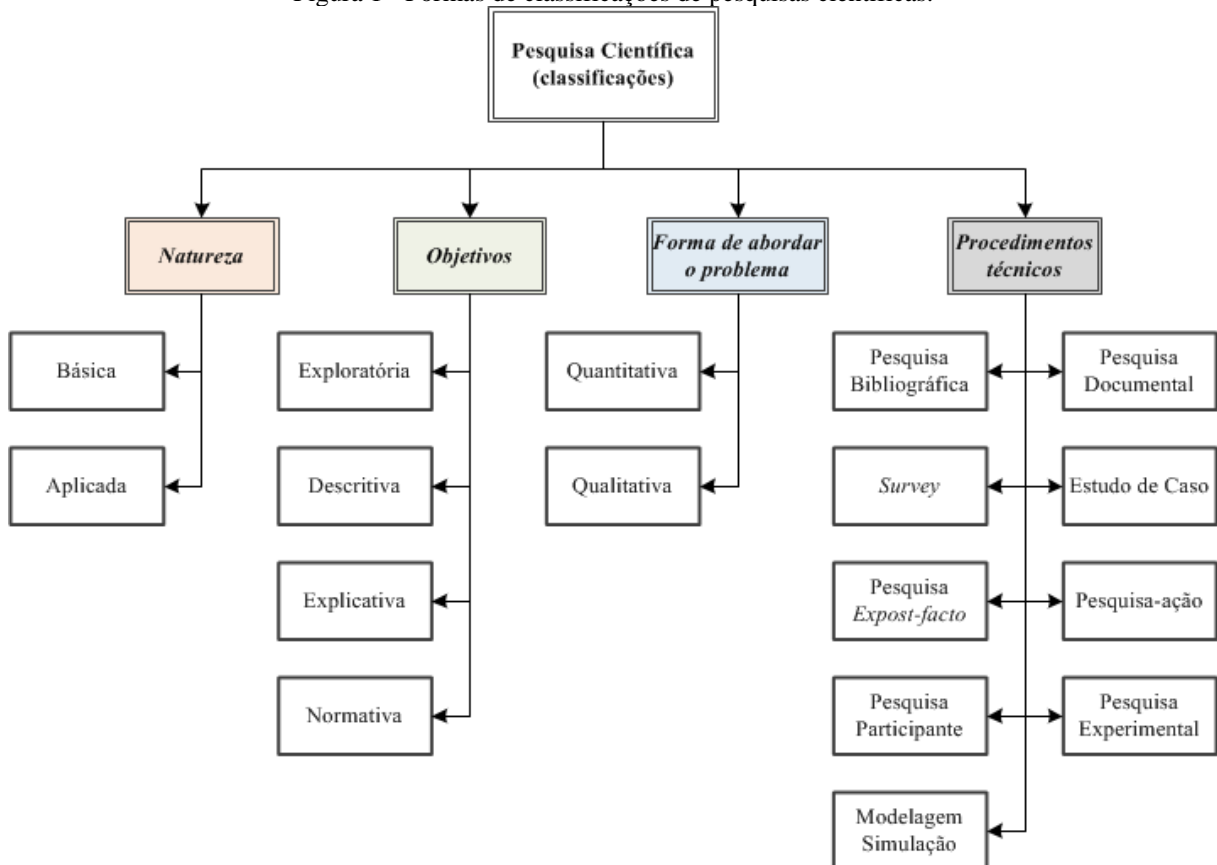
3 METODOLOGIA

Toda pesquisa caracteriza-se pelo uso de método, pois, segundo Lakatos e Marconi (2003), não existe ciência sem o uso de métodos científicos. Assim sendo, “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2002, p. 1). Já para Beuren (2006, p.30), “o método é o ordenamento que se deve auferir aos diferentes processos necessários para alcançar determinado fim estabelecido ou um objetivo esperado”. Com base nessas definições, neste capítulo, será apresentada a estrutura da metodologia do presente projeto de pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

Considerando o objetivo deste trabalho, faz-se necessário classificá-lo metodologicamente, para que possa ser considerado uma pesquisa científica. A Figura 1 apresenta as diferentes formas de classificação de uma pesquisa científica.

Figura 1 - Formas de classificações de pesquisas científicas.



Fonte: Organizado por Medeiros (2013) a partir de Bertrand e Frasoo (2002) e Silva e Menezes (2005).

A partir do que foi apresentado na Figura 1, este estudo pode ser considerado uma pesquisa científica, com as seguintes classificações:

- pesquisa aplicada, quanto à natureza – gera conhecimentos para aplicação prática, direcionados à solução de problemas específicos;
- pesquisa descritiva, quanto aos objetivos – uma vez que temos como principal objetivo descrever as características dos sujeitos envolvidos, a fim de estabelecer relações entre variáveis. Para Gil (2002), algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis e pretendem determinar a natureza dessa relação. Dessa forma, buscaremos identificar os fatores que determinam e contribuem, direta ou indiretamente, para os acontecimentos, os quais procuraremos compreender;
- pesquisa quantitativa, quanto à forma de abordar o problema – a forma de abordagem desta pesquisa pode ser definida como descritiva-quantitativa, de natureza aplicada e corte transversal, uma vez que serão apresentados dados numéricos, provenientes dos questionários. Posteriormente, foi realizada a análise destes, visando mensurar o nível de educação financeira dos universitários bolsistas;
- *survey*, quanto aos procedimentos técnicos – os estudantes bolsistas foram interrogados diretamente, a fim de se obter dados sobre seu comportamento. Freitas *et al.* (2000) mencionam que a pesquisa *survey* consiste na captação de dados e informações acerca de características, ações ou opiniões do público-alvo da pesquisa em geral, utilizando-se um questionário como instrumento de coleta de dados.

Em suma, a pesquisa é de natureza aplicada, possuindo caráter descritivo, com uma forma de abordagem quantitativa do problema, e o procedimento técnico empregado será o levantamento de dados por meio de uma pesquisa do tipo *survey*.

3.2 O processo de coleta de dados em uma *survey*

Segundo Freitas *et al.* (2000), a pesquisa *survey* caracteriza-se pela obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões acerca do público a ser pesquisado, por

meio da aplicação de questionário previamente organizado. Entende-se “por questionário como um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2002, p. 102).

Para Gil (2002), Forza (2002) e Pinsonneault e Kraemer (1993), as pesquisas científicas podem ser classificadas em três categorias:

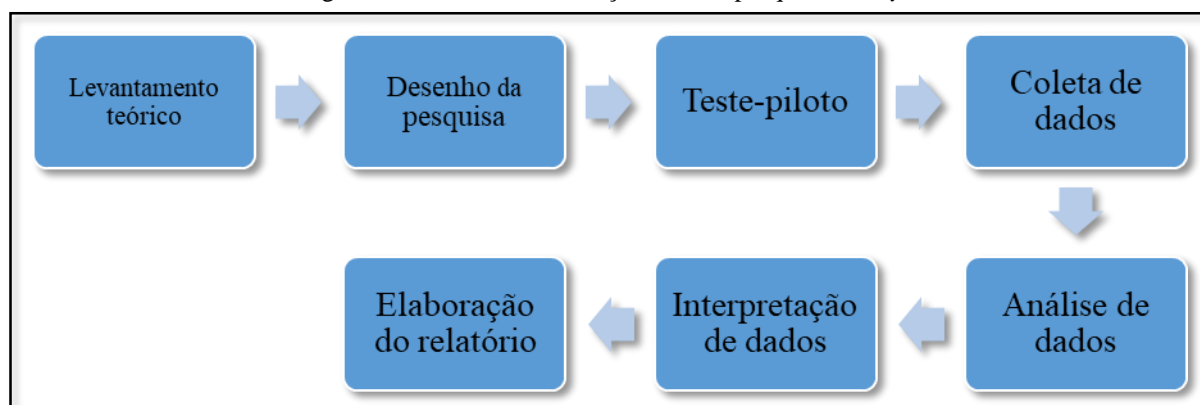
- exploratória: proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses;
- explicativa: visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas;
- descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Ressalta-se que uma classificação não exclui a outra, podendo ocorrer casos de pesquisas com uma ou todas as características de classificações.

Os autores Filippini (1997) e Babbie (1999) e Forza (2002) postulam que a *survey* pode ter os seguintes objetivos: exploratória, confirmatória e descritiva. Babbie (1999) declara que a pesquisa *survey* envolve coleta e quantificação de dados, os quais se tornam uma fonte estável de informações. O uso de uma pesquisa *survey* se faz apropriado quando o pesquisador possui interesse em saber o que ou como um fato está acontecendo, sem interesse em controlar as variáveis dependentes ou independentes.

O presente estudo teve, em seu início, o objetivo de exploração do tema, buscando conceitos teóricos que balizaram as demais definições operacionais. Além disso, será descritivo, pois apresentará características dos sujeitos pesquisados, e, por fim, tem o objetivo de confirmar ou refutar as hipóteses iniciais, assumindo, assim, um caráter de explicação.

Forza (2002) destaca a importância do rigor metodológico na aplicação de uma *survey*, visando à qualidade da pesquisa e impedindo possíveis erros. Como pode ser visto na Figura 2, uma *survey* deve ser realizada com base em um minucioso levantamento teórico, o qual servirá de apoio para estabelecer um modelo conceitual e, a partir daí, transformar conceitos teóricos em questões operacionais, estabelecendo as variáveis, apresentando e discutindo as hipóteses, além de delimitar as condições em que o fato ocorre.

Figura 2 - Processo de execução de uma pesquisa *survey*.

Fonte: Adaptado de Forza (2002, p.156)

Em seguida, serão descritos os objetivos e as etapas para a realização de uma *survey*.

3.3 Processo de execução de uma pesquisa *survey*

Nesta seção, estão descritas as etapas da *survey* que foram executadas nesta pesquisa.

3.3.1 Levantamento teórico

O levantamento teórico da pesquisa encontra-se descrito no Capítulo 2. Segundo Kerlinger (1979), a hipótese pode ser definida como um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis. A hipótese de pesquisa sempre emerge da revisão de literatura, sendo que, no presente estudo, existe a hipótese de que estudantes universitários que são bolsistas do Programa Bolsa Permanência possuem níveis baixos de educação financeira devido à sua condição de vulnerabilidade socioeconômica. Autores como Lusardi, Mitchell e Curto (2010), Gilligan (2012) e Vieira *et al.* (2016) respaldam essa hipótese, mas, de modo específico, buscou-se testar as seguintes hipóteses:

- H1: Beneficiários do programa bolsa permanência possuem baixo nível de educação financeira;
- H2: Beneficiários que possuem maior idade possuem maior nível de educação financeira;
- H3: Beneficiários negros possuem menor nível de educação financeira;
- H4: Beneficiários do sexo feminino possuem menor nível de educação financeira do que os do sexo masculino;

- H5: Beneficiários cujos pais possuem menor escolaridade têm nível menor de educação financeira;
- H6: Beneficiários que fazem cursos com mais disciplinas inerentes a finanças possuem maior nível de educação financeira;
- H7: Beneficiários com menor renda (individual e familiar) possuem menor nível de educação financeira;
- H8: Beneficiários do Bolsa Permanência cujo núcleo familiar também recebe algum outro benefício do Governo Federal possuem menor nível de educação financeira.

Para se comprovar ou refutar as hipóteses de pesquisa, é preciso definir quais serão as variáveis usadas no estudo. Hair Jr. *et al.* (2009) definem duas formas de variáveis, sendo uma dependente do “efeito presumido, ou resposta, a uma mudança na(s) variável(eis) independente (s)”, e a outra, a variável independente como “a causa presumida de qualquer mudança na variável dependente” (HAIR JR. *et al.*, 2009, p 22). A variável dependente, neste estudo, dar-se-á no resultado do teste com as perguntas relativas à educação financeira; já as variáveis independentes são: gênero, idade, renda familiar, renda individual, escolaridade dos pais, curso e recebimento de benefícios do Governo Federal.

Ainda de acordo com Hair Jr. *et al.* (2009), essas variáveis podem ser avaliadas por indicadores, ou variáveis manifestas, as quais podem ser consideradas como os valores quantificados dos itens ou questões específicas em resposta a um questionário eletrônico *survey*. Destaca-se que, somente analisando cautelosamente as variáveis, podem-se atingir os objetivos da pesquisa.

3.3.2 Desenho da pesquisa

Neste subitem, definiu-se o desenho do projeto, tendo em vista as necessidades de informação e observando-se as restrições, uma vez que este estudo será limitado aos discentes de curso superior beneficiários do Programa Bolsa Permanência do *Campus* Bambuí do IFMG. Essa limitação do público-alvo minimiza a possibilidade de generalização dos resultados aos demais discentes do IFMG ou a beneficiários de outras IFES.

Este *survey* possui desenho interseccional (transversal), já que dados foram obtidos de uma única vez, sendo considerada uma amostra para descrever alguma população, possibilitando a descrição de subconjuntos dessa população e, ainda, a determinação das relações entre as variáveis coletadas (BABBIE, 1999).

A pesquisa foi realizada com os discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - *Campus* Bambuí, que é uma autarquia federal, localizada na Fazenda Varginha, no Município de Bambuí, região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, no Km 5 da Rodovia Bambuí/Medeiros.

O *Campus* Bambuí foi criado em 1961, com a Lei 3.864/A, que instituía a Escola Agrícola de Bambuí, (BRASIL, 1961). Passou por diversas transformações: em 1964, foi denominado Ginásio Agrícola através do Decreto nº 53.558 (BRASIL, 1964), e, com o Decreto nº 63.923 (BRASIL, 1968), foi elevado à categoria de Colégio Agrícola de Bambuí. Iniciando a oferta de cursos técnicos, transformou-se em Escola Agrotécnica Federal de Bambuí, em 1979, por meio do Decreto nº 83.935 (BRASIL, 1979). Em 1998, diversificou a oferta de cursos técnicos, e o Decreto Presidencial de 17 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002) implantou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, sendo que, no início de 2003, teve início a oferta de cursos de graduação. Por fim, a lei nº 11.892, de 29/12/2008, (BRASIL, 2008), criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), mediante a integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Bambuí e Ouro Preto e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista. Com essa junção, o CEFET- Bambuí passou a ter a denominação de IFMG - *Campus* Bambuí.

Atualmente, o IFMG - *Campus* Bambuí oferta 1 curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado), 9 cursos de graduação e 7 cursos técnicos; tem um corpo discente composto por aproximadamente 2022 alunos e possui 302 servidores (professores e técnicos administrativos em educação).

Para identificação da população pesquisada, foram consultadas fontes primárias de dados, o que caracteriza uma pesquisa documental. Para Gil (2008, p.51), pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Assim, efetuaram-se pesquisas documentais no banco de dados do Sistema de Seleção da Assistência Estudantil (SSAE).

A população da pesquisa foi composta pelos estudantes de cursos superiores/graduação do IFMG - *Campus* Bambuí que são beneficiários do Programa Bolsa Permanência, que, atualmente, totalizam 138 bolsistas.

Dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), o Programa Bolsa Permanência está instituído pela Resolução N° 9, de 3 de julho de 2020 (BRASIL, 2020). Este documento regulamenta todas as ações de assistência estudantil nos 18 *campi* que compõem a instituição, visando implantar e executar ações que viabilizem a

permanência dos estudantes, evitando a evasão escolar e ampliando as condições de participação democrática e a inclusão social.

No que tange à amostra, Forza (2002) coloca que existem vários tipos de amostragem, que podem ser agrupados em duas famílias: uma é a amostra probabilística, na qual os elementos da população têm a mesma chance de serem escolhidos; a outra é a amostragem não probabilística, em que há algum critério para seleção da população a ser pesquisada, fazendo com que nem todos tenham a mesma chance de serem selecionados para responder a pesquisa.

A amostra do presente estudo consiste nos estudantes devidamente matriculados em cursos superiores do Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus Bambuí* que são beneficiários do Programa Bolsa Permanência, o que caracteriza, portanto, uma amostra não probabilística. Gil (2008) salienta que, quando a amostragem da pesquisa é selecionada com rigor, os resultados obtidos são bem seguros, pois entende-se que os elementos aos quais tem acesso representam, de alguma forma, o universo da pesquisa.

Posteriormente à definição da população a ser pesquisada, buscou-se um instrumento de coleta de dados que condissesse com os objetivos da pesquisa, sendo escolhido o questionário que tem como tema principal a Educação Financeira e os Fatores de Personalidade, criado pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS) da UNIFEI. No total, esse questionário conta com 90 questões estruturadas. Entretanto, cabe ressaltar que, neste estudo, foram analisadas somente as questões relativas à educação financeira; portanto, não foram abordadas questões relativas aos fatores de personalidade. Adicionalmente, o pesquisado também deu o “de acordo” com o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado no APÊNDICE B.

Considerando os objetivos desta pesquisa, as questões analisadas (perguntas respondidas), com as suas respectivas dimensões, são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões x questões respondidas pelos discentes

Dimensões estudadas	Perguntas respondidas
Perfil socioeconômico e demográfico	3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 13; 24; 25; 27; 28; 29
Comportamento financeiro	26; 27; 28; 29; 30; 32; 33; 34; 35; 36; 38; 41; 43; 44; 45
Conhecimento financeiro	13; 37; 39; 40; 46; 42

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Como apresentado no Quadro 2, para analisar o perfil socioeconômico e demográfico dos discentes, foram usadas 34 questões, conforme apresentadas no APÊNDICE A. No mesmo apêndice, é possível identificar as 6 questões empregadas para avaliar o conhecimento financeiro e as 12 usadas para analisar o comportamento financeiro.

Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi devidamente instruído e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, e o parecer do comitê é apresentado no ANEXO A.

3.3.3 Teste-piloto

Para Babbie (1999), o teste-piloto de uma pesquisa caracteriza-se como um teste inicial de um ou mais aspectos do desenho da pesquisa, ou seja, é a aplicação de um esboço do questionário a um determinado grupo, com o objetivo de indicar se este desenho é possível, permitindo avaliar quais serão as possíveis dificuldades e estimar o tempo e custo necessários para finalizar o estudo.

Por se tratar de instrumentos já validados, o teste-piloto e a avaliação da qualidade da medida foram realizados pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS), com aplicação exitosa no trabalho de Marciano (2019).

3.3.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário estruturado, aplicado eletronicamente via ferramenta *Google Forms*, no período de 27/01/2021 a 05/03/2021. O questionário foi enviado por e-mail aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus Bambuí*. A pesquisa foi realizada por cinco estudantes do curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal de Itajubá, em parceria com o DENARIUS, onde cada mestrando tinha um público-alvo específico; daí os motivos de o questionário ter sido enviado a toda a comunidade acadêmica do IFMG – *Campus Bambuí*.

Ressalta-se que o estudo aqui apresentado teve como público-alvo somente os estudantes bolsistas; portanto, estão sendo usadas neste estudo somente as questões inerentes a esse público. Atualmente, o *campus* possui cerca de 138 estudantes bolsistas de cursos superiores, sendo que, destes, 123 responderam ao questionário. A quantidade de respondentes aproximou-se de 90% da população, o que permite afirmar que o nível de confiança é de 99%, com margem de erro menor que 5%.

3.3.5 Procedimentos de análise de dados

No que concerne à análise dos dados, Babbie (1999) afirma que o cerne da pesquisa *survey* consiste em descrever e explicar por meio de medição de variáveis e posterior análise destas. Gil (2002) pondera que esse processo envolve várias etapas, como a codificação das

respostas, a tabulação dos dados e os cálculos estatísticos, sendo que, posteriormente, deverá ocorrer a interpretação dos dados, que se caracteriza por estabelecer a interpretação dos resultados obtidos com outros estudos já publicados inerentes ao tema.

Freitas *et al.* (2000) ratificam que os dados obtidos por meio de uma *survey* devem ser analisados usando-se uma ferramenta estatística descritiva. Freund e Simon (2000) destacam que essa análise abrange o manejo dos dados obtidos em pesquisa, resumindo-os, descrevendo-os, analisando-os e, posteriormente, apresentando-os.

Após coletados, os dados foram tabulados em planilha de Excel, e, para sua análise e processamento, foi utilizado o programa SPSS, versão 27, e BioEstat, versão 5.3. A princípio, efetuou-se uma análise preliminar dos dados obtidos na pesquisa, a fim de verificar as frequências e as correlações de questões socioeconômicas e demográficas associadas a idade, gênero e renda familiar, observando, assim, os resultados alcançados por meio das variáveis dependentes e independentes. Na sequência, foram adotadas as técnicas estatísticas para análise dos dados, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Técnicas estatísticas x objetivos da pesquisa

Técnicas estatísticas	Objetivos da pesquisa
Distribuição de frequência	Perfil socioeconômico e demográfico Nível de educação financeira
Estatística descritiva	Perfil socioeconômico e demográfico Nível de educação financeira Conhecimento financeiro
Criação de índice	Nível de educação financeira
Análise de associação/correlação	Perfil socioeconômico e demográfico Nível de educação financeira Conhecimento financeiro Comportamento financeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Considerando o apresentado no Quadro 3, executaram-se uma análise exploratória preliminar e o tratamento de dados; em seguida, traçou-se perfil da amostra, calculando as distribuições de frequência e a análise de estatística descritiva, tanto das variáveis do perfil socioeconômico e demográfico quanto das variáveis do comportamento financeiro.

Na sequência, realizou-se a mensuração do nível de educação financeira. Para isso, as respostas das questões sobre o conhecimento financeiro foram recodificadas, sendo que o valor 1 substituiu as respostas corretas, e o valor 0, as respostas erradas, ou seja, as que declararam não saber ou que não tiveram interesse em responder. Em seguida, foi calculada a variável “Índice de Conhecimento Financeiro (ICF)”, com a soma das questões 13, 37, 39, 40, 42 e 49. A partir do resultado, criou-se a variável “Nível de Educação Financeira”, em que aqueles que

pontuaram de 1 a 3 foram considerados não “educado financeiramente”, e os que pontuaram de 4 a 6, “educado financeiramente”. O passo seguinte foi verificar a associação/correlação estatisticamente significativa entre o Nível de Educação Financeira e as demais variáveis.

Para avaliar a associação do Indicador de Conhecimento Financeiro (ICF) e os fatores socioeconômicos e demográficos, em uma amostra de 123 estudantes, procedeu-se da seguinte forma: as variáveis quantitativas foram apresentadas por medidas de tendência central e de variação; as variáveis qualitativas foram apresentadas por distribuições de frequências absolutas relativas. A normalidade das variáveis foi avaliada pelos testes de Shapiro-Wilk e D’Agostino-Pearson. A comparação das variáveis quantitativas foi realizada pelos testes: *t Student* e Kruskal-Wallis com pós-teste de Dunn, conforme recomenda (Ayres *et al*, 2007, p. 87), sendo que foi previamente fixado erro alfa em 5% para rejeição de hipótese nula.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os resultados e as discussões sobre a pesquisa. Para facilitar o processo de análise dos dados e a organização dos resultados objetivos, ele será dividido em 4 sessões: 4.1 Perfil - sociodemográfico e socioeconômico da amostra; 4.2 - Perfil de conhecimento financeiro da amostra; 4.3 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra; 4.3.1 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme idade; 4.3.2 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme etnia; 4.3.3 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme gênero; 4.3.4 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme escolaridade dos pais; 4.3.5 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme dívidas em atraso; 4.3.6 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme curso; 4.3.7 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme renda familiar; 4.3.8 - Índice de Conhecimento Financeiro da amostra conforme receber benefício do Governo Federal. Na última parte, será apresentada a proposta de intervenção junto aos discentes beneficiários do programa Bolsa Permanência.

Na análise preliminar dos dados, foram obtidas 124 respostas de um total de 138 estudantes de cursos superiores do IFMG- *Campus* Bambuí beneficiários do programa Bolsa Permanência. Os respondentes estão matriculados nos cursos de graduação, como apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Quantidade de respondentes matriculados por curso.



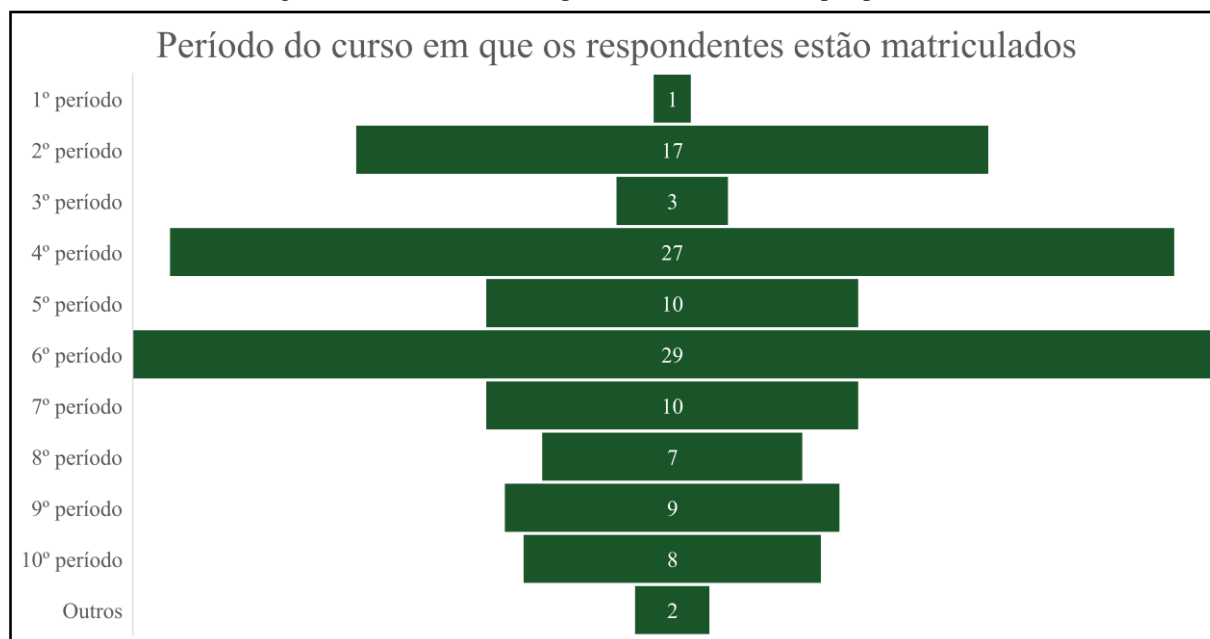
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os resultados apresentados na Figura 3, pode-se afirmar que houve respondentes de todos os cursos de graduação do IFMG - *Campus* Bambuí, sendo que o maior número de respondentes foi do curso de Bacharelado em Agronomia (20 - 16,1%), Administração (18 - 14,5%) e Medicina Veterinária (18 - 14,5%). Um aluno do Curso Técnico em Informática - Integrado ao Ensino Médio - respondeu o questionário de forma inapropriada e foi eliminado da análise dos resultados.

Considerando a eliminação do respondente do curso técnico, foram analisadas as respostas de um total de 123 respondentes. Ou seja, a quantidade de respondentes aproximou-se de 90% da população, o que permite afirmar que o nível de confiança é de 99%, com margem de erro menor que 5% (3,85%, para ser mais preciso).

Além do curso, também foi avaliado o período em que os respondentes estão matriculados, como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 - Quantidade de respondentes matriculados por período.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os resultados apresentados na Figura 4, verifica-se que 23,6% dos respondentes estão matriculados no 6º período (29); 22%, no 4º período (27); e 13,8%, no 2º período (17). O baixo número de respondentes matriculados no 1º período se justifica pelo período em que os dados foram coletados. De janeiro a março, ocorre o processo de matrícula dos discentes que foram aprovados nos processos seletivos, não tendo tempo hábil da realização do processo de seleção dos bolsistas do programa Bolsa Permanência.

Levando em conta os resultados obtidos nessa análise prévia, passou-se para a análise do perfil socioeconômico e demográfico dos respondentes.

4.1 Perfil socioeconômico e demográfico

Atendendo a um dos objetivos específicos, este subitem apresenta a análise descritiva das variáveis. Para caracterizar o perfil dos respondentes, a Tabela 1 apresenta a frequência das respostas dadas pelos respondentes às variáveis sociodemográficas.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos respondentes.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	(n=123)	%
P03. Hoje tenho a seguinte idade:		
Menos que 20 anos	12	9,8
Entre 20 e 22 anos	58	47,2
Entre 23 e 25 anos	40	32,5
Entre 26 e 28 anos	7	5,7
30 anos ou mais	6	4,9
P04. Sexo		
Feminino	77	62,6
Masculino	46	37,4
P05. Cor/raça/etnia:		
Amarela	3	2,4
Branca	60	48,8
Parda	40	32,5
Preta	18	14,6
Prefiro não informar	2	1,6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Observando-se os dados das variáveis apresentados na Tabela 1, percebe-se que a maioria dos respondentes são do sexo feminino (62,6%), havendo uma maior representatividade de respondentes com idade entre 20 e 22 anos (47,2%). Em relação à raça, cor e/ou etnia, a maioria dos respondentes (48,8%) se declararam brancos, seguidos pelos que se declararam pardos (32,5%) e pretos (14,6%).

Em relação ao perfil escolar, cujos resultados são exibidos na Tabela 2, 94,3% dos respondentes afirmaram ter cursado tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio em escola pública, o que evidencia que os beneficiários do Programa Bolsa Permanência são, em essência, oriundos de escolas públicas. Esse resultado já era, de certo modo, esperado, considerando-se os requisitos mínimos e necessários para participação no processo de seleção do programa.

Tabela 2 - Perfil escolar dos respondentes.

PERFIL ESCOLAR	(n=123)	%
P06. Cursei o ensino fundamental:		
Integralmente em escola particular com bolsa.	1	0,8
Integralmente em escola particular.	2	1,6
Integralmente em escola pública.	116	94,3
Maior parte em escola pública.	4	3,3
P07. Cursei o ensino médio:		
Integralmente em escola particular com bolsa.	2	1,6
Integralmente em escola particular.	1	0,9
Integralmente em escola pública.	116	94,3
Maior parte em escola particular.	2	1,6
Maior parte em escola pública.	2	1,6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Outra questão avaliada foi a escolaridade dos pais dos respondentes, cujos resultados são expostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Escolaridade dos pais dos respondentes.

Escolaridade:	P8. Mãe		P9. Pai	
	(n=123)	%	(n=123)	%
Sem escolaridade.	6	4,9	9	7,3
Ensino fundamental incompleto.	45	36,6	51	41,5
Ensino fundamental (1º grau) completo.	7	5,7	13	10,6
Ensino médio (2º grau) incompleto.	15	12,2	7	5,7
Ensino médio (2º grau) completo.	31	25,2	19	15,4
Superior incompleto.	4	3,3	6	4,9
Superior completo.	15	12,2	5	4,1
Especialização (<i>lato sensu</i>).	0,0	0,0	1	0,8
Não sei.	0	0,0	11	8,9
Prefiro não informar.	0	0,0	1	0,8

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

No tocante à escolaridade das mães dos respondentes, observa-se, na Tabela 3, que: 4,9% não possuem nenhum tipo de escolaridade; 36,6% possuem ensino fundamental incompleto; 5,7%, ensino fundamental completo; 12,2%, ensino médio incompleto; 25,2%, ensino médio completo; 3,3%, ensino superior incompleto; e 12,2% possuem ensino superior completo. Tal resultado demonstra que 41,5% das mães possuem um nível de escolaridade considerado baixo, já que não concluíram o ensino fundamental.

Já em relação aos pais, a escolaridade declarada é ainda menor que a das mães. Como apresentado na Tabela 3, 7,3% dos respondentes declararam que o pai não possui nenhum tipo de escolaridade; 41,5%, que os pais possuem ensino fundamental incompleto; 10,6%, ensino fundamental completo; 5,7%, ensino médio incompleto; 15,4%, ensino médio completo; 4,9%, ensino superior incompleto; 4,1%, ensino superior completo; e 1%, que os pais possuem especialização. No total, quase 50% dos pais dos respondentes não possuem ensino fundamental

completo. Tendo 8,9% dos respondentes terem declarado não saber o nível de escolaridade do pai, e apenas 0,8% dos pais possuírem ensino superior completo.

O baixo nível de escolaridade dos pais dos respondentes pode ter efeito direto na renda da família, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 - Renda mensal da família dos respondentes.

P24. Renda mensal da família:	(n=123)	%
Menor do que R\$ 1.045,00 (menos de 1 SM - salário-mínimo)	40	32,5
Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM - salários-mínimos)	61	49,6
De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM)	19	15,4
De R\$ 15.675,01 a R\$ 20.900,01 (15 a 20 SM)	1	0,8
Não sei a renda média mensal da minha família	1	0,8
Não tenho interesse em responder	1	0,8

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Como pode ser observado, 32,5% dos respondentes declararam que a renda mensal familiar é menor que um salário-mínimo; 49,6%, que é até dois salários-mínimos; e 15,4%, que é de dois a quatro salários-mínimos. Pelo apresentado, fica patente que a renda familiar da maioria (82,1) dos respondentes não supera o equivalente a dois salários-mínimos.

Se a renda familiar não passa de 2 salários-mínimos, a renda individual dos respondentes também é inferior a esse valor, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 - Renda média mensal dos respondentes.

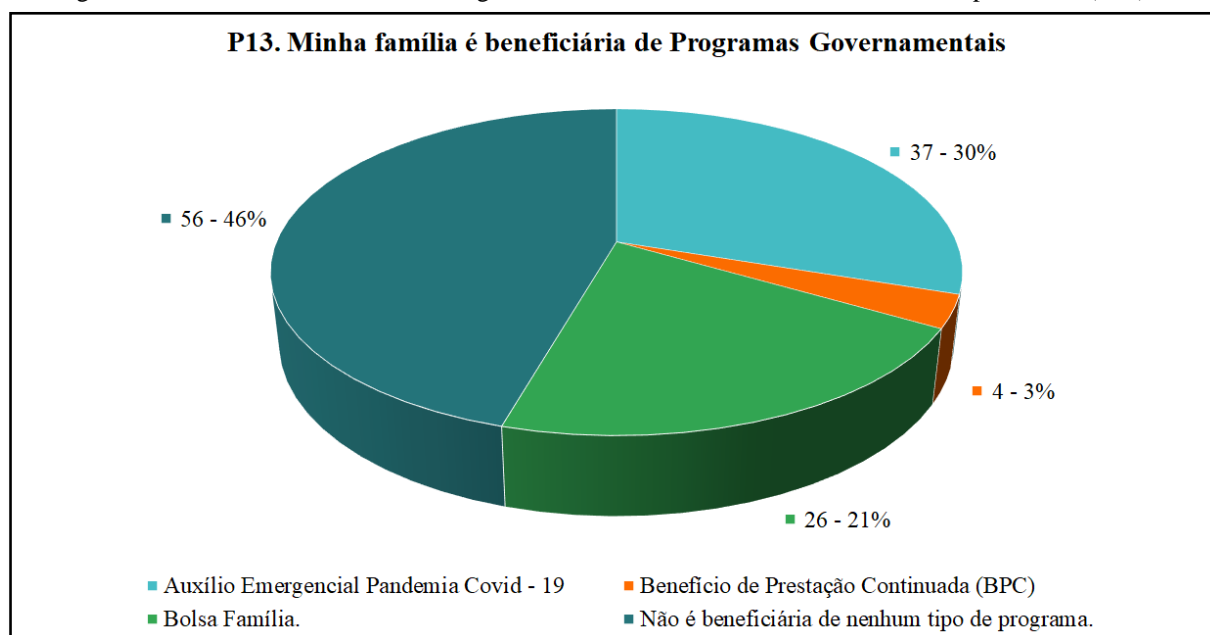
P25. A minha renda média mensal (individual e pessoal) é:	(n=123)	%
Menor do que R\$ 1.045,00 (menos de 1 SM - salário-mínimo)	89	72,4
Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM - salários-mínimos)	3	2,4
Não sei qual é a minha renda média mensal	21	17,1
Não tenho interesse em responder	10	8,1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Além da maioria ter renda média mensal menor que 1 salário-mínimo (72,4%), o que também chama a atenção é que 17,1% dos respondentes declararam não saber qual é a renda média mensal. Essa é uma situação muito preocupante, considerando os princípios de educação financeira.

A baixa renda declarada pelos respondentes pode ser explicada pelo fato de quase 55% das famílias dos respondentes terem afirmado que a família recebe auxílio de algum Programa Governamental (Figura 5).

Figura 5 - Famílias beneficiárias de Programas Governamentais, de acordo com os respondentes (P13).



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando a Figura 5, vale destacar que, apesar da baixa renda das famílias, 45,5% delas não é beneficiária de nenhum tipo de programa. Além disso, mais de 30% das famílias dos respondentes são beneficiárias do Auxílio Emergencial Pandemia Covid-19, o que demonstra a importância do auxílio para manutenção do mínimo social dos respondentes e de seus familiares.

Na sequência, avaliaram-se as questões que utilizavam respostas de escala do tipo *Likert*, como forma de mensurar a concordância ou discordância a afirmações relacionadas ao contato dos respondentes com temas referentes a dinheiro ao longo da sua formação. A Tabela 6 apresenta os resultados obtidos nas questões.

Tabela 6 - Concordância dos respondentes em relação ao assunto dinheiro ao longo da formação.

Assunto dinheiro	(n=123)	Discordo				Concordo
		1	2	3	4	5
P27. Quando criança,... relacionados ao dinheiro.		37	18	28	21	19
	%	30,1	14,6	22,8	17,1	15,4
P28. No Ensino Médio, ... relacionados ao dinheiro.		73	13	15	13	9
	%	59,3	10,6	12,2	10,6	7,3
P29. No Ensino Superior... economia e finanças.		37	18	28	21	19
	%	30,1	14,6	22,8	17,1	15,4

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os resultados apresentados na Tabela 6, pode-se afirmar que não há unanimidade entre os respondentes em relação à concordância relativa à questão P27. Entretanto, pode-se afirmar que a maioria discorda totalmente ou parcialmente (44,7%) da

afirmação, ao passo que 32,5% dos respondentes declararam concordar parcial ou totalmente com a afirmação.

Situação bem distinta ocorreu quando questionado se, no ensino médio, o respondente teve algum conteúdo que o ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro (P28). Nesse caso, praticamente 70% discordaram parcial ou totalmente da questão. E, por outro lado, menos de 18% dos respondentes declararam concordar parcial ou totalmente com a afirmação - situação que já era esperada, considerando-se que foi apenas em 2018 que a educação financeira foi incluída como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Já ao ser avaliar a afirmação “no Ensino Superior cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças”, mais uma vez o resultado mostrou-se distribuído entre as respostas possíveis. Menos de 45% dos respondentes declararam discordar parcial ou totalmente da afirmação, ao passo que apenas 32,5% declararam concordar em parte ou totalmente com a afirmação. Esse resultado, de modo geral, mostra-se condizente com os cursos nos quais os respondentes estão matriculados, pois muitos não contemplam, em sua matriz de disciplinas, conteúdos relacionados a economia e finanças. Mesmo assim, alguns respondentes não discordaram e nem concordaram com a afirmação (22,8%).

Em resumo, pode-se afirmar que a maioria dos respondentes se declararam do sexo feminino, com idade até 22 anos e com raça, cor e/ou etnia branca. Apesar do baixo nível de escolaridade dos pais, a maioria cursou o ensino fundamental e médio em escola pública. Destaca-se também que tanto a renda familiar quanto individual dos respondentes são baixas, não superando 2 salários-mínimos. A maioria afirmou não ter tratado de assuntos relacionados a dinheiro com os pais e nem no ensino médio, enquanto, no ensino superior, uma parcela menor dos respondentes declarou, de alguma forma, ter cursado pelo menos uma disciplina na área de economia e finanças.

Assim, após conhecer o perfil socioeconômico e demográfico dos respondentes, serão analisadas as questões que avaliaram o comportamento financeiro deles.

4.2 Comportamento financeiro

Nessa seção, serão analisadas as questões relacionadas ao comportamento financeiro dos respondentes.

O primeiro elemento avaliado foi em relação à forma como os respondentes gastam a renda. Os resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Gasto do dinheiro por parte dos respondentes.

P26. Em relação a minha renda, posso afirmar que:	(n=123)	%
Gasto mais do que eu ganho, ..., falta dinheiro no final do mês.	20	16,3
Gasto menos do que eu ganho, ..., sobra dinheiro no ... mês.	22	17,9
Gasto o mesmo que ganho, ou seja, não sobra dinheiro ... mês.	64	52,0
Não sei.	10	8,1
Não tenho interesse em responder.	7	5,7

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Considerando o apresentado na Tabela 7, pode-se afirmar que 52% dos respondentes gastam o mesmo que ganham, não sobrando, portanto, dinheiro no final do mês. Entretanto, essa não é a realidade de 16,3% dos respondentes que declararam gastar mais do que ganham, e, por isso, falta dinheiro no final do mês. Essa situação é preocupante, pois força os respondentes a obterem, de alguma forma, recursos extras para pagar o que comprem. Caso contrário, poderão se endividar e até mesmo ficar inadimplentes. Parte dos sujeitos pesquisados (17,9%) também afirmou gastar menos do que ganha e, por isso, sobra algum dinheiro no final do mês. No entanto, chama a atenção o fato de que 8,1% dos respondentes não sabem se gastam mais do que ganham, demonstrando, portanto, falta de controle do orçamento pessoal.

Prosseguindo com a análise das questões relacionadas ao comportamento financeiro, o passo seguinte foi analisar perguntas que tinham como respostas escala de tipo *Likert*. As perguntas com esse tipo de resposta são exibidas na Tabela 8.

Tabela 8 - Comportamento financeiro: perguntas com respostas escalares.

Conhecimento Financeiro	(n=123)	Discordo				Concordo
		1	2	3	4	5
P30. Controlo meu dinheiro periodicamente.		9	8	28	33	45
	%	7,3	6,5	22,8	26,8	36,6
P32. Realizo compras a prazo com frequência.		40	18	23	15	27
	%	32,5	14,6	18,7	12,2	22,0
P36. Sempre que compro à vista, peço desconto.		11	5	27	15	65
	%	8,9	4,1	22,0	12,2	52,8
P38. Mensalmente, ... para eventualidades.		49	16	25	13	20
	%	39,8	13,0	20,3	10,6	16,3
P41. Parte da minha renda... contratar seguro.		49	16	25	13	20
	%	39,8	13,0	20,3	10,6	16,3
P43. Uso renda ... previdência complementar.		96	9	13	3	2
	%	78,0	7,3	10,6	2,4	1,6
P45. Eu faço investimentos ... média mensal.		72	20	18	5	8
	%	58,5	16,3	14,6	4,1	6,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os dados apresentados na Tabela 8, 63,4% dos entrevistados declararam concordar parcial ou totalmente com a afirmação apresentada na questão P30 (Controlo meu dinheiro periodicamente), ao passo que apenas 13,8% discordaram em parte ou totalmente. Essa

pode ser uma das explicações por que a maioria dos respondentes declarou gastar o mesmo que ganha.

Avaliando o comportamento dos respondentes em relação às compras a prazo (P32 da Tabela 8), 34,2% declararam concordar parcial ou totalmente com a afirmação, e 47,1%, discordaram em parte ou totalmente. Vale destacar que 23 respondentes não concordaram e nem discordaram da afirmação, o que pode, em parte, estar associado ao resultado apresentado na Tabela 7.

Ainda em relação ao comportamento, foi questionado aos respondentes se ao comprarem à vista eles pedem desconto. Analisando os resultados (P36 da Tabela 8), 65% concordaram parcial ou totalmente com a afirmação, indicando que a maioria pede desconto ao realizar compras à vista. Por outro lado, apenas 13% dos respondentes não concordaram parcial ou totalmente com a questão, denotando que eles não pedem descontos nas compras à vista. Vale destacar também que 22% dos sujeitos pesquisados não concordaram e nem discordaram da afirmação, o que pode denotar que eles não têm o domínio do conceito de juros.

Quanto ao questionamento se parte da renda mensal é guardada para eventualidades (P38 da Tabela 8), 49 respondentes (39,8%) discordaram totalmente da afirmação, enquanto apenas 20 (16,3%) concordaram. Assim, percebe-se que a maioria dos respondentes (52,8%) não guarda dinheiro para eventualidades - resultado que, em parte, difere do apresentado na Tabela 7, em que a maioria (68,3%) gasta mais ou o mesmo que ganha.

Em relação à contratação de seguros (P41 da Tabela 8), 20 respondentes (16,3%) concordaram totalmente com a afirmação, 13 (10,6%) concordaram, 25 (20,3%) são indiferentes e 65 (52,8%) ou discordaram ou discordaram totalmente. Esse resultado também chama a atenção, considerando que a maioria dos respondentes possui orçamento muito apertado para passar o mês e que esse produto financeiro é destinado à proteção de patrimônio.

Outro ponto que merece destaque ao se analisar a Tabela 8 é que a maioria dos respondentes (85,3% ou 105) discordou ou discordou totalmente da afirmação de que contribuem mensalmente para previdência complementar. Por outro lado, 5 (4,0%) concordaram parcial ou totalmente com a afirmação. Esse é um resultado importante, principalmente por considerar que há mais respondentes contratando seguro do que pensando no planejamento de longo prazo.

A última questão analisada na Tabela 8 foi em relação ao investimento. A maioria dos respondentes (74,8%) discordou parcial ou totalmente com a afirmação (P45). Por outro lado, 10,6% declararam concordar em parte ou totalmente com a afirmação. Esse resultado chama a

atenção, por ter mais respondentes que fazem investimento (maior risco) do que contratam previdência complementar (menor risco).

Analisando com um pouco mais de profundidade o comportamento dos respondentes em relação às compras a prazo, foi solicitado para que eles informassem o percentual da renda destinado a pagar as compras a prazo, cujas respostas são apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 - Comportamento financeiro: comprometimento do orçamento para pagar compras a prazo.

P33. Qual o percentual ... para pagar suas compras a prazo?	(n=123)	%
Até 10%	14	11,4
De 10,01% a 20%	14	11,4
De 20,01% a 30%	6	4,9
De 30,01% a 40%	14	11,4
De 40,01% a 50%	10	8,1
Mais de 50%	15	12,2
Não compro a prazo	29	23,6
Não sei	19	15,4
Não tenho interesse em responder	2	1,6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Avaliando os resultados apresentados (Tabela 9), apenas 29 respondentes (23,6%) afirmaram não comprar a prazo - valor que difere dos resultados obtidos e apresentados na Tabela 8, em que quase 35% declararam não comprar a prazo. Além disso, pode-se afirmar que, de modo geral, a maioria dos respondentes (59,4%) compromete uma parte da renda para pagar compras a prazo.

Quando questionados sobre as formas de pagamento das compras a prazo (Tabela 10), 42,3% dos respondentes utilizam como forma de pagamento o cartão de crédito na modalidade parcelado. Destaca-se, mais uma vez, que o percentual de respondentes que declararam não comprar a prazo é diferente do apresentado nas duas análises anteriores.

Tabela 10 - Comportamento financeiro: forma de pagamento das compras a prazo.

P34. Quando compro a prazo ... principal forma de pagamento...	(n=123)	%
... caderneta (em padaria, mercearia, açougue etc.).	8	6,5
... crediário de lojas (carnê ou promissória).	15	12,2
... o cartão de crédito (parcelado).	52	42,3
... o cartão de crédito (sem parcelar).	13	10,6
Não compro a prazo	32	26,0
Não tenho interesse em responder	3	2,4

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

A partir dos resultados apresentados na Tabela 10, pode-se afirmar que o cartão de crédito é um dos principais meios de pagamento das compras a prazo, pois 52,9% dos respondentes fazem uso desta ferramenta financeira.

Em relação às contas com pagamento em atraso, 60,2% dos respondentes declararam que não possuem contas em atraso (Tabela 11). Considerando que 59,4% dos respondentes comprometem uma parte da renda para pagar compras a prazo, a inadimplência declarada está, de certa forma, sob controle. Entretanto, vale destacar que a maior parte dos respondentes informaram baixa renda, o que pode, em parte, comprometer o futuro financeiro.

Tabela 11 - Comportamento financeiro: inadimplência declarada pelos respondentes.

P35. Qual o percentual das suas compras... estão com pagamento atrasado?	(n=123)	%
Até 10%	23	18,7
De 10,01% a 20%	3	2,4
De 20,01% a 30%	2	1,6
De 30,01% a 40%	2	1,6
De 40,01% a 50%	2	1,6
Mais de 50%	7	5,7
Não sei.	6	4,9
Não tenho contas em atraso.	74	60,2
Não tenho interesse em responder.	4	3,3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Uma das questões que compõem o questionário utilizado neste estudo refere-se à contribuição para a previdência social oficial e previdência complementar. Atualmente, contribuir para esse regime significa estar assegurado contra possíveis infortúnios, como morte, desemprego involuntário, invalidez, maternidade, ou mesmo possuir condições de subsistência na velhice, ou seja, tal contribuição pode ser considerada uma forma de poupança planejada que visa à utilização em médio e longo prazo, segundo Matta (2007). Apenas 32,5% dos entrevistados afirmam contribuir ou ter intenção de contribuir com pelo menos um dos regimes de previdência (Tabela 12), sendo este um percentual baixo, considerando-se as discussões recentes sobre a reforma do sistema previdenciário brasileiro.

Tabela 12 - Comportamento financeiro: contribuição para plano de previdência.

P44. Considerando que a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS)	(n=123)	%
... contribuo (ou contribuirei) apenas com a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS)	24	19,5
... contribuo (ou contribuirei)e também com a complementar	16	13,0
... não contribuo (ou não contribuirei) com nenhuma forma de previdência	35	28,5
Não sei	33	26,8
Não tenho interesse em responder	15	12,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

De modo geral, pode-se afirmar que os respondentes apresentam consistência no comportamento financeiro. Entretanto, em alguns casos, pode-se notar certa divergência nas respostas, situação que, de certa forma, é esperada, considerando-se o perfil dos pesquisados. Entretanto, vale destacar que o cartão de crédito é um instrumento financeiro consolidado entre

os respondentes - motivo pelo qual é fundamental a disseminação de conceitos de educação financeira entre eles, pois esse é um dos meios de pagamento que pratica as maiores taxas de juros.

4.3 Mensuração da Educação Financeira

Essa seção apresenta a estatística descritiva das questões sobre conhecimento financeiro, bem como a mensuração do nível de educação financeira dos respondentes, como proposto.

4.3.1 Conhecimento financeiro

Para mensurar o conhecimento financeiro dos respondentes, foram utilizadas seis questões de múltipla escolha, com apenas uma resposta correta. A Tabela 13 apresenta as questões (P13, P37, P39, P40, P42 e P46) e o resumo com a quantidade de respondentes que assinalaram as respostas corretas e incorretas.

Tabela 13 - Comportamento financeiro: quantidade de respondentes que acertaram e erraram as questões.

Conhecimento Financeiro	(n=123)	Incorreto	Correto
		0	1
P13. Suponha que nos próximos 10 anos os preços dos itens que você compra regularmente dobrem de preço. Se o seu rendimento também dobrar, você comprará...		62	61
	%	50,4	49,6
P37. Você precisa tomar emprestado R\$ 100,00. Qual a MENOR quantia que você deve devolver ao credor?		65	58
	%	52,8	47,2
P39. Considere que você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança e o banco paga juros de 10% ao ano. Se você não movimentar essa conta, quanto você terá na mesma conta de poupança após cinco anos?		78	45
	%	63,4	36,6
P40. Um banco pagou juros de 10% ao ano para sua conta de poupança e, no mesmo ano, a inflação foi de 15%. Após deixar o seu dinheiro naquela poupança por um ano, pode-se afirmar que você seria capaz de comprar...		107	16
	%	87,0	13,0
P42. Quando você contrata um seguro, você está procurando...		111	12
	%	90,2	9,8
P46. Considere que você possui algum dinheiro para realizar investimento, é mais seguro investir em...		64	59
	%	52,0	48,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando o apresentado na Tabela 13, as perguntas P13 e P40 avaliaram o conhecimento dos respondentes em relação ao conceito de inflação. Os resultados obtidos na análise das respostas da P13 apontaram um empate técnico entre os respondentes, pois 62 (50,4%) assinalaram a resposta incorreta, e 61 (49,6%), a resposta correta.

Por outro lado, ao analisar o resultado obtido na P40, fica evidenciado que os respondentes não dominam o conceito de inflação. Nessa questão, 87% dos respondentes (107) assinalaram a resposta incorreta, enquanto apenas 13% (12) marcaram a correta.

Assim como o conceito de inflação, o conceito de juros também foi mensurado por outras duas questões - a P37 e P39 (Tabela 13). Analisando as respostas obtidas na P37, pode-se afirmar que a maioria dos respondentes (52,8%) assinalou a resposta incorreta, e apenas 47,2%, a resposta correta. Resultado semelhante foi encontrado na análise da P39, em que 63,4% assinalaram a resposta incorreta, e apenas 36,6% marcaram a resposta correta. Isso demonstra, portanto, que menos de 40% dos pesquisados dominam o conceito de juros.

A P42 avaliou o conhecimento dos respondentes em relação ao conceito de seguro. Os resultados obtidos (Tabela 13) apontaram que 90,2% (111) assinalaram a resposta incorreta. Os que acertaram representam apenas 9,8% dos respondentes - fato que chama a atenção, pois 16,3% dos respondentes declararam usar parte da renda para contratar seguro. Isso leva a crer que alguns dos que contratam seguro o fazem sem saber o que estão contratando.

Por último, a P46 avaliou o conhecimento de risco em investimento (Tabela 13). Destaca-se que pouco mais da metade dos respondentes (64, que representa 52%) marcou a resposta incorreta para a questão, e 48,0% assinalaram a resposta correta. Esses resultados revelam que uma parte dos entrevistados aparenta dominar mais o conceito de risco de investimento do que o conceito de seguro.

A partir das respostas obtidas nas questões apresentadas na Tabela 13, foi construído um indicador para mensurar o nível de educação financeira dos respondentes. A construção do índice e sua análise serão detalhadas no subitem a seguir.

4.3.2 Nível de educação financeira

Este subitem tem o objetivo de descrever como foi realizado o cálculo do Nível de Educação Financeira dos respondentes. Para isso, foram utilizadas as seis questões de múltipla escolha apresentadas na Tabela 13, analisadas no subitem anterior.

As questões P13, P37, P39, P40, P42 e P49 (Tabela 13) apresentavam cinco alternativas de resposta, sendo que, destas, havia apenas uma alternativa correta. Para se determinar o nível de educação financeira, as alternativas de respostas foram recodificadas: a alternativa correta recebeu o código 1, e as demais, o código 0 (Tabela 13).

Com a recodificação das alternativas das questões (tabela 7), criou-se a variável “**Índice de Conhecimento Financeiro (ICF)**”, que é o resultado da soma das alternativas recodificadas de cada uma das seis questões, por respondente. Dessa forma, cada respondente pôde obter uma

pontuação que variou de 0 (respondente que não assinalou a alternativa correta em nenhuma das seis questões) a 6 (respondente que assinalou a alternativa correta nas seis questões) na variável criada.

A Tabela 14 apresenta o número de respondentes por ICF, e a Figura 6 ilustra o apresentado na forma de distribuição de frequência.

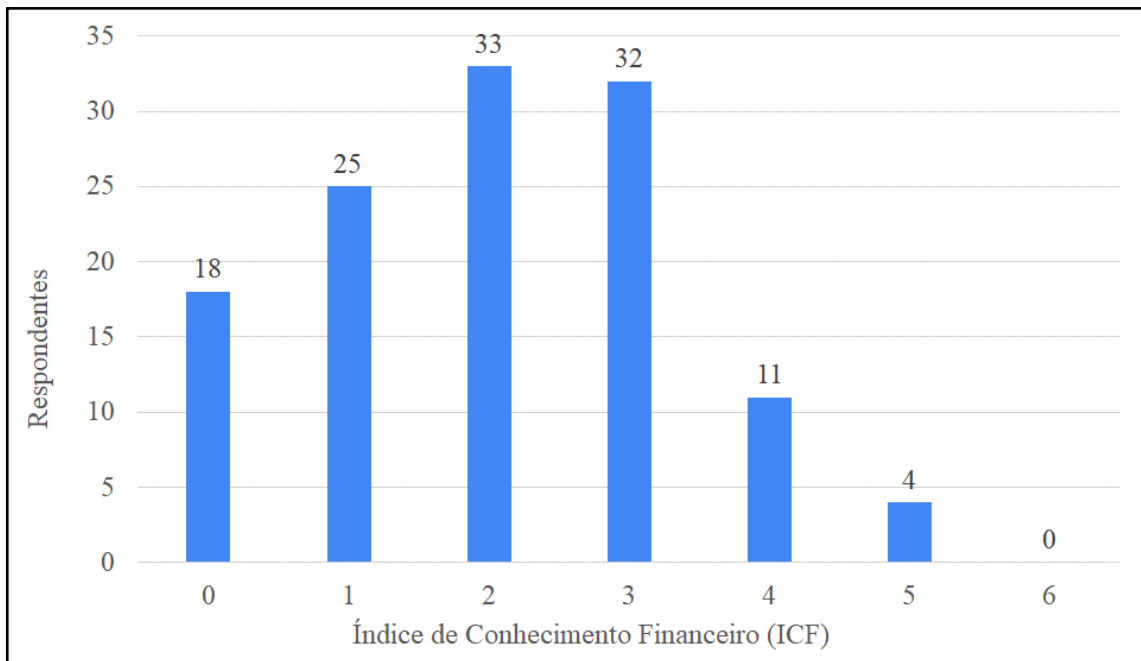
Tabela 14 - Número de respondentes por ICF.

ICF (Conhecimento Financeiro)	n	%
0	18	14,6
1	25	20,3
2	33	26,8
3	32	26,0
4	11	8,9
5	4	3,3
6	0	0
Total	123	100,0

*p-valor <0.0001, Qui-quadrado, GL = 6.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 6 - Distribuição frequência do número de respondentes por ICF.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os dados apresentados na Tabela 14 e na Figura 6, observa-se que não houve respondentes com ICF igual a 6. Isso demonstra que alguns respondentes assinalaram incorretamente todas as alternativas de resposta, resultando, assim, em 18 entrevistados

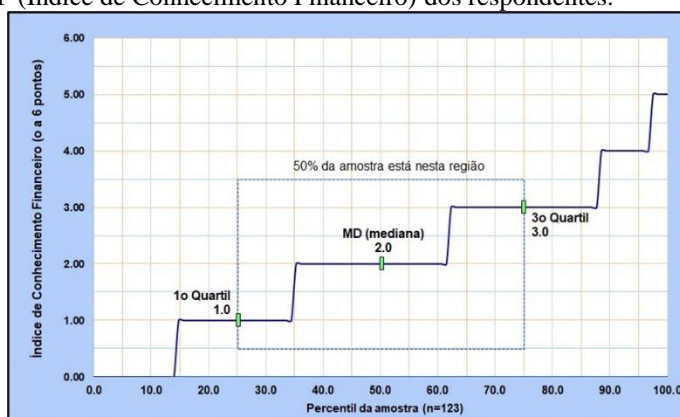
(14,6%) que obtiveram ICF igual a 0. Do total, 25 (20,3%) obtiveram ICF igual a 1; 33 (26,8%), ICF 2; 32 (26,0%), ICF 3; 11, ICF 4; e apenas 4 respondentes obtiveram ICF igual a 5.

Vale destacar ainda que o histograma (Figura 6) apresenta ligeira assimetria à esquerda, sendo que a moda da pontuação dos respondentes é 2, e a pontuação média obtida foi de 2,04. A partir da estatística do teste do Qui-quadrado (p -valor $<0.0001^*$ - Tabela 14), pode-se afirmar que o grupo tem baixo conhecimento financeiro, e a ausência de estudantes com o nível máximo de conhecimento financeiro (ICF = 6) é estatisticamente significativa.

A Figura 7 revela que o grupo teve ICF variando de 0 a 5 pontos, com média igual a 2,04 e mediana igual a 2,0. A amostra apresentou distribuição gaussiana, p -valor = 0.3504, pelo teste de d'Agostino-Pearson, o que possibilita afirmar que o ICF que melhor representa a amostra é igual a 2 pontos.

Figura 7 - Estatísticas descritivas do ICF (Índice de Conhecimento Financeiro) dos respondentes.

Estatísticas	Geral (n=123)
Mínimo	0
Máximo	5
Mediana	2
Primeiro Quartil	1
Terceiro Quartil	3
Média Aritmética	2
Desvio Padrão	1,3
p-valor, Normalidade, teste de D'Agostino-Pearson = 0.3504	

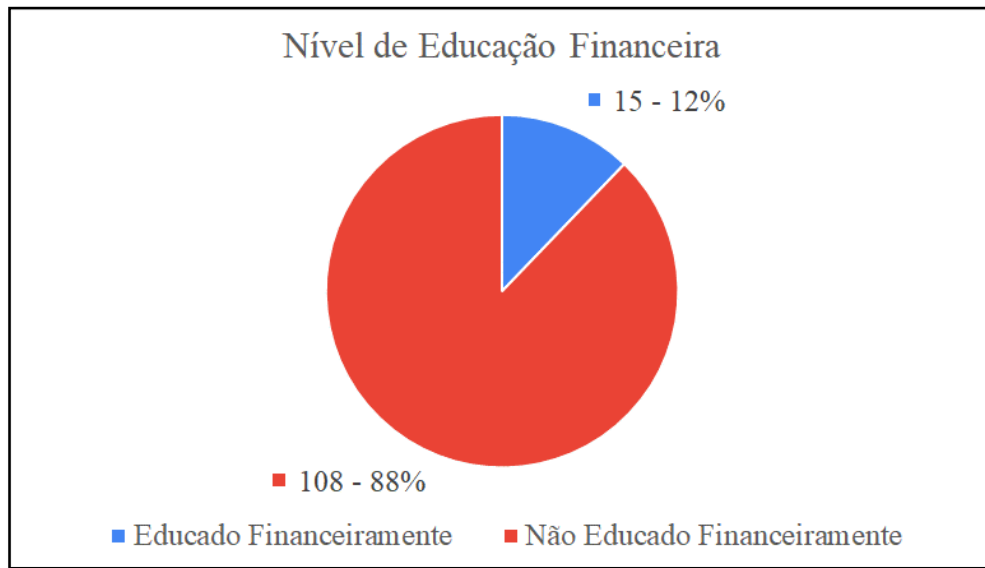


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Considerando os resultados apresentados na Figura 8, apenas 12,2% dos respondentes (15) podem ser considerados educados financeiramente, enquanto 87,8% (108) podem ser considerados não educados financeiramente.

De modo geral, pode-se afirmar que o percentual de respondentes considerados educados financeiramente é menor os brasileiros identificados como educados financeiramente pela Pesquisa Global de Alfabetização Financeira da *Standard & Poor's Services* - Pesquisa Global FinLit da S&P (KLAPPER; LUSARDI; VAN OUDHEUSDEN, 2015). O resultado daquela pesquisa apontou que, no geral, 35% dos brasileiros poderiam ser considerados como educados financeiramente. Ressalta-se que 5 das 6 questões sobre o conhecimento financeiro utilizadas nesta pesquisa também estão presentes no trabalho de Klapper, Lusardi e Van Oudheusde (2015). Tal pesquisa usou perguntas que tinham o objetivo de medirem os quatro fundamentos dos conceitos para a tomada de decisões financeiras como: diversificação de riscos, inflação e juros compostos.

Figura 8 - Nível de Educação Financeira dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Evidencia-se que o Nível de Educação Financeira dos respondentes é muito inferior ao identificado nos mais diversos trabalhos publicados. E, para aprofundar o estudo em relação ao Nível de Educação Financeira, o ICF foi associado com outras variáveis já apresentadas. Essas associações são apresentadas no próximo item.

4.4 Associação entre o perfil socioeconômico e demográfico e o nível de educação financeira

Este item tem o objetivo de avaliar a associação entre o perfil socioeconômico e demográfico e o nível de educação financeira.

4.4.1 Idade x Nível de Educação Financeira

Pesquisas que tratam da relação entre idade e educação financeira demonstram que os índices desta tendem a serem maiores entre os adultos a partir dos 25 anos de idade, ou seja, no meio do seu ciclo de vida. Lusardi e Mitchel (2011) evidenciaram que os sujeitos de sua pesquisa na faixa etária entre 25 e 65 anos tiveram uma tendência maior, de 5%, de acertar as questões que os demais de outras faixas etárias.

A Tabela 15 e a Figura 9 apresentam a distribuição do ICF por idade dos respondentes.

Tabela 15 - Distribuição do ICF conforme a idade (anos) dos respondentes.

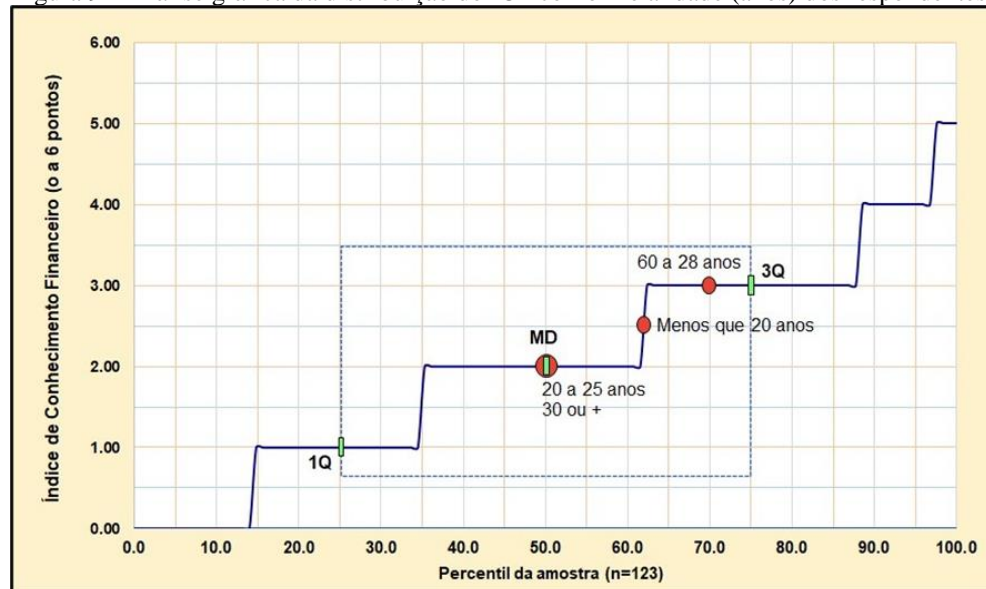
Categorias de faixa etária (anos)					Geral
< 20	20 a 22	23 a 25	26 a 28	30 ou +	

Estatísticas	(n=12)	(n=58)	(n=40)	(n=7)	(n=6)	(n=123)
Mínimo	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Máximo	5,0	4,0	5,0	4,0	5,0	5,0
Mediana	2,5	2,0	2,0	3,0	2,0	2,0
Primeiro Quartil	0,0	1,0	1,0	1,0	2,0	1,0
Terceiro Quartil	3,3	3,0	3,0	4,0	2,0	3,0
Média Aritmética	2,2	2,0	2,0	2,6	2,3	2,0
Desvio Padrão	1,9	1,2	1,3	1,5	1,4	1,3
Normalidade (p)	0,0780	0,2621	0,0199	0,0155	0,0099	0,3504

p = 0,8265, Teste de Kruskal-Wallis

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 9 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme a idade (anos) dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os resultados apresentados na Tabela 15 e na Figura 9, pode-se afirmar que não há diferença significativa do ICF conforme a idade (p -valor = 0.8265, não é significativo). Além disso, observou-se que respondentes com idade de 30 anos ou mais têm mediana do ICF igual a 2, portanto, baixa educação financeira - resultado distinto do encontrado por outros autores.

Os resultados destacados no parágrafo anterior apresentam, de forma direta, certas contradições em relação ao resumo apresentado no Quadro 1. A falta de associação entre a faixa etária e o nível de educação financeira pode ser explicada pela pequena dispersão da faixa etária dos respondentes.

4.4.2 Etnia x Nível de Educação Financeira

Estudos realizados por Grable e Joo (2006), Mandell (2008) e outros (Quadro 1), com estudantes universitários, evidenciaram que os que se autodeclararam brancos demonstraram

possuir mais conhecimento acerca de questões financeiras em comparação aos que se autodeclararam negros. Lusardi e Mitchel (2011) também inferiram, em seus estudos, que os negros possuem índices menores de educação financeira.

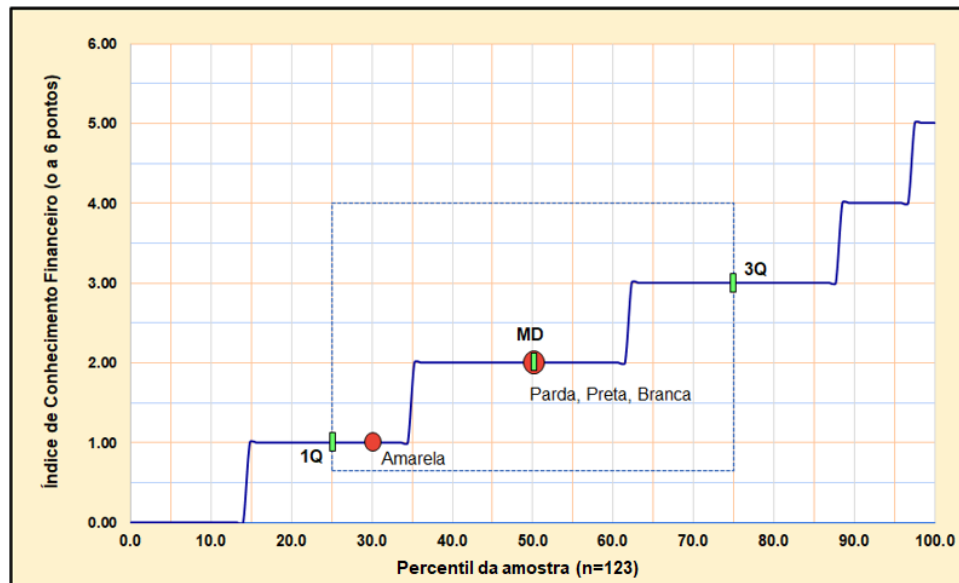
A Tabela 16 e a Figura 9 apresentam a distribuição do ICF por cor/raça/etnia dos respondentes.

Tabela 16 - Distribuição do ICF conforme cor/raça/etnia dos respondentes.

	Amarela 3	Branca 60	Parda 40	Preta 18	Geral 123
Mínimo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	1,0	5,0	5,0	4,0	5,0
Mediana	1,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Primeiro Quartil (25%)	0,5	1,0	0,8	1,0	1,0
Terceiro Quartil (75%)	1,0	3,0	3,0	2,8	3,0
Média Aritmética	0,7	2,2	1,8	1,9	2,0
Desvio Padrão	0,6	1,3	1,3	1,2	1,3
Normalidade (p)	---	0,4799	0,0097*	0,2116	0,3504

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 10 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme cor/raça/etnia dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 16 e Figura 9, também não é possível afirmar que há diferença entre o nível de educação financeira e a cor/raça/etnia declarada pelo respondente. Isso porque o teste de hipótese não foi estatisticamente significativo, considerando-se que o p-valor encontrado de 0.1272 não é significativo. Vale destacar que os respondentes que se declararam da cor amarela apresentaram a menor mediana (ICF = 1,0), ao passo que os que se declararam brancos obtiveram a mesma mediana dos que se declararam pardos e pretos.

4.4.3 Gênero x Nível de Educação Financeira

Diversas pesquisas na contemporaneidade tratam de questões relacionadas a gênero e educação financeira. A maioria dos autores aponta que mulheres possuem índices de educação financeira mais baixos que os homens, como relatado nos trabalhos de Lusardi e Mitchel (2011), Lusardi, Mitchel e Curto (2010), Lusardi e Tufano (2009), Sarigul (2014) e Bucher-Koenig *et al.* (2014), dentre outros. Segundo Lusardi e Mitchel (2011), as mulheres respondem de forma mais sincera, com respostas do tipo “não sei”, do que os homens. Tal fato também ficou evidenciado em estudo realizado por Bucher-Koenig *et al.* (2014).

Neste trabalho, também foi avaliada a associação entre o gênero declarado pelo respondente e o nível de educação financeira. Os resultados são apresentados na Tabela 17 e na Figura 11.

Tabela 17 - Distribuição do ICF conforme gênero dos respondentes.

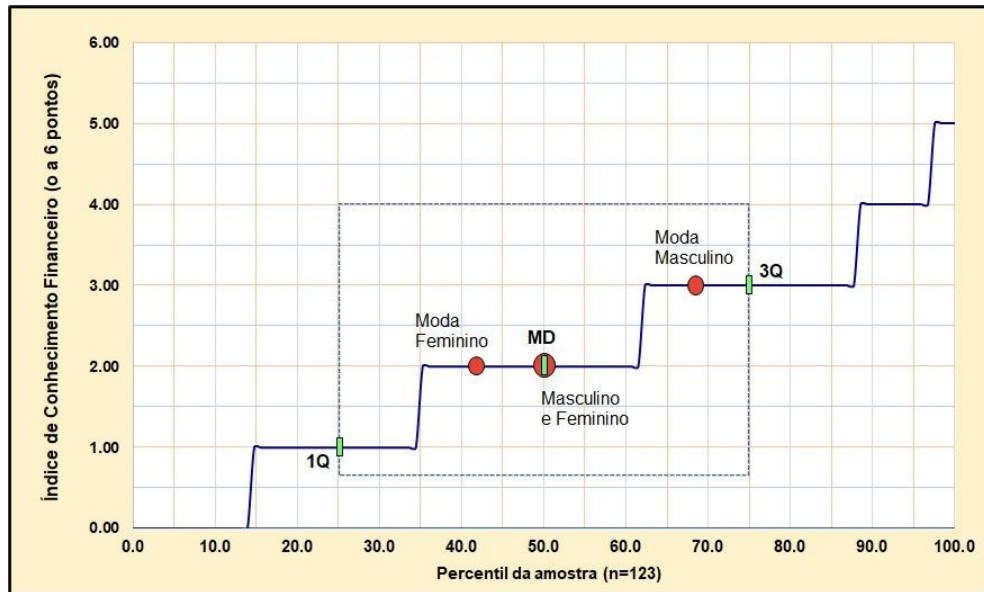
Estatísticas	Masculino (n=46)	Feminino (n=77)	Geral (n=123)
Mínimo	0,0	0,0	0,0
Máximo	5,0	5,0	5,0
Mediana	2,0	2,0	2,0
Primeiro Quartil	1,0	1,0	1,0
Terceiro Quartil	3,0	3,0	3,0
Média Aritmética	2,2	1,9	2,0
Desvio Padrão	1,3	1,3	1,3
Moda	3,0 (30,4%)	2,0 (25,9%)	3,0
Normalidade (p)	0,7745	0,3490	0,3504

p-valor=0.2485, teste t de Student, comparação Masculino x Feminino. p-valor = 0.7434, Qui-quadrado, comparação entre as modas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Os resultados apresentados na Tabela 17 e na Figura 11 indicam que não há diferença significativa no nível de educação financeira entre respondentes que se declararam do gênero masculino ou feminino, sendo que a mediana do ICF de ambos os gêneros é igual a 2, ou seja, um valor muito baixo.

Figura 11 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme gênero dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

4.4.4 Escolaridade dos pais x Nível de Educação Financeira

Questões inerentes à educação financeira das pessoas são permeadas pelas relações com a família e pelo nível de escolaridade dos pais, sendo o desempenho mais positivo daqueles que os pais possuem maior escolaridade. Esse resultado é apresentado por vários trabalhos como os de Tokunaga (1993), Jorgensen (2007), Lusardi, Mitchel e Curto (2010), Grohmann, Kouwenberg e Menkhoff (2015) e Brown e Taylor (2016) dentre outros autores (Quadro 1).

Essa associação foi avaliada neste trabalho e os resultados são apresentados na Tabela 18 e na Figura 12.

Apesar da estatística do p-valor não apresentar associação significativa entre a escolaridade dos pais e o nível de educação financeira dos respondentes, observa-se que a mediana do ICF apresentada na Tabela 18 é maior no caso dos respondentes cujos pais possuem ensino superior incompleto. Ao passo que, nos demais níveis de escolaridade dos pais a mediana do ICF foi igual a 2. Esse resultado refuta a quinta hipótese levantada, em que os beneficiários cujos pais possuem menor escolaridade têm nível menor de educação financeira.

Vale ressaltar dois pontos importantes nessa análise. A maioria dos respondentes declarou que os pais possuem baixo nível de escolaridade. Além disso, o ICF dos respondentes também foi muito baixo. Assim, a homogeneidade dessas respostas pode criar viés no resultado encontrado.

Tabela 18 - Distribuição do ICF conforme a escolaridade dos pais dos respondentes.

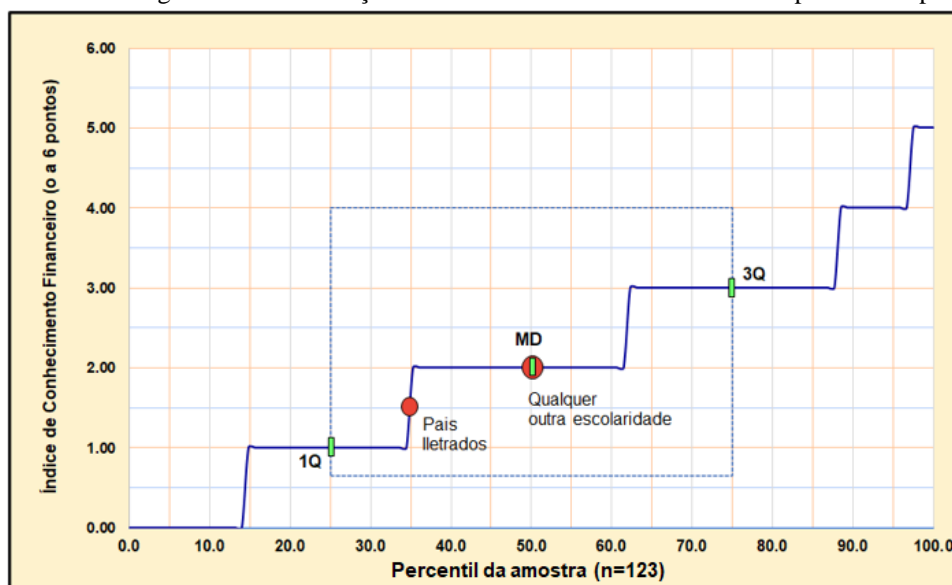
	ILET	EFI	EFC	EMI	EMC	ESI	ESC	Geral
	2	34	9	13	36	10	19	123
Mínimo	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0
Máximo	2,0	4,0	4,0	5,0	5,0	4,0	5,0	5,0
Mediana	1,5	2,0	2,0	2,0	2,0	3,0	2,0	2,0
Primeiro Quartil	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0	2,3	0,0	1,0
Terceiro Quartil	1,8	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Média Aritmética	1,5	1,9	2,1	2,0	2,0	2,8	1,9	2,0
Desvio Padrão	0,7	1,2	1,3	1,4	1,3	0,6	1,7	1,3
Normalidade (p)	---	0,5813	0,0344	0,3270	0,0339	0,0153	0,0130	0,3504

p-valor = 0.4512, Teste de Kruskal-Wallis

Sendo: ILET: Sem escolaridade; EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESI: Ensino superior incompleto; ESC: Ensino superior completo.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 12 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme a escolaridade dos pais dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

4.3.5 Dívidas em atraso x Nível de Educação Financeira

Segundo Oliveira, Rocha e Teixeira (2020) devido à crise econômica dos últimos, acentuada posteriormente a 2016 e agora agravada pela pandemia de Covid-19 levou as famílias brasileiras a alterar suas formas de endividamento e por efeito, os percentuais de inadimplência tem se alterado para melhor em função das mudanças de hábito em relação ao consumo. Os autores realizaram um estudo e concluíram que 25% dos sujeitos pesquisados de baixa renda, comprometem até 30% da sua renda com dívidas, apresentando assim uma menor inadimplência.

A questão entre inadimplência e nível de educação financeira também foi analisada neste estudo e os resultados são apresentados na Tabela 19 e na Figura 13.

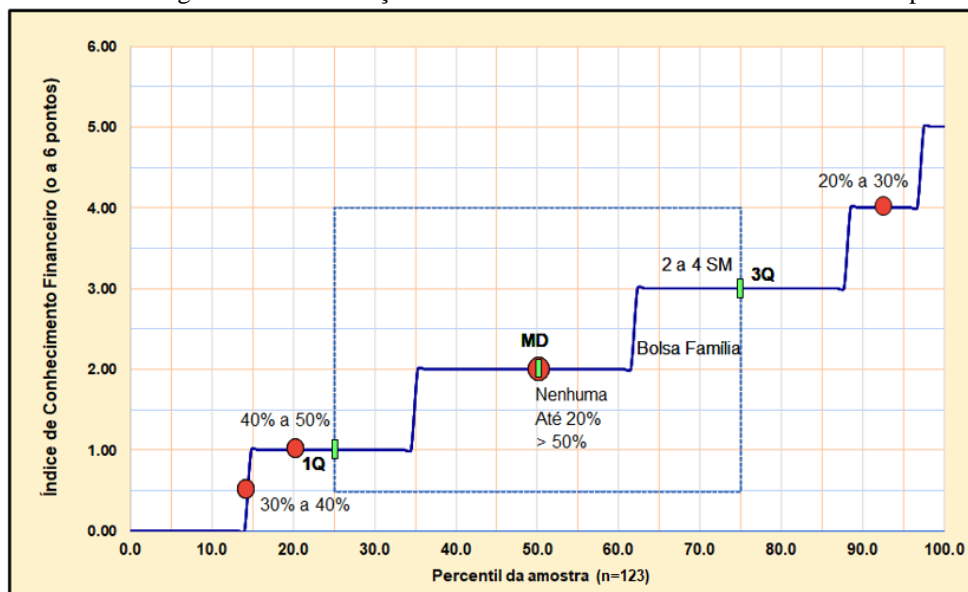
Tabela 19 - Distribuição do ICF conforme as dívidas em atraso dos respondentes.

Estatísticas	Dívidas em atraso						Não Sei (n=6)	S/dívidas (n=78)
	Até 10% (n=23)	10% a 20% (n=3)	20% a 30% (n=2)	30% a 40% (n=2)	40% a 50% (n=2)	> 50% (n=7)		
Mínimo	0,0	2,0	3,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Máximo	5,0	3,0	5,0	1,0	2,0	3,0	4,0	5,0
Mediana	2,0	2,0	4,0	0,5	1,0	2,0	2,0	2,0
1o Quartil	1,0	2,0	3,5	0,3	0,5	2,0	1,3	1,0
3o Quartil	3,0	2,5	4,5	0,8	1,5	2,5	2,8	3,0
Média	2,0	2,3	4,0	0,5	1,0	2,1	2,0	2,0
D. Padrão	1,4	0,6	1,4	0,7	1,4	0,7	1,4	1,3
Normalidade(p)	0,1844	---	---	---	---	0,1113	0,9557	0,3580

p-valor = 0.9797, Kruskal-Wallis.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 13 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme as dívidas em atraso dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Como já apresentado (Tabela 11), apenas 1,6% dos entrevistados estão com 10% a 20% de suas contas em atraso, sendo que a grande maioria 60,2% nem ao menos realiza compras a prazo, ficando evidente assim a semelhança nos resultados de ambos os estudos. E, analisando a apresentado na Tabela 19 e Figura 13, pode-se afirmar que não há associação significativa entre o ICF e as dívidas em atraso dos entrevistados. Isso porque a estatística p-valor foi de 0,9797.

4.3.6 Curso de graduação x Nível de Educação Financeira

Outra associação avaliada foi entre o nível de educação financeira e o curso de graduação do respondente, como apresentado na Tabela 20 e na Figura 14.

Tabela 20 - Distribuição do ICF conforme o curso de graduação do respondente.

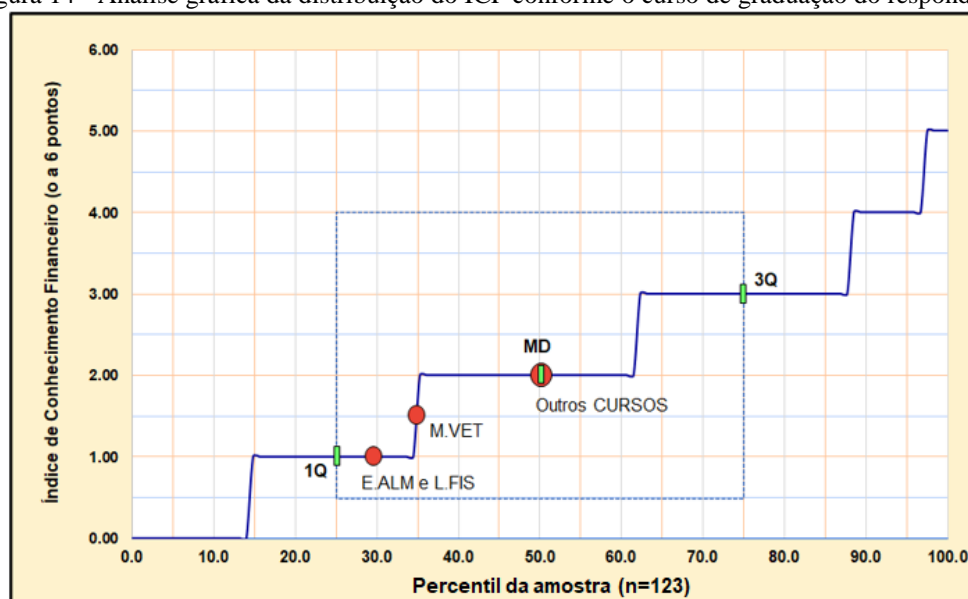
	B.ADM	B.AGRO	E.COMP	E.ALM	E.PROD	M.VET	B.ZTN	L.BIO	L.FIS
	18	20	6	7	16	18	13	16	9
Mínimo	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	5,0	5,0	4,0	4,0	3,0	5,0	4,0	5,0	4,0
Mediana	2,0	2,0	2,0	1,0	2,0	1,5	2,0	2,0	1,0
Primeiro Quartil	2,0	1,8	2,0	0,5	1,8	1,0	1,0	0,0	0,0
Terceiro Quartil	3,0	3,0	2,8	2,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Média Aritmética	2,3	2,3	2,2	1,6	2,1	2,0	2,2	1,8	1,7
Desvio Padrão	1,0	1,2	1,3	1,5	0,9	1,6	1,3	1,5	1,7
Normalidade (p)	0,0108	0,2403	0,4781	0,4427	0,012	0,0472	0,2001	0,0407	0,0955

p-valor = 0.8681, Kruskal-Wallis.

B.ADM: Bacharelado em Administração; B.AGRO: Bacharelado em Agronomia; E.ALM: Bacharelado em Engenharia de Alimentos; E.COMP: Bacharelado em Engenharia da Computação; E.PROD: Bacharelado em Engenharia de Produção; M.VET: Bacharelado em Medicina Veterinária; B.ZTN: Bacharelado em Zootecnia; L.FIS: Licenciatura em Física; L.BIO: Licenciatura em Ciências Biológicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 14 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme o curso de graduação do respondente.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Analisando os resultados obtidos na Tabela 20 e na Figura 14, pode-se afirmar que os respondentes vinculados aos cursos de Bacharelado em Administração e Engenharia de Produção não obtiveram mediana de ICF maior que os demais respondentes. Essa constatação vai contra ao que se esperava, tendo em vista que ambos os cursos possuem disciplinas inerentes a área de economia e finanças em suas ementas curriculares. De acordo com os trabalhos de

Lucci *et al.* (2006), Amadeu (2009) e MacLean (2010), estudantes que tiveram contato com tais disciplinas tendem a apresentar melhor nível de educação financeira. De modo geral, a associação entre curso e o nível de educação financeira também se mostrou não é significativa estatisticamente ($p\text{-valor} = 0.8681$). Esse resultado refuta a sexta hipótese levantada, que afirma que beneficiários que fazem cursos com mais disciplinas inerentes a finanças possuem maior nível de educação financeira.

4.3.6 Renda familiar x Nível de Educação Financeira

Estudos apontam que quanto maior a renda, maior são os índices de educação financeira (ATKINSON e MESSY, 2012; CLARK, LUSARDI e MITCHEL, 2017; GROHMANN, KOUWENBERG e MENKHOFF, 2015). Considerando essa associação, a Tabela 21 e a Figura 15 resumizam os resultados encontrados.

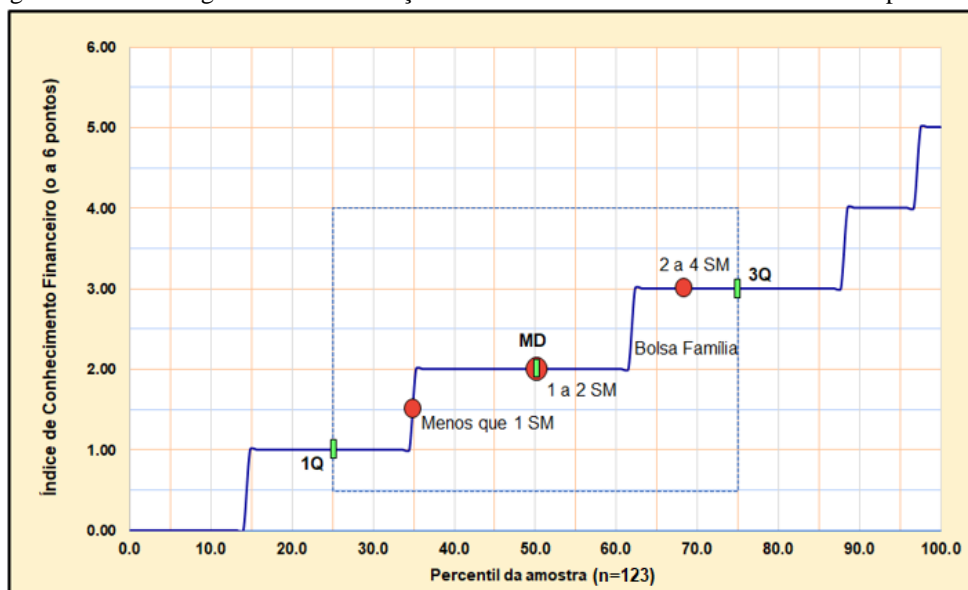
Tabela 21 - Distribuição do ICF conforme a renda familiar dos respondentes.

	Menos que 1 SM	1 a 2 SM	2 a 4 SM	Geral
	40	61	19	123
Mínimo	0,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	5,0	4,0	5,0	5,0
Mediana	1,5	2,0	3,0	2,0
Primeiro Quartil	1,0	1,0	2,0	1,0
Terceiro Quartil	3,0	3,0	4,0	3,0
Média Aritmética	1,7	2,0	2,9	2,0
Desvio Padrão	1,3	1,2	1,4	1,3
Normalidade (p)	0,0099*	0,3458	0,0893	0,3504

* $p\text{-valor} = 0.0067$ Kruskal-Wallis, com pós-teste de Dunn.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 15 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme a renda familiar dos respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Diferente dos resultados encontrados nas outras análises de associação, analisando o apresentado na Tabela 21 e a Figura 15, pode-se afirmar que há associação estatisticamente significativa entre a renda familiar dos respondentes e o nível de educação financeira (p-valor =0.0067* - estatisticamente significativa).

Analisando as medianas, percebe-se que os respondentes cuja renda familiar está entre 2 e 4 salários-mínimos (SM) apresentam mediana do ICF é igual a 3.0. Já os que possuem renda familiar entre 1 e 2 SM, possuem mediana do ICF igual a 2. Por fim, o grupo com menor renda familiar (menor que 1 SM) apresentou mediana do ICF igual a 1,5. Conclui-se, portanto, que a renda familiar dos respondentes está estatisticamente associada ao nível de educação financeira. Esse resultado confirma a sétima hipótese levantada, em que beneficiários com menor renda (individual e familiar) possuem menor nível de educação financeira.

4.3.8 Benefício do Governo Federal x Nível de Educação Financeira

A pergunta P13 do questionário tem o seguinte texto: “Minha família é beneficiária de algum dos seguintes Programas Governamentais”. Essa questão tem as seguintes opções de respostas: ela não é beneficiária de nenhum tipo de programa; Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada; Auxílio Emergencial Pandemia Covid-19; Outro. Como apresentado (Figura 5), 56 respondentes afirmaram que não recebem nenhum dos benefícios, 37 afirmaram receber o Auxílio Emergencial Pandemia de Covid-19, 26 respondentes o Bolsa Família e 4 respondentes recebiam o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Assim, do total de 123 respondentes, as famílias de mais de 50% deles recebiam algum benefício de programa de transferência de renda por parte do Governo Federal para além do Programa Bolsa Permanência. Por isso, analisar essa associação pode gerar resultados interessantes e ainda não discutido. Os resultados dessa associação são apresentados na Tabela 22 e na Figura 16.

Analisando o apresentado Tabela 22 e na Figura 16, observa-se que a mediana do ICF dos respondentes é igual a 2. Valor exatamente igual aos respondentes que declararam que a família está recebendo Auxílio Emergencial Pandemia de Covid-19 e das famílias que não estão recebendo nenhum auxílio.

Entretanto, os respondentes que declararam que a família recebe o benefício Bolsa Família apresentaram mediana do ICF de 2,5, valor um pouco acima do que o observado nos demais auxílios. Uma possível explicação para esse resultado pode ser a aplicação dos três eixos de base do Programa Bolsa Família, cuja execução prevê que os beneficiários cumpram as condicionalidades para receber o benefício, sendo uma dessas a frequência escolar das crianças e adolescentes.

Tabela 22 - Distribuição do ICF conforme benefício do Governo Federal recebido pela família do respondente.

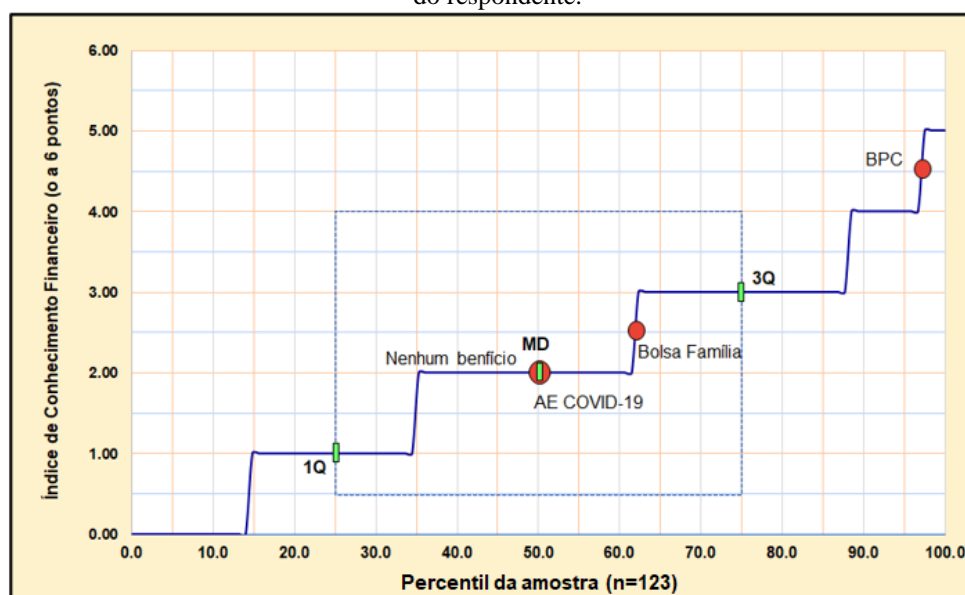
	AE COVID (n=37)	BPC (n=4)	B.FAM (n=26)	Nenhum (n=56)	Geral (n=123)
Mínimo	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	5,0	5,0	4,0	5,0	5,0
Mediana	2,0	4,5	2,5	2,0	2,0
Primeiro Quartil	1,0	3,8	1,0	1,0	1,0
Terceiro Quartil	3,0	5,0	3,0	3,0	3,0
Média Aritmética	2,0	4,3	2,2	1,9	2,0
Desvio Padrão	1,3	1,0	1,3	1,1	1,3
Normalidade (p)	0,0136*	---	0,0090	0,6272	0,3504

*p-valor=0.0225, Kruskal-Wallis com pós-teste de Dunn.

Nenhum: não é beneficiária de nenhum tipo de programa; B.FAM: Bolsa Família; BPC: Benefício de Prestação Continuada; AE COVID: Auxílio Emergencial Pandemia Covid-19

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Figura 16 - Análise gráfica da distribuição do ICF conforme benefício do Governo Federal recebido pela família do respondente.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021)

Dentre os resultados obtidos (Tabela 22), 4 respondentes afirmaram que alguém do grupo familiar que recebe o BPC. Analisando de forma mais aprofundada, foi possível identificar que 2 respondentes estão matriculados no curso de Bacharelado em Administração, 1 no curso noturno de Ciências Biológicas e outro no curso noturno de Licenciatura em Física. Considerando o BPC e a mediana de ICF, pode-se observar que esses respondentes atingiram maior valor (4,5) se comparado aos demais respondentes, cujas famílias recebem algum tipo de benefício do Governo Federal.

Por fim, analisando as estatísticas apresentadas na Tabela 22 e na Figura 16, pode-se afirmar que há associação estatisticamente significativa entre o recebimento de benefício do

Governo Federal e o nível de educação financeira, como pode ser comprovado pela estatística do p-valor (0.0225*). Esse resultado, refuta a oitava hipótese levantada, ao afirmar que os beneficiários do Bolsa Permanência que seu núcleo familiar também recebe algum outro benefício do Governo Federal possuem menor nível de educação financeira.

4.5 Produto técnico resultado da pesquisa desenvolvida

Considerando os resultados encontrados e para atender um dos objetivos específicos deste trabalho, propõe-se como produto técnico um Mapa de Atividades com uma proposta de ação de formação aos discentes sobre educação financeira, abordando alguns pontos específicos observados nos resultados desta pesquisa.

Para Chaquime e Figueiredo (2013), o Mapa de Atividades é uma ferramenta usada na fase de planejamento de um curso, dispondo da organização das aulas e as atividades teóricas e práticas. As atividades propostas no Mapa de Atividades são apresentadas no APÊNDICE C.

5 CONCLUSÕES

A presente dissertação se propôs analisar o nível de educação financeira dos discentes de cursos superiores do IFMG - *Campus* Bambuí que são beneficiários do programa bolsa permanência, e teve como objetivos específicos, descrever o perfil socioeconômico e demográfico desses discentes, mensurar o nível de educação financeira, avaliar as associações entre o nível de educação financeira com o perfil socioeconômico e demográfico e como com comportamento financeiro dos estudantes.

Almejando atingir os objetivos, foi realizada um levantamento (*survey*), com coleta de dados on-line, por meio de um questionário autoaplicável desenvolvido no Google Forms. As técnicas utilizadas para a análise de dados foram distribuição de frequência, estatística descritiva, análise de associação/correlação, sendo a normalidade das variáveis avaliada pelos testes de Shapiro-Wilk e D'Agostino-Pearson e a comparação das variáveis quantitativas realizada pelos testes: t Student e Kruskal-Wallis com pós-teste de Dunn.

As respostas do questionário foram usadas para delinear um perfil socioeconômico e demográfico. Observou-se que a maioria dos discentes bolsistas que responderam a esta pesquisa são do sexo feminino, se autodeclararam brancos, são egressos de escolas públicas e com pais que apresentam baixa escolaridade. Em relação à idade dos respondentes, a faixa etária predominante é de até 22 anos. Tanto a renda familiar como a individual, está entre 1 e 2 salários-mínimos. Ou seja, são consideradas famílias de baixa renda. Em função disso, uma parcela significativa das famílias dos respondentes é beneficiária de programas de benefícios sociais do Governo Federal, além do recebimento de Bolsa Permanência, por parte do discente.

Quando arguidos sobre dinheiro, a maioria dos respondentes discordou totalmente ou parcialmente que tratavam de assuntos relacionados ao dinheiro com os pais. Da mesma forma, discordaram totalmente das questões que afirmavam que tiveram algum conteúdo (disciplina ou projeto) que os ajudou a lidarem com assuntos relacionados ao dinheiro, no ensino médio ou na graduação.

No que se refere ao comportamento dos respondentes, percebeu-se que a maioria gasta o mesmo que ganha e, por isso, não sobra dinheiro ao final do mês, apesar de terem afirmado controlar periodicamente o dinheiro. O percentual dos que discordaram totalmente da afirmação que compram a prazo pelo menos uma vez por mês está relativamente próximo daqueles que concordaram totalmente da afirmação. Ao considerar como endividado, o a maioria dos discentes não realiza compras a prazo e, quando as realiza, usam o cartão de crédito. A maioria também afirmou que pede desconto ao comprar à vista. Por não ter sobrea de dinheiro, a maioria

não guarda parte da renda para eventualidade, não contrata seguro, não contribui para a previdência privada e não fazem investimentos.

Ao analisar o Nível de Educação Financeira dos discentes bolsistas, considerou-se “Educado Financeiramente” os respondentes que obtiveram pontuação igual ou maior a 4 no Índice de Conhecimento Financeiro e “Não Educados Financeiramente” aqueles que obtiveram pontuação inferior a 4. O resultado demonstrou que a maioria dos discentes bolsistas podem ser considerados não educados financeiramente.

Considerando as estatísticas usadas, foi encontrado associações estatisticamente significantes entre o Nível de Educação Financeira e as variáveis renda familiar (questão P24) e a família ser beneficiária de programas governamentais (questão P13), além do Bolsa Permanência.

Considerando o levantamento teórico apresentado e as variáveis que poderiam influenciar o nível de educação financeira, foram propostas oito hipóteses para a pesquisa (H1: Beneficiários do programa bolsa permanência possuem baixo nível de educação financeira; H2: Beneficiários que possuem maior idade possuem maior nível de educação financeira; H3: Beneficiários negros possuem menor nível de educação financeira; H4: Beneficiários do sexo feminino possuem menor nível de educação financeira do que os do sexo masculino; H5: Beneficiários cujos pais possuem menor escolaridade têm nível menor de educação financeira; H6: Beneficiários que fazem cursos com mais disciplinas inerentes a finanças possuem maior nível de educação financeira; H7: Beneficiários com menor renda - individual e familiar - possuem menor nível de educação financeira; H8: Beneficiários do Bolsa Permanência cujo núcleo familiar também recebe algum outro benefício do Governo Federal possuem menor nível de educação financeira). Por meio das análises dos resultados, validar somente as hipóteses 1 e 7. Ou seja, há evidências estatisticamente significante da associação entre ser beneficiário do programa bolsa permanência e possuir renda familiar ou individual baixa o Nível de Educação Financeira dos respondentes. No entanto, os resultados das análises demonstraram que as evidências estatísticas são insuficientes para confirmar as hipóteses 2, 3, 4, e 6, portanto, nestes casos, não se pode refutar as hipóteses nulas. Assim sendo, a hipótese 5 foi refutada por não apresentar diferenças estatísticas significantes, apesar de comprovado que os respondentes que possuem pais com ensino superior incompleto apresentaram melhores resultados. Já a hipótese 6 foi refutada pois os resultados obtidos foram considerados baixos para todos os respondentes de todos os cursos. Por fim, a hipótese 8 também foi refutada, tendo sido comprovado estatisticamente que ser beneficiário de programas governamentais para além do bolsa

permanência pode, de certa forma, influenciar positivamente o Nível de Educação Financeira.

Destaca-se ainda que os respondentes são considerados pessoas com baixa renda e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, jovens, majoritariamente do sexo feminino e com representação homogênea quanto a etnia, o que pode ter influenciado na invalidação das hipóteses 2, 3 e 4.

Apesar dos resultados obtidos, a pesquisa também apresentou algumas limitações. A primeira está relacionada à amostra. Apesar de significativa e de se aproximar de 100% do público-alvo, os respondentes estão limitados à população de discentes beneficiários do Programa Bolsa Permanência do IFMG - *Campus* Bambuí. Assim, os resultados não podem ser universalizados aos discentes e nem aos demais bolsistas dos demais *campi* do IFMG.

Para trabalhos futuros, sugere-se ampliar o público pesquisado, atingindo os demais *campi* do IFMG e/ou discentes de instituições de ensino privadas que são beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), uma vez que esses possuem semelhanças de perfis socioeconômicos com os respondentes da pesquisa aqui apresentada.

Considerando os resultados obtidos, pode-se afirmar que este trabalho colabora com a discussão acadêmica, ao expandir o debate acerca da educação financeira de universitários bolsistas de instituições federais de ensino e suas correlações com os dados socioeconômicos e demográficos.

No que se tange às questões práticas, os resultados deste estudo auxiliaram na elaboração da proposta de capacitação apresentada no APÊNDICE C, colaborando com a direção do IFMG - *Campus* Bambuí e Coordenação de Assuntos Estudantis, que poderão ofertar um seminário que viabilize o preenchimento das lacunas existentes entre os discentes bolsistas, no que concerne o bom uso do dinheiro recebido através da bolsa permanência

Some-se a isto a significativa contribuição teórica deste estudo, já que outros pesquisadores poderão replicá-lo e os resultados encontrados poderão servir para a realização de análises de cunho comparativo, sendo as hipóteses confirmadas ou refutadas.

Conclui-se assim, que os discentes bolsistas podem ser considerados não educados financeiramente. O déficit desse conhecimento pode revelar que eles não estão preparados para gerir suas finanças pessoais. O que, indiretamente, pode culminar na dificuldade de provimento de mínimos sociais como alimentação e moradia, objetivo do benefício recebido por meio do Programa Bolsa Permanência.

REFERÊNCIAS

- ABBERLEY, P. The concept of oppression and the development of a social theory of disability. **Disability, Handicap & Society**.1987. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02674648766780021>. Acesso em: 14. Jun. 2021.
- AGARWALLA, S.K. *et al.* A survey of financial literacy among students, young employees and the retired in India. **Indian Institute of Management Ahmedabad**, 2012. Disponível em: <http://iimahd.ernet.in/fls/fls12/youngemployessandretired2012.pdf> . Acesso em: 11 jun. 2019.
- AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.
- ARAÚJO, F. C.; CALIFE, F. E. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil.**, 2014. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- ARAÚJO, J. O. **O elo assistência e educação**: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ARRONDEL, Luc; DEBBICH, Majdi; SAVIGNAC, Frédérique. Financial Literacy and Financial Planning in France. **Numeracy**, v. 6, n. 2, p. 8, 2013.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy**: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- AVENDAÑO, W. R; RUEDA, G.; VELASCO, B.M. Financial Perceptions and Skills Among University Students. **Formacion Universitaria**, 14 (3), pp. 95-104, 2021. ISSN: 07185006
- AYRES, M., AYRES Jr, M., AYRES, D. L., SANTOS, A. A. S. **Bioestat 5.3 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas**. Belém: IDSM, 2007.364p.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 519 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de cidadania financeira. 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf . Acesso em 02 nov. 2019.
- BARBOSA, I. R.; GONÇALVES, R. C. B.; SANTANA, R. L. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. **J Hum Growth**. p. 48 -56, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/157749/153497>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 10 ago 2020.
- BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J.; VIEIRA, S. F. A. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: Uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do paraná. **Revista de Administração da Unimep**, v. 3, n. 9, p.1-26, set. 2011.
- BERTRAND, J. W. M.; FRASOO, J. C. Modelling and simulation. Operations management research methodologies using quantitative modeling. **International Journal of Operations & Production Management**, v.22. n.2. p. 241-264. 2002.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

BEVERLY, S G.; BURKHAL, E. TER K. Improving the Financial Literacy and Practices of Youths. **Children & Schools**, v. 27. n. 2, Abr/2005.

BORSATO, F. P. **A configuração da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p.219. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Mon%C3%ADcia/Downloads/DISSERTA%C3%8inal%2003-08-2015.pdf>. Acesso em: 17. mai. 2019.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Bolsa Família**. 2021. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>. Acesso em: 16. de jun. 2021.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, [2010]. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 12/05/2019.

BRASIL. **Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964**: Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.-br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d53558.htm. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. **Decreto Nº 6.135, de 23 DE JUNHO de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm. Acesso em: 10. jun 2020.

BRASIL. **Decreto nº 63.923, de 30 de dezembro de 1968**. Eleva à categoria de Colégio o Ginásio Agrícola de Bambuí, no Estado de Minas Gerais. Brasília, DF: Presidência da República [1968]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63923-30-dezembro-1968-405341-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979**: Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. **Decreto Nº 10.393**, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF, Brasília, p. 1 – 2, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em: 17 Abr. 2021.

BRASIL. **Decreto Presidencial de 17 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9788.htm. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. **Endividamento das famílias cresce pelo nono mês consecutivo**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/noticias/endividamento-das-familias-cresce-pelo-nono-mes-consecutivo>. Acesso em: 01 nov de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. **Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961**: Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais. Brasília: Presidência da República, DF [1961]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3864-A.htm. Acesso em: 04/06/2019.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Emergencial já pagou mais de R\$ 288 bilhões para garantir proteção social aos brasileiros**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/auxilio-emergencial-ja-pagou-mais-de-r-288-bilhoes-para-garantir-protexao-social-aos-brasileiros-1>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Brasília: MTE; DIEESE, 2007

BRASIL. **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC) – abril 2021**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2021/334206>. Acesso em: 06 jun de 2021.

BRASIL. Portal da Transparência. **Benefícios ao Cidadão**. 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>. Acesso em: 15. Jun. 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 9 DE 3 DE JULHO de 2020**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/dirae-1/assistencia-estudantil/regulamentos-1/Resolucao092020.pdf>. Acesso em: 01. Set. 2020.

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=25875&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 05 jun de 2020.

BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. Impactos da pandemia. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. 34, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>.

BROW, S.; TAYLOR, K. Early influences on saving behaviour: Analysis of British panel data. **Journal of Banking & Finance**, v. 62, p. 1-14, 2016.

BRUHN, M. *et al.* The impact of high school financial education: experimental evidence from Brazil. Washington, DC: Development Research Group & Latin America and Caribbean Region. **The World Bank**, 2013. 55 p. (Policy Research Working Paper, n. 6723). Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/753501468015879809/pdf/WPS6723.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BUCHER-KOENEN, T.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R.; VAN ROOIJ, M. How Financially Literate are Women? An Overview and New Insights. NBER Working Paper. N. 20793, 2014. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w20793/w20793.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

CARNEIRO, M. J. A.; FONSECA, R. M.; HENRIQUES, S. C. M. **Aspectos da literacia financeira dos portugueses**: um estudo empírico. Universidade de Aveiro. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Tese%20Final.pdf>. Acesso em: 11. set. 2020.

CERETTA, P.S.; POTRICH, A.C.G; VIEIRA, K. M. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, pág. 314-333, 2013. ISSN 1677-7387. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Nivel_de_alfabetizacao_financieira_dos_estudantes_u.pdf. Acesso em: 03 mar 2020.

CHAQUIME, L. P.; FIGUEIREDO, A. P. S. O papel do designer instrucional na elaboração de cursos de educação a distância: exercitando conhecimentos e relatando a experiência. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA**. 2013.

CLARK, R.; LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Employee financial literacy and retirement plan behavior: a case study. **Economic Inquiry**, v. 55, n. 1, p. 248-259, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ecin.12389> Acesso em: 11. set. 2020.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; M. N. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL**: uma perspectiva panorâmica. Ensino da Matemática em debate. 2018. ISNN 2358-4122.

CORREIO, L. C. A. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**. V. 4. 2018. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413/2300>. Acesso em: 08 jun 2020

COSTA, M. C.; MIRANDA, C. J. Educação Financeira e Taxas de Poupanças no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, UNEB, Salvador, v. 3, n. 3, p. 57-74, set./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/377/440> . Acesso em: 24 juh. 2021.

CURY, C. R. J. **Educação e Direito à educação no Brasil**: um histórico pelas Constituições. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DANES, Sharon M.; HIRA, Tahira K. Money management knowledge of college students. **Journal of Student Financial Aid**, v. 17, n. 1, p. 1, 1987.

DINIZ, D. O que é deficiência São Paulo: **Braziliense**, 2007. Disponível em: <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/texto-1-o-que-c3a9-deficic3aancia.pdf>. Acesso em: 14. Jun. 2021.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

DONADIO, R. **Educação financeira de estudantes universitários**: uma análise dos fatores de influência. 2014. 142 f. (Tese de Doutorado) – Curso de Administração, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18897/GVcef_Donadio%3b%20Sousa%3b%20Silveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 abr 2020.

DURAK, İ.; ÖNCÜ, M.; KARTAL, O. (2020). Medindo a alfabetização financeira islâmica e descobrindo suas relações com o empreendedorismo entre estudantes universitários na Turquia. *Bilimname, Islamic Economy, Finance, and Ethic*, 215-242. DOI: 10.28949 / bilimname.819736

FAULKNER, A. E. A Systematic review of financial literacy as a termed concept: more questions than answers. **Journal of Business & Finance Librarianship: Financial Literacy**, [s.l.], v. 20, n. 1-2, p. 7-26, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08963568.2015.982446>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FERNANDES, D.; LYNCH JR, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014.

FERREIRA, J.C. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**. PUC São Paulo. v.1, 2017. ISSN: 1414-7394.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILIPPINI, R. Operations management research: some reflections on evolution, models and empirical studies in OM. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 17, n. 7, p. 655-670, 1997.

FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares**. In: Andifes (org.). Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: UFU, PROEX: 2012.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES 2018**. Brasília: 2019.

FONAPRACE/ANDIFES. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: 2016.

FONTENELE, I. C. A Política de Assistência Social no Brasil: O foco na família e a questão dos mínimos sociais. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(2): 153-173, jul.-dez./2007.

FORTE, C. M. J. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. 2. ed. - São Paulo: Riemma Editora, 2021. ISBN 978-65-89661-00-9. Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/pdf/ENEF-BR.pdf>. Acesso em: 23. Jul. 2021.

FORZA, C. Survey research in operations management: a process-based perspective. **International journal of operations & production management**. v. 22, n. 2, p. 152-194, 2002.

FOX, J.; BARTHOLOMAE, S.; LEE, J.; Building the case for financial education. **The Journal of Consumer Affairs**. v. 39, n. 1, p. 195 – 214, Summer 2005.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **RAUSP Management Journal**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística aplicada**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**. v.33, p. 590-602. 2012.

GAVUROVA, B. *et al.* The state of students financial literacy in selected Slovak universities and its relationship with active pension savings. 2017. ISSN: 2071789X.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GILLIGAN, H.L. **An examination of the financial literacy of California college students**. California State University, Long Beach, 2012

GRABLE, J. E.; JOO, S. H. Student racial differences in credit card debt and financial behaviors and stress. **College Student Journal**, v. 40, n. 2, p. 400-408, 2006.

GREENSPAN, Alan. The importance of financial education today. **Social Education**, v.69, n.2, p. 64-67, Mar. 2005.

GROHMANN, A. L.; KOUWENBERG, R.; MENKHOFF, L. Childhood roots of financial literacy. **Journal of Economic Psychology**, v. 51, p. 114-133, 2015.

GRUSSNER, P. M. **Administrando as Finanças Pessoais para criação do Patrimônio**. Monografia (Bacharel em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2007.

HAIR JR., F. *et al.* **Análise Multivariada de dados**, Porto Alegre: Bookman, 2009.

HIRA, T. K.; LOIBL, C. Understanding the impact of employer-provides financial education on workplace satisfaction. **The Journal of Consumer Affairs**, v.39, n.1, p. 173- 194, Summer 2005.

HOROBET, A. *et al.* Financial Literacy in Romania: A Test of Economics and Business Students. **Studies in Business and Economics**, 15 (3), p. 269-286, 2020. ISSN: 18424120.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

IMPERATOR, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

JORGENSEN, B. L. **Financial literacy of college students**: Parental and peer influences. Doctoral dissertation, Virginia Polytechnic Institute and State University. 2007.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/salomao/PIBIC/Kerlinger%20-%202,%203%20e%204.pdf>. Acesso em: 14. set. 2020.

KIM, Chankon; YANG, Zhiyong; LEE, Hanjoon. Parental style, parental practices, and socialization outcomes: An investigation of their linkages in the consumer socialization context. **Journal of Economic Psychology**, v. 49, p. 15-33, 2015.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P. V. **Financial Literacy Around the World**: insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey. p. 1-27, 2015. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso: 28 jun 2020.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. **Financial Literacy and the Financial Crisis**. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=20387658765 Acesso em: 11.set. 2020.

KUBAK, M. *et al.* Financial literacy of students in chosen universities - Research platform for regulatory processes of educational system in Slovakia. *E a M: Ekonomie a Management*, 21 (1), pp. 175-190. 2018. ISSN: 12123609.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista Adm.**, São Paulo, v.50, n.2, p.169-182, abr./maio/jun. 2015. ISSN: 0080-2107.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUREANO, A. I. R.; MENDES, D. P.; MATTOS, S. H. Educação Financeira: um estudo com os discentes do curso de administração de uma instituição de ensino superior. *Rev. Expr. Catól.*; v. 8, n. 2; Jul - Dez; 2019. ISSN: 2357-8483.

LEAL, S. C.; SANTOS, D. V.; COSTA, P. S. Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p. e11134, 8 dez. 2020. ISSN: 2237-7417.

LIMA, V. R.; TOMÉ, A. S. A importância da adoção de um planejamento financeiro para a gestão e crescimento das pequenas empresas. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços** v.9, n. 1, pp. 2190-2206, Janeiro/Junho 2018. ISSN: 2177-7284.

LOPES, F. N. M.; ANDRADE, M. L. Alfabetização Financeira: mapeamento dos antecedentes da tomada de decisão em relação às finanças pessoais. **Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão** v. 4, n. 2, Belo Horizonte, jul./dez. 2020. ISSN: 2594-7788.

- LUCCI, C. R. *et al.* A Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo e Investimento dos Indivíduos. In: **IX Seminários em Administração**, São Paulo. IX SEMEAD FEA-USP, 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 06. Ago. 2020.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing**. 2006. Disponível em: <http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/FinancialLiteracy.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial Literacy Around The World: An Overview**, 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w17107>. Acesso em: 11.set 2020.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. Financial literacy among the young. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010.
- LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 14, n. 4, p. 332-368, 2009.
- MACIEL, A. C. R.; SANGULAR, M. C. C. Análise ecológica e social (Ecosocial) da pandemia. In: GONÇALVES, Guilherme Leite (org). **Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020. E-book. Disponível em: <https://leiccuferj.com/publicacoes/livros/>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- MANDELL, L. Financial literacy of high school students. In: Handbook of consumer finance research. Springer, New York, NY, 2008. p. 163-183.
- MARCIANO, V. G. **Educação financeira: mensuração do conhecimento financeiro de alunos de uma universidade federal e sua correlação com os cinco grandes fatores de personalidade**. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Minas Gerais, 2019.
- MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MATTA, R. O. B.; AMARAL, S. A. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. IX ENANCIB. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3057/2183>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- MAURIEL, A. P. O. Crise, pandemia e suas manifestações no Brasil. **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 7, n. 12, p. 41-63 Jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/11605/8047>. Acesso em: 23. Jul. 2021.
- MCKENZIE, V. M. **The financial literacy of university students: a comparison of graduating seniors' financial literacy and debt level**. (Phd in Education) - University of South Florida, Florida, USA, 2009.
- MEDEIROS, André Luiz. **Sistema de apoio à decisão de alocação de equipes de campo na avaliação de perdas não técnicas de energia elétrica**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.
- MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. A. M. Finanças Pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, 2014, Vol.7(2), p.221. ISSN: 1984-3372.
- MELO, M. A. F. Educação Financeira: educação financeira, poupança e investimento. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20Marco%20Antonio%20Melo.pdf>. Acesso em: 23 mar 2020.

MENEZES, S. C. **Assistência Estudantil na Educação Superior Pública**: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, E. *et al* (orgs.). **Em tempos de pandemia. Propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstre-am/11422/12346/1/EMoreira.pdf> , Acesso em: 02 jun. 2021.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v. 26, n. 1 p. 1-19, 1998.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MUDZINGIRI, C.; MWAMBA, J. W. M.; KEYSER, J. N. Financial behavior, confidence, risk preferences and financial literacy of university students. **Cogent Economics & Finance**. 2018. DOI: 10.1080/23322039.2018.1512366.

NORVILITS, J. M.; MACLEAN, M. G. The role of parents in college students' financial behaviors and attitudes. **Journal of Economic Psychology**, v. 31, n. 1, p.55-63, 2010.

OCDE. Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD, INFE). **Measuring Financial Literacy: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy**. Paris: OECD. 2011

OLIVEIRA, A. L. L. M. **Atitudes para com o Endividamento entre Estudantes Universitários**: Papel da Literacia Financeira, da Influência Parental e das Dificuldades Financeiras. Tese apresentada ao Mestrado em Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra. 2016.

OLIVEIRA, D. A. **Lei 12.711/12 e os desafios da educação superior pública no Brasil**. Cadernos do GEA, n.1. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

OLIVEIRA, R., R.; ROCHA, R., R.; TEIXEIRA, L., A., A. Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda: tendências de inadimplência e adimplência. **Caderno Profissional de Marketing UNIMEP**. 2020. ISSN 2317-6466. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/127-803-1-PB.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2021.

PALAVEZZINI, J.; NOGUEIRA, F. M. M. G. **Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil**: a experiência da UTFPR - Dois Vizinhos. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 17, n.1, p. 05-26, JUL./DEZ. 2014.

PANGESTU, S.; KARNADI, E. B. The effects of financial literacy and materialism on the savings decision of generation Z Indonesians, **Cogent Business & Management**, 7:1, 1743618, 2020. DOI: 10.1080/23311975.2020.1743618

PARABONI, A. L.; POTRICH, A. C. G; VIEIRA, K. M. O que influencia a alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários? **XVI SEMEAD**, out. 2013. ISSN 2177-3866.

PEREIRA, A.; PATRÍCIO, T. **SPSS**: guia prático de utilização: análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia. 8.^a ed. Lisboa. Sílabo. p. 256. 2013. ISBN 978-972-618-736-3.

PESSOA, C.; VIEIRA, G. **Educação financeira pelo mundo**: como se organizam as estratégias nacionais? Educação, Matemática e Pesquisa. 2020. ISNN 1983-3156.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. Survey Research Methodology in Management Information Systems: An Assessment, **Journal of Management Information Systems**, 10:2, 75-105.1993, DOI: 10.1080/07421222.1993.11518001

- POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, set./out./nov./dez. 2015. ISSN 1808-057X.
- RESEARCH, R. M. **ANZ survey of adult financial literacy in Australia**, 2003. Disponível em: https://www.anz.com/Documents/AU/Aboutanz/AN_5654_Adult_Fin_Lit_Report_08_Web_Report_full.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ROBB, Cliff A. **College students and credit card use: the effect of personal financial knowledge on debt behavior**. 2007. Tese de Doutorado. University of Missouri--Columbia.
- ROQUETE, I. U. A.; LAUREANO, M. S. R.; BOTELHO, M. C. Conhecimento financeiro de estudantes universitários na vertente do crédito. **Tourism & Management Studies**, v. 10, 2014.
- ROY, S. De l'exclusion à la vulnérabilité. **In: ROY, Shirley; CHÂTEL, Viviane. Penser la vulnérabilité: visages de la fragilisation du social**. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2008, p. 13-31.
- SANTIAGO, A. E. E. A educação financeira escolar em Portugal. **Boletim Gepem**, v. 2, n. 66, p. 20-30, 2015.
- SARIGUL, H.A. Survey of Financial Literacy among University Studentes. **The Journal of Accounting and Finance**, v. 64, p. 207-224, 2014.
- SAVÓIA, J. R.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **RAP**, v.41, n.6, p.1121-41, Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620/5204> . Acesso em: 15. Ago. 2019.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SHIM, S. *et al.* Financial socialization of first-year college students: the roles of parents, work, and education. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 39, n. 12, p. 1457-1470, 2009. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.410.6486&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 29. set. 2020.
- SILVA, H. K. C.; RIBEIRO, H. C.M.; MOREIRA, A. A. A. P. O envolvimento da educação financeira para o sucesso empresarial: um estudo de caso múltiplo. **Gc Cont**, v. 5, n. 2, Florianó-PI, Jul-Dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/6631/4888>. Acesso em: 23. Jul. 2021.
- SILVA, J. G.; NETO, O. S. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago. 2017. ISSN 2318-1001
- SILVA, O. S.; YAZBEK, C.; GIOVANNI, G. di, **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, M. O. da S. **Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos**. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática, São Paulo: Veras, 2001.
- SILVEIRA, A. (coord.). **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 3.ed.rev. atual. e ampl. Blumenau, Edifurb, 2009.
- SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.55, p.9-33, 1997.
- STEPHANI, M. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

STEPNOVA, O. V.; STARCHIKOVA, I. Y. Financial literacy of students of technical universities: Analysis of opinions and development prospects. **Perspektivy Nauki i Obrazovania**, 49 (1), pp. 80-91, 2021. ISSN: 23072334

TANNOUS, S. S. Educação Financeira: Proposta Curricular da ENEF no Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Matemática e Estatística). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7622/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Samy%20Soubhe%20Tannous%20-%20202017.pdf>. Acesso em: 22. jul. 2021.

VAN ROOIJ, M.; LUSARDI, A. M.; ALESSIE, R. Educação Financeira e participação no mercado de ações. **Journal of Financial Economics**. V. 101, Edição 2, 449-472. 2011. DOI: 10.2139.

VARGAS, M. L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

VELOSO, T. C. M. A. Acesso e permanência na educação superior –análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-250, jan./abr. 2015.

VIEIRA, K. M.; KUNKEL, F. R.; CAMPARA, J. P.; PARABONI, A. L. **Alfabetização financeira dos jovens universitários Rio-Grandenses**. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle. Canoas*, v. 5, n. 1, p. 107-133, mar. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/2160>. Acesso em: 19 jun. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questões do questionário original, utilizadas neste estudo

Quadro 4 - Questões do questionário original, utilizadas nesta pesquisa.

Continua

Variáveis	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
1. Você concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado e deseja, voluntariamente, participar da pesquisa?	... Sim ... Não	DENARIUS UNIFEI	Aceite de participação na Pesquisa
2. Qual o seu vínculo	... Discente ... Servidor docente ... Servidor técnico administrativo em educação ... Outro _____	DENARIUS UNIFEI	Identificação
PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO			
3. Hoje tenho a seguinte idade:	Informe quantos anos você tem. ATENÇÃO! Informe apenas números. Ou seja, se você possui 18 anos, RESPONDA APENAS 18. _____	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico
4. Sou do sexo: Informe o seu sexo	... Masculino ... Feminino ... Prefiro não informar	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico
5. Me considero da seguinte cor/raça/etnia: * Informe a cor/raça/etnia que você julga se enquadrar	... Branca ... Preta ... Parda ... Amarela ... Indígena ... Prefiro não informar ... Outro: _____	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico
6. Cursei o ensino fundamental: Informe em qual tipo de escola você cursou o ensino fundamental, ou seja, o 1º grau.	... Integralmente em escola pública; ... Integralmente em escola particular; ... Integralmente em escola particular com bolsa; ... Maior parte em escola pública; ... Maior parte em escola particular.	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico
7. Cursei o ensino médio: Informe em qual tipo de escola você cursou o ensino fundamental, ou seja, o 2º grau.	... Integralmente em escola pública; ... Integralmente em escola particular; ... Integralmente em escola particular com bolsa; ... Maior parte em escola pública; ... Maior parte em escola particular.	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico

Continuação

Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO			
<p>8. Minha mãe possui o seguinte nível de escolaridade:</p> <p>Informe qual o MAIOR nível de escolaridade da sua mãe.</p>	<p>... Sem escolaridade; ... Ensino Fundamental (1º grau) incompleto; ... Ensino Fundamental (1º grau) completo; ... Ensino médio (2º grau) incompleto; ... Ensino médio (2º grau) completo; ... Superior incompleto; ... Superior completo; ... Especialização (lato sensu); ... Mestrado; ... Doutorado; ... Não sei; ... Prefiro não informar; ... Outro:</p>	<p>DENARIUS UNIFEI</p>	<p>Perfil sociodemográfico</p>
<p>9. Meu pai possui o seguinte nível de escolaridade:</p> <p>Informe qual o MAIOR nível de escolaridade do seu pai.</p>	<p>... Sem escolaridade; ... Ensino Fundamental (1º grau) incompleto; ... Ensino Fundamental (1º grau) completo; ... Ensino médio (2º grau) incompleto; ... Ensino médio (2º grau) completo; ... Superior incompleto; ... Superior completo; ... Especialização (lato sensu); ... Mestrado; ... Doutorado; ... Não sei; ... Prefiro não informar; ... Outro:</p>	<p>DENARIUS UNIFEI</p>	<p>Perfil sociodemográfico</p>
<p>10. Estou regularmente matriculado(a) na IFMG-Campus Bambuí no curso de:</p> <p>Informe em qual curso você está regularmente matriculado.</p>	<p>... Bacharelado em Administração ... Bacharelado em Agronomia ... Bacharelado em Engenharia de Alimentos ... Bacharelado em Engenharia da Computação ... Bacharelado em Engenharia de Produção ... Bacharelado em Medicina Veterinária ... Bacharelado em Zootecnia ... Licenciatura em Física ... Licenciatura em Ciências Biológicas</p>	<p>DENARIUS UNIFEI</p>	<p>Vínculo com o IFMG</p>

			Continuação
Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do DENARIUS
PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO			
<p>11. Estou cursando o seguinte período:</p> <p>Informe qual o período que você está cursando (selecione a opção que consta em seu histórico atualmente).</p>	<p>1º período 2º período 3º período 4º período 5º período 6º período 7º período 8º período 9º período 10º período Outro:</p>	DENARIUS UNIFEI	Vínculo com o IFMG
<p>12. Para me manter no curso de graduação, recebo a seguinte bolsa de assistência estudantil:</p> <p>Informe se você recebe bolsa de assistência estudantil do IF, e qual a modalidade.</p>	<p>... não recebo nenhum tipo de bolsa de assistência estudantil. ... não recebo bolsa, mas sou residente na Moradia Estudantil do campus. ... recebo bolsa do Programa Bolsa Permanência. ... Outro:</p>	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico
<p>13. Minha família é beneficiária de algum dos seguintes Programas Governamentais:</p> <p>Informe se a sua família recebe algum dos programas abaixo.</p>	<p>... ela não é beneficiária de nenhum tipo de programa. ... Bolsa Família. ... Benefício de Prestação Continuada (BPC) ... Auxílio Emergencial Pandemia Covid - 19 ... Outro:</p>	DENARIUS UNIFEI	Perfil sociodemográfico
<p>24. A renda média mensal da minha família é:</p> <p>Nesta resposta, pedimos o favor de incluir todos os membros da família que possuem renda (companheiro(a), filhos etc.)</p>	<p>... Menor do que R\$ 1.045,00 (menos de 1 SM - salário-mínimo) ... Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM - salários-mínimos); ... De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM); ... De R\$ 4.180,01 a R\$ 8.360,00 (4 a 8 SM); ... De R\$ 8.360,01 a R\$ 12.540,00 (8 a 12 SM); ... De R\$ 12.540,01 a R\$ 15.675,00 (12 a 15 SM); ... De R\$ 15.675,01 a R\$ 20.900,00 (16 a 20 SM); ... Acima de R\$ 20.900,01 (Acima de 20 SM); ... Não tenho interesse em responder ... Não sei a renda mensal da minha família.</p>	DENARIUS UNIFEI	Perfil de renda e controle financeiro

Continuação

Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO			
<p>25. A minha renda média mensal (individual e pessoal) é:</p> <p>Nessa resposta, pedimos o favor de considerar apenas o que você recebe.</p>	<p>... Menor que R\$ 1.045,00 (menos de 1 SM - salário-mínimo) ... Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM - salários-mínimos); ... De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM); ... De R\$ 4.180,01 a R\$ 8.360,00 (4 a 8 SM); ... De R\$ 8.360,01 a R\$ 12.540,00 (8 a 12 SM); ... De R\$ 12.540,01 a R\$ 15.675,00 (12 a 15 SM); ... Acima de R\$ 15.675,01 (Acima de 15 SM); ... Não tenho interesse em responder ... Não sei a renda mensal da minha família.</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>
CONHECIMENTO FINANCEIRO			
<p>13. Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços dos itens que você compra regularmente dobrem de preço. Se o seu rendimento também dobrar, você comprará...</p>	<p>... menos do que você pode comprar hoje; ... <u>o mesmo que você pode comprar hoje;</u> ... mais do que você pode comprar hoje; ... Não sei; ... Não tenho interesse em responder</p>	<p>Klapper, Lusardi e Van Oudheusden (2015) - Adaptada</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro (Inflação)</p>
<p>27. Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro. *</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5, onde 1 é discordo totalmente, e 5 é concordo totalmente</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>
<p>28. No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro.</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5, onde 1 é discordo totalmente, e 5 é concordo totalmente</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>
<p>29. No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (tais como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças etc.)</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5, onde 1 é discordo totalmente, e 5 é concordo totalmente</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>

			Continuação
Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
CONHECIMENTO FINANCEIRO			
<p>29. No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (tais como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças etc.)</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5, onde 1 é discordo totalmente, e 5 é concordo totalmente</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>
<p>37. Você precisa tomar emprestado R\$ 100,00. Qual a MENOR quantia que você deve devolver ao credor?</p>	<p>... Os mesmos R\$100,00; ... Os R\$100,00 mais os juros contratados; ... Entre R\$100,00 e R\$120,00 dependendo do credor; ... Não sei; ... Não tenho interesse em responder.</p>	<p>Klapper, Lusardi e Van Oudheusden (2015) - Adaptada</p>	<p>Crédito e Endividamento (Aritmética)</p>
<p>39. Considere que você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança e o banco paga juros de 10% ao ano. Se você não movimentar essa conta (não fizer depósitos ou retiradas), quanto você terá na mesma conta de poupança após cinco anos? Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... Menos de R\$150,00; ... Exatamente R\$150,00; ... Mais de R\$150,00; ... Não sei; ... Não tenho interesse em responder.</p>	<p>Klapper, Lusardi e Van Oudheusden (2015)</p>	<p>Poupança (Juros compostos)</p>
<p>40. Um banco pagou juros de 10% ao ano para sua conta de poupança, e, no mesmo ano, a inflação foi de 15%. Após deixar o seu dinheiro naquela poupança por um ano, pode-se afirmar que você seria capaz de comprar... Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... menos que compro hoje; ... o mesmo que compro hoje; ... mais que compro hoje; ... Não sei; ... Não tenho interesse em responder.</p>	<p>Klapper, Lusardi E Van Oudheusden, (2015)</p>	<p>Poupança (Juros compostos)</p>
<p>46. Considere que você possui algum dinheiro para realizar investimento, é mais seguro investir em... Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... Título de capitalização; ... um único ativo (aplicação, negócio, empresa, imóvel ou ação); ... vários ativos (em mais de um tipo de aplicação, negócio, empresa, imóvel ou ação); ... Não sei; ... Não tenho interesse em responder.</p>	<p>Klapper, Lusardi e Van Oudheusden, (2015) - Adaptada</p>	<p>Investimento (diversificação de riscos)</p>

Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
CONHECIMENTO FINANCEIRO			
<p>42. Quando você contrata um seguro, você está procurando...</p> <p>Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... evitar o risco de um eventual imprevisto (sinistro);</p> <p>... reduzir o risco de um eventual imprevisto (sinistro);</p> <p>... <u>transferir para terceiros o risco de um eventual imprevisto (sinistro)</u>;</p> <p>... Não sei;</p> <p>... Não tenho interesse em responder.</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Seguro</p>
COMPORTAMENTO FINANCEIRO			
<p>26. Em relação à minha renda, posso afirmar que: *</p> <p>Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... gasto menos do que eu ganho, ou seja, sobra dinheiro no final do mês.</p> <p>... gasto o mesmo que ganho, ou seja, não sobra dinheiro no final do mês.</p> <p>... gasto mais do que eu ganho, ou seja, falta dinheiro no final do mês.</p> <p>... Não sei.</p> <p>... Não tenho interesse em responder.</p>	<p>Adaptado de Flores, Vieira e Coronel (2014)</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>
<p>30. Controlo meu dinheiro periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5 onde 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Perfil de renda e controle financeiro</p>
<p>32. Realizo compras a prazo com frequência (ou seja, compro a prazo pelo menos uma vez por mês).</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5 onde 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Crédito e Endividamento</p>
<p>33. Qual o percentual da sua renda média mensal (individual) é destinada para pagar suas compras a prazo?</p>	<p>... Até 10%;</p> <p>... De 10,01% até 20%;</p> <p>... De 20,01% até 30%;</p> <p>... De 30,01% até 40%;</p> <p>... De 40,01% até 50%;</p> <p>... Mais de 50%;</p> <p>... Não sei;</p> <p>... Não tenho interesse em responder;</p> <p>... Não compro a prazo.</p>	<p><i>DENARIUS</i> UNIFEI</p>	<p>Crédito e Endividamento</p>

Continuação

Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
COMPORTAMENTO FINANCEIRO			
<p>34. Quando compro a prazo, uso como principal forma de pagamento...</p> <p>Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... o cartão de crédito (sem parcelar);</p> <p>... o cartão de crédito (parcelado);</p> <p>... cheques pré-datados; crediário de loja (carne ou promissória);</p> <p>... caderneta (em padaria, mercearia, açougue etc.);</p> <p>... Não tenho interesse em responder;</p> <p>... Não compro a prazo</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Crédito e Endividamento
<p>35. De modo geral, qual percentual das suas compras a prazo está com pagamento atrasado? *</p> <p>Assinale a alternativa que melhor representa o quanto das suas contas a pagar estão inadimplentes.</p>	<p>... Até 10%</p> <p>... De 10,01% a 20%</p> <p>... De 20,01% a 30%</p> <p>... De 30,01% a 40%</p> <p>... De 40,01% a 50%</p> <p>... Mais de 50%</p> <p>... Não sei.</p> <p>... Não tenho interesse em responder.</p> <p>... Não tenho contas em atraso</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Crédito e Endividamento
<p>36. Sempre que compro à vista, peço desconto</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5, onde 1 é discordo totalmente, e 5 é concordo totalmente</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Crédito e Endividamento
<p>38. Mensalmente, guardo uma parte da minha renda média mensal (individual) para eventualidades.</p>	<p>Escala de 1 a 5, onde 1 é discordo totalmente, e 5 é concordo totalmente</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Poupança
<p>41. Parte da minha renda média mensal (individual) eu uso para contratar seguro de bens que possuo (como por exemplo: carro, vida, aluguel etc.).</p>	<p>Escala de 1 a 5 onde 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Seguro
<p>43. Uso parte da minha renda média mensal (individual) para contribuir com um plano de previdência complementar.</p> <p>Selecione na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5 onde 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Previdência

Conclusão

Questões propostas	Possíveis respostas	Referência	Tema no questionário do <i>DENARIUS</i>
COMPORTAMENTO FINANCEIRO			
<p>44. Considerando que a previdência oficial brasileira (INSS) é obrigatória para todos os trabalhadores eu...</p> <p>Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p>... não contribuo (ou não contribuirei) com nenhuma forma de previdência (oficial e ou complementar) porque tenho (ou terei) um trabalho informal.</p> <p>... contribuo (ou contribuirei) apenas com a previdência oficial por ser obrigatória a todos os trabalhadores/ servidores.</p> <p>... contribuo (ou contribuirei) com a previdência oficial e com a complementar.</p> <p>... Não sei</p> <p>... Não tenho interesse em responder</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Previdência
<p>45. Eu faço investimentos com parte da minha renda média mensal (individual). *</p> <p>Selecione na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala de 1 a 5 onde 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente</p>	<i>DENARIUS</i> UNIFEI	Investimentos

Fonte: Elaborado pela autora com base no questionário desenvolvido pelo *DENARIUS* (2021)

APÊNDICE B - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)

Esclarecimentos

Prezado(a) entrevistado(a),

Este é um convite para você participar da pesquisa: Educação Financeira em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: conhecimento financeiro e sua correlação com os Cinco Grandes Fatores de Personalidade da Comunidade Acadêmica, que tem como pesquisador responsável Prof. Dr. André Luiz Medeiros.

Esta pesquisa pretende analisar o nível de conhecimento sobre Educação Financeira da comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. A finalidade deste trabalho é: a) descrever o perfil socioeconômico e demográfico; b) mensurar o nível de educação financeira; c) avaliar a correlação entre o perfil socioeconômico e demográfico e o nível de educação financeira; d) avaliar a correlação do nível de educação financeira com o comportamento financeiro; e) avaliar os fatores de personalidade predominantes; f) correlacionar os fatores de personalidade com o nível de educação financeira; g) propor um material, adequado ao perfil da comunidade acadêmica, para que eles possam otimizar o uso do dinheiro e melhorar o seu bem-estar financeiro.

O motivo que nos leva a fazer este estudo pela originalidade, importância e viabilidade do tema, uma vez que a mensuração do nível de educação financeira dos docentes e dos técnicos administrativos em educação poderá auxiliar na busca de estratégias para suprir possíveis lacunas no conhecimento destes. Adicionalmente, ao se propor um material adequado ao nível de conhecimento desses profissionais, eles poderão ser impactados positivamente, tanto em sua gestão financeira pessoal quanto familiar. Além disso, possibilitará a implantação dessa temática na instituição, juntamente com os discentes.

Caso decida participar, você deverá responder dois questionários. O primeiro está relacionado com o tema de Educação Financeira. O segundo questionário relaciona-se aos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. Destacamos que os questionários serão auto aplicados por meio eletrônico, utilizando a ferramenta *Google Forms*. Para responder os dois questionários, será necessário no máximo 15 minutos do seu tempo.

Durante a realização da pesquisa os riscos são mínimos e podem estar relacionados ao cansaço ou aborrecimento ao responder os questionários e em último nível a possível alteração na autoestima provocada pela evocação de memórias. Esses riscos poderão ser minimizados escolhendo um horário tranquilo para responder os questionários e ter em mente que esse os questionários, em momento algum, fará a identificação do respondente.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas entrando em contato com O prof. Dr. André Luiz Medeiros, pelo e-mail andremedeiros@unifei.edu.br ou pelo telefone (35) 3629-1987.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer não possuem qualquer tipo de identificação, são confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Se você sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você será indenizado.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você poderá em contato com o Comitê de Ética: 5099 - Faculdade Wenceslau Braz, telefone: (35)3622-0930, e-mail: cep@fwb.edu.br. O Comitê de ética é a instituição que avalia a ética das pesquisas antes que elas comecem e fornece proteção aos participantes delas.

Este documento é eletrônico é parte integrante da pesquisa, ficará armazenado juntamente com suas respostas, em posse do pesquisador responsável Prof. Dr. André Luiz Medeiros.

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Educação Financeira em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: conhecimento financeiro e sua correlação com os Cinco Grandes Fatores de Personalidade da Comunidade Acadêmica, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade dele.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Itajubá/MG, 15 de abril de 2021.

Prof. Dr. André Luiz Medeiros
Pesquisador Responsável

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa Educação Financeira em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: conhecimento financeiro e sua correlação com os Cinco Grandes Fatores de Personalidade da Comunidade Acadêmica, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Li e concordo com os termos apresentados no **REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)** e desejo, voluntariamente, participar da pesquisa?

Sim Não

APÊNDICE C – Mapa de Atividades

Curso/Seminário: Educação Financeira para jovens

Público-alvo: Discentes de cursos superiores do IFMG-BambuÍ.

Data prevista: Segundo semestre letivo de 2021.

Local: Plataforma Digital StreamYard com transmissão via canal do YouTube oficial do IFMG – Campus Bambuí.

Carga horária: 6 horas no total, divididas em três dias de evento.

Evento organizado pelos servidores do IFMG – Campus Bambuí e pesquisadores em Educação Financeira Lucas Silveira, Monícia Paula Lemos e Nádia Alvim Muffato Silveira, devidamente cadastrado no setor de Relações Institucionais com emissão de certificado aos participantes.

Seminário Educação Financeira para Jovens					
Dia/Local/Horário	Participantes	Tema	Objetivos Específicos	Tópicos discutidos	Durante todos os dias do evento serão usados recursos áudio visuais como:
<p>Dia 1: data a ser definida; Local: Canal do YouTube oficial; Horário: 19:00 às 21:00 horas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Monícia Paula Lemos (apresentação e mediação); - Lucas Silveira; - Docente do IFMG da área de finanças (convidado/a ainda a ser definido). 	<p>Mesa Redonda - Educação Financeira: conceitos, história e aplicações;</p> <p>- A importância da discussão do tema Educação Financeira no âmbito do IFMG.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mostrar um panorama geral sobre o tema; - apresentar o aumento expressivo das discussões no âmbito nacional e internacional e os impactos gerados; - Apresentar como as questões inerentes a Educação Financeira são tratadas com os discentes no âmbito do IFMG. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos de Educação Financeira; - Discussões do tema em escala nacional e internacional; - Expansão de pesquisas em relação ao tema; - Discussão do tema no âmbito do IFMG; - Contribuição das disciplinas e ações institucionalizadas inerentes a finanças; - Impactos da educação financeira precoce e da educação financeira tardia. 	<p>apresentação de slides, vídeos e principalmente a interação com os participantes através de chat do YouTube respondendo as dúvidas e questionamentos.</p>
<p>Dia 2: data a ser definida; Local: Canal do YouTube oficial; Horário: 19:00 às 21:00 horas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lucas Silveira (apresentação e mediação); - Nádia Alvim (psicóloga do IFMG Campus Bambuí). 	<p>- Conhecimentos financeiros X aspectos psicológicos: como a personalidade e as emoções influenciam o comportamento o financeiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar qual é a influência da personalidade da pessoa no comportamento o financeiro; - Discutir como as emoções influenciam positivamente e/ou negativamente no comportamento o financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de conhecimentos financeiros na vida em geral; - Vulnerabilidade dos fatores de personalidade nos processos decisórios financeiros. - Razão e emoção na relação do uso de dinheiro; - Melhoria no comportamento financeiro; - A contribuição da psicologia nas 	

			dos indivíduos.	tomadas de decisões financeira; -Compras impulsivas, dívidas, ausência de planejamento, dentre outros.
Dia 3: data a ser definida; Local: Canal do YouTube oficial; Horário: 19:00 às 21:00 horas.	- Nádia Alvim (apresentação e mediação); - Monícia Paula Lemos (assistente social do IFMG – Campus Bambuí).	- Uso consciente do dinheiro para suprimento dos mínimos sociais, em especial o dinheiro recebido através do Bolsa Permanência; - Uso consciente do dinheiro e do crédito e administração das dívidas; - Por que poupar?	- Apresentar quais devem ser as prioridades no orçamento familiar para suprimento dos mínimos sociais; - Apresentar vantagens em controlar o endividamento pessoal, eliminar gastos desnecessários e maximizar os recursos financeiros disponíveis; - Enfatizar a importância de possuir uma reserva para emergência.	- Conceito de mínimos sociais; - Quais são as prioridades para suprimento dos mínimos sociais e Bolsa Permanência; - Usar o crédito a seu favor; - Mapear as dívidas; - Reduzir gastos; - Renegociar as dívidas; - Maximizar os recursos financeiros disponíveis; - A importância da poupança no pós formatura.

ANEXOS

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

FACULDADE WENCESLAU
BRAZ.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONHECIMENTO FINANCEIRO E SUA CORRELAÇÃO COM OS CINCO GRANDES FATORES DE PERSONALIDADE DA COMUNIDADE

Pesquisador: André Luiz Medeiros

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44124621.7.0000.5099

Instituição Proponente: Universidade Federal de Itajubá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.632.787

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado resumidamente no documento "Informações Básicas" contendo o seguinte resumo: "Educação financeira é um conjunto de conhecimentos e conceitos que podem auxiliar as pessoas a tomarem decisões financeiras mais acertadas, melhorando o seu bem-estar financeiro. Devido à importância e relevância do tema, pesquisas estão sendo realizadas em diferentes países para avaliar o nível de educação financeira da população. Boa parte dos resultados encontrados aponta para um baixo nível de educação financeira. No Brasil, em específico, a realidade não é diferente. Entretanto, além de conhecer sobre os conceitos de educação financeira, trabalhos indicam que um dos principais elementos que afetam o sucesso financeiro das pessoas está relacionado com o comportamento que, em grande parte, está relacionado com a personalidade das pessoas. Ou seja, de nada adianta saber sobre os conceitos básicos de educação financeira se a personalidade das pessoas as levam a tomar decisões financeiras que podem prejudicá-las. Assim, este projeto tem como objetivo analisar e correlacionar o nível do conhecimento financeiro e os fatores de personalidade com base no modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade (CGF), bem como analisar as influências de cada um dos fatores sobre o nível de conhecimento junto à comunidade acadêmica de um de Educação, Ciência e Tecnologia. A justificativa para o projeto está na necessidade de aprofundar os estudos sobre a educação financeira no Brasil e também sobre como os fatores de personalidade

Endereço: Av. Cesário Alvim, 566

Bairro: VARGINHA

CEP: 37.501-059

UF: MG

Município: ITAJUBA

Telefone: (35)3622-0930

Fax: (35)3622-1043

E-mail: cep@fwb.edu.br

Continuação do Parecer: 4.632.787

interferem neste conhecimento. Estudos sobre os fatores de personalidade demonstram sua correlação com temas importantes ligados a vida das pessoas, em especial da comunidade acadêmica. Pesquisas indicam que população em geral não tem conhecimento suficiente para tomar decisões acertadas sobre suas finanças, sendo que a ineficiência nas decisões financeiras contribuem para a fragilidade do cenário econômico e social, pois indivíduos desprovidos de conhecimento financeiro apresentam dificuldades em administrar seus recursos, planejar sua aposentadoria, adquirir produtos e serviços financeiros adequados”.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos da pesquisa foram separados em primário e secundário, especificados pelo autor:

Objetivo Primário: Mensurar e estabelecer a relação entre o nível de conhecimento financeiro e os fatores de personalidade da comunidade acadêmica de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Objetivo Secundário:

Especificamente, pretende-se:

- a) mensurar o nível de educação financeira da comunidade acadêmica;
- b) avaliar a personalidade daquela comunidade por meio do modelo dos Cinco Grandes Fatores da personalidade;
- c) relacionar o nível de educação financeira com a personalidade encontrada na comunidade;
- d) indicar ações para adequar o nível de educação financeira de acordo com a personalidade encontrado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo consta no RCLE, “os riscos são mínimos e podem estar relacionados ao cansaço ou aborrecimento ao responder os questionários e em último nível a possível alteração na autoestima provocada pela evocação de memórias”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de Pesquisa desenvolvida pelos mestrandos do Curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

O projeto foi muito bem redigido e fundamentado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão presentes e o RCLE está de acordo.

Endereço: Av. Cesário Alvim, 566
Bairro: VARGINHA CEP: 37.501-059
UF: MG Município: ITAJUBA
Telefone: (35)3622-0930 Fax: (35)3622-1043 E-mail: cep@fwb.edu.br

FACULDADE WENCESLAU
BRAZ.



Continuação do Parecer: 4.632.787

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências constatadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após apreciação do projeto, verifica-se a viabilidade da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1710592.pdf	06/04/2021 11:35:14		Aceito
Outros	CartaResposta.pdf	06/04/2021 11:34:31	André Luiz Medeiros	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	06/04/2021 11:19:20	André Luiz Medeiros	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2021_MPA_ProjetoIFRevisto.pdf	06/04/2021 10:12:29	André Luiz Medeiros	Aceito
Folha de Rosto	2021_PB_FolhaDeRosto.pdf	02/03/2021 11:02:39	André Luiz Medeiros	Aceito
Outros	2021_EduFinPersonalidade_Questionario.pdf	01/03/2021 16:56:50	André Luiz Medeiros	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ITAJUBA, 06 de Abril de 2021

Assinado por:

Cláudia Alessandra Pereira Paixão
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cesário Alvim, 566

Bairro: VARGINHA

CEP: 37.501-059

UF: MG

Município: ITAJUBA

Telefone: (35)3622-0930

Fax: (35)3622-1043

E-mail: cep@fwb.edu.br